

LIRIA YURI NAGAMINE

**O LUGAR DA COTIDIANIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO:
UM OLHAR A PARTIR DO GUARITUBA
(Piraquara/PR)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Linha Produção do Espaço e Cultura, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Gislene de Fátima Pereira
Co-orientador: Prof. Dr. Danilo Volochko

CURITIBA

2017

N147I

Nagamine, Liria Yuri

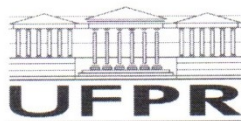
O lugar da cotidianidade no planejamento urbano: um olhar a partir do Guarituba (Piraquara/PR) / Liria Yuri Nagamine. – Curitiba, 2017.
153 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientador: Gislene de Fátima Pereira – Co-orientador: Danilo Volochko,.
Bibliografia: p. 148-153.

1. Planejamento urbano – Piraquara (PR). 2. Política urbana. 3. Espaços públicos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Pereira, Gislene de Fátima. III. Volochko, Danilo . IV. Título.

CDD: 711.4308162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS DA TERRA
Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA

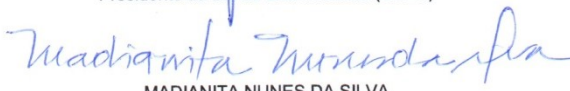
ATA Nº


ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA

No dia dezenove de Abril de dois mil e dezessete às 14:00 horas, na sala 107, Edifício João José Bigarella, Centro Politécnico - Jardim das Américas, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **LIRIA YURI NAGAMINE** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **O LUGAR DA COTIDIANIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO: UM OLHAR A PARTIR DO GUARITUBA. (Piraquara/PR)**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **GISELENE DE FÁTIMA PEREIRA** (UFPR), **MADIANITA NUNES DA SILVA** (UFPR), **OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI** (UFPR), **DANILO VOLOCHKO** (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **GISELENE DE FÁTIMA PEREIRA**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 19 de Abril de 2017.


GISELENE DE FÁTIMA PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MADIANITA NUNES DA SILVA
Avaliador Externo (UFPR)


OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI
Avaliador Interno (UFPR)


DANILO VOLOCHKO
Co-orientador - Avaliador Externo (UFPR)

OBS: este documento é válido por sessenta dias a contas da data.

Dedico esta dissertação à minha família e aos queridos amigos que me acompanharam nesta jornada de iluminação e fortalecimento pessoal e profissional. Em especial, dedico ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe por todo o conforto e carinho.

Dedico-a, sem palavras para expressar tudo que significa o apoio, amor e amizade de meu marido Hélió, pela sua paciência e compreensão em todos os momentos.

E para meus filhos, Maya e Enzo, dedico não somente esta dissertação, mas toda a verdade e carinho nela contidos.

AGRADECIMENTOS

À Gislene de Fátima Pereira pela condução competente de orientação, ensinando-me, com firmeza e carinho, a trilhar o processo de construção desta dissertação.

Ao Danilo Volochko pelos valiosos momentos de reflexão e provocação, ensinando-me a ir além.

À amiga Thais Kornin pelo incentivo e força, ensinando-me a valorizar.

À amiga Rosa Moura pela colaboração com a leitura do trabalho e pelas palavras sempre certas, ensinando-me a acreditar.

À amiga Francine Aidie Rossi pela dedicação de tempo para leitura e considerações, ensinando-me o que é ser companheira.

Aos colegas do grupo de leitura do Lahurb e do Ladime, pelas agradáveis tardes de discussões sobre temas e ideias afins ao desenvolvimento da pesquisa.

À minha amiga Claudineia por me receber em sua casa e por me inserir em pistas para a investigação e análise do Guarituba. Aproveito para estender meus agradecimentos também aos outros trinta e oito moradores por confiarem a mim suas histórias vividas.

A todos os meus amigos queridos cujo apoio foi essencial nesse processo, incentivando-me com muito humor e palavras positivas. Sei que não preciso nomeá-los aqui, pois são aqueles sempre presentes nos momentos mais especiais de minha vida.

RESUMO

O presente trabalho possui como tema o cotidiano, e tem por objetivo investigar de que forma este se configura como dimensão importante e até mesmo fundamental para o planejamento urbano. Com esta pesquisa, procura-se contribuir com o aprofundamento de visões e perspectivas na atuação do planejamento urbano, tendo em vista a cotidianidade e a vida cotidiana. O lugar escolhido para a análise é o Guarituba, situado no município de Piraquara, periferia da metrópole de Curitiba. Além de entrevistas realizadas com interlocutores junto a instituições públicas atuantes no lugar, o procedimento adotado para a investigação tem como referência a pesquisa participante, com foco para a análise “de perto” e “de dentro” em relação à dimensão “de longe” e “de fora”. Esta foi realizada por intermédio de observações em campo e de trinta e nove entrevistas semiestruturadas com moradores locais. Os resultados apresentam-se pela constituição da historicidade e de formas de apropriação e produção do espaço para moradia do Guarituba como um todo e de dois espaços selecionados em específico: o Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá e o Jardim Orquídeas. A partir deste trabalho conclui-se que, na prática, a relação entre cotidianidade e planejamento urbano não é tão direta e simples como imaginam gestores públicos e urbanistas ao projetarem e planejarem em suas pranchetas, escritórios e instituições. Tal relação implica em interações do espaço vivido, concebido e percebido, caracterizadas pela presença-ausência do Estado diante da precariedade de uma parcela da sociedade. Sociedade esta que encontra nas formas de sobrevivência uma vida cotidiana que se revela por uma cotidianidade desigual. A vida cotidiana e a cotidianidade constituem-se, enfim, em dimensão, campo e escala válidas e sobretudo necessárias ao planejamento urbano.

Palavras-chave: Cotidianidade. Vida cotidiana. Planejamento urbano. Lugar.

ABSTRACT

The present work refers to the theme of everyday life, aiming to investigate how this is an important and even fundamental dimension for urban planning. With this research, we seek to contribute to the deepening of visions and perspectives in the performance of urban planning by taking into account daily life and everyday life. The place chosen for the analysis is Guarituba, located in the municipality of Piraquara, suburb of the metropolis of Curitiba. Besides interviews with interlocutors of public institutions that is in action in the place, the procedure that was adopted has the participant research as reference, focused on the analysis "closely" and "from within" in relation to the dimension "far" and "from the outside". This was done through field observations and thirty-nine semi-structured interviews with local residents. The results presents the historicity and housing ways of appropriating of the space in Guarituba as a whole, and in particular two selected spaces: the housing complex Madre Teresa de Calcutá and the Neighborhood Orchid's Garden. The study concludes that, in practice, the relationship between everyday life and urban planning is not as direct and simple as imagined by technicians and urban planners when designing and planning on their drawing boards, offices and institutions. This relationship implies contradictory interactions of lived, conceived and perceived spaces, characterized by the absence of the State related to precariousness of a part of the society. This part of society finds in the forms of survival, a daily life that reveals itself as daily life inequality. Everyday life and daily life are finally, a valid dimension, field and scale and, above all, necessary to the urban planning.

Key-words: Daily life. Everyday life. Urban planning. Place.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO GUARITUBA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	15
FIGURA 2 - FAZENDA GUARITUBA (1980).....	36
FIGURA 3 - PLANTA DA FAZENDA GUARITUBA EM LOTES COLONIAIS E LOTEAMENTOS (CONSTITUÍDA ENTRE AS DÉCADAS DE 50 E 80)...36	
FIGURA 4 - SÍNTESE ESQUEMÁTICA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÕES FÍSICAS DO PRAU/GUARITUBA, PAC 2007.....	44
FIGURA 5 - RECORTES ESPACIAIS DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE	47
FIGURA 6 - REDE DE RELAÇÕES DOS ENTREVISTADOS	53
FIGURA 7 - AMOSTRAGEM DAS ENTREVISTAS REALIZADAS (LOCALIZAÇÃO APROXIMADA)	54
FIGURA 8 - CONSTITUIÇÃO INICIAL DO GUARITUBA, MAPA BASE 1963	59
FIGURA 9 - CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1980).....	62
FIGURA 10 - CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1990).....	68
FIGURA 11 - CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 2010).....	78
FIGURA 12 - SUPERMERCADO IDEAL	84
FIGURA 13 - REGIÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO GUARITUBA.....	85
FIGURA 14 - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL MADRE TERESA DE CALCUTÁ.....	91
FIGURA 15 - VIA INTERNA ANTES (2012) E DEPOIS (2016)	100
FIGURA 16 - O ESPAÇO DA CRIANÇA.....	103
FIGURA 17 - MODIFICAÇÕES NAS EDIFICAÇÕES DO CONJUNTO HABITACIONAL	105
FIGURA 18 - IMAGENS AÉREAS JARDIM ORQUÍDEAS 2004 E 2009	115
FIGURA 19 - OBRAS ANTES DAS ELEIÇÕES DE 2016	116
FIGURA 20 - EFEITOS DAS OBRAS REALIZADAS NO JARDIM ORQUÍDEAS	120
FIGURA 21 - ATERRAMENTOS, ELEVÇÃO DE PISOS INTERNOS E DEMOLIÇÕES	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Nº DE LOTEAMENTOS E LOTES APROVADOS NA FAZENDA GUARITUBA ATÉ A DÉCADA DE 1980	37
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DATA, DIA DA SEMANA E NÚMERO DE ENTREVISTAS POR DIA.....	51
QUADRO 2 - LEVANTAMENTO DAS PRECARIIDADES DO GUARITUBA, 2010	94

LISTA DE SIGLAS

ACP	- Área de Concentração da População
AIISO	- Área de Interesse Social
ANPOCS	- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPUR	- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
BNH	- Banco Nacional da Habitação
CEU	- Centro de Arte e Esporte Unificados
CGM	- Conselho Gestor dos Mananciais
CIAM	- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social
NURFHIS	- Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social
PAC	- Plano de Aceleração do Crescimento
PDI/RMC	- Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
PRAU	- Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização
PTTS	- Plano de Trabalho Técnico Social
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	- Companhia Paranaense de Saneamento
SIGPROM	- Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais
SUDERHSA	- Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UTP	- Unidade Territorial de Planejamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: VIDA COTIDIANA, COTIDIANIDADE E PLANEJAMENTO URBANO	18
2.1	OS CONCEITOS DE VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE.....	18
2.2	O TEMA DA COTIDIANIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO DO BRASIL	26
2.3	O PLANEJAMENTO URBANO NO GUARITUBA: IDEIAS FORA DO LUGAR.....	32
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APROXIMAÇÃO COM OS MORADORES E COM OS LUGARES	46
4	VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE NO GUARITUBA	57
4.1	ESPAÇOS E TEMPOS DE CONFORMAÇÃO DA VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE NO GUARITUBA.....	57
4.1.1	A constituição inicial do Guarituba.....	57
4.1.2	Ocupação em área de proteção dos mananciais e formas de apropriação territorial.....	67
4.1.3	A constituição atual do Guarituba.....	74
4.1.4	Vias estruturantes de comércio e serviços, mobilidade e acessibilidade	80
4.1.5	A valorização imobiliária do Guarituba.....	84
4.1.6	Espaços e temporalidades	86
4.2	CONJUNTO HABITACIONAL MADRE TERESA DE CALCUTÁ.....	90
4.2.1	O projeto	90
4.2.2	A mudança para o conjunto.....	93
4.2.3	O medo e a segurança	96
4.2.4	A casa e as condições de investimento na moradia.....	104
4.2.5	Infraestrutura e serviços urbanos	108
4.2.6	Superação de limites	109
4.2.7	Quando a urbanização e a obtenção de uma casa são insuficientes	111
4.3	JARDIM ORQUÍDEAS.....	113
4.3.1	A escolha do Jardim Orquídeas.....	113
4.3.2	A constituição do Jardim Orquídeas	117
4.3.3	Descompasso das ações do governo e a repercussão no cotidiano	119
4.3.4	As relações cotidianas de uma comunidade consolidada.....	123
4.3.5	Cotidianidade desigual e modernidade inconclusa	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

Planejar as cidades a partir do cotidiano constitui prática pouco evidenciada dentro da produção do planejamento urbano brasileiro. Contudo, embora o cotidiano não seja tratado como um conceito basilar no campo técnico e disciplinar sobre o planejamento urbano no Brasil¹, é possível situar, diante das discussões e pesquisas atualmente realizadas, com qual modalidade do planejamento o cotidiano encontra maior relação.

Pode-se afirmar que a vida cotidiana e a cotidianidade como elementos teóricos dentro do planejamento urbano encontram-se associadas à modalidade de planejamento e urbanismo que tanto Limonad (2015) como Souza (2002) apontam estar relacionadas ao movimento pela Reforma Urbana no Brasil.

Souza (2002) denomina esta modalidade de “planejamento e gestão urbanos social-reformistas”, que se constitui em uma das categorias a qual o autor definiu em suas abordagens de planejamento e gestão urbanos². Nesta modalidade, dois critérios utilizados para a classificação podem ser destacados para a questão de nosso interesse: o primeiro, que considera a justiça social como ideia-força central; e o segundo, que define esta modalidade como tendo grande permeabilidade em face da realidade, sendo capaz de ir além do semiapriorismo. Isto significa que esta modalidade foge à abordagem tecnicista, que do ponto de vista científico, é geralmente apriorística (com posições definidas previamente)³.

Para Limonad (2015), a vida cotidiana e a cotidianidade como elementos teóricos situam-se dentro da lógica analítico-conceitual sobre a justiça social, com autores como Harvey e Brenner, e da apropriação social com Lefebvre e a Internacional Situacionista. Esta categoria possui como perspectiva a apropriação social do espaço, com propostas e ações de baixo para cima com base em movimentos sociais que, conforme a autora, “contribuíram para que o Direito à Cidade, enquanto bandeira de luta de movimentos sociais, conquistasse uma maior preeminência” (LIMONAD, 2015, p.89).

¹ Isto pode ser constatado na análise das ementas das disciplinas de planejamento urbano praticadas no Brasil que direcionam seu conteúdo no sentido da elaboração de um plano diretor ou em disciplinas teóricas voltadas à teoria e história do urbanismo no Brasil.

² Souza (2002) considerou oito critérios para esta definição: (i) ideia-força central; (ii) filiação estética; (iii) escopo; (iv) grau de interdisciplinaridade; (v) permeabilidade em face da realidade; (vi) grau de abertura para com a participação popular; (vii) atitude em face do mercado; e (viii) referencial político-filosófico.

³ “Hoje em dia bastante desmoralizados, a observação do real e a coleta de dados e informações servem meramente para contextualizar uma proposta de intervenção baseada em um modelo normativo da ‘boa forma urbana’, pautado em ideias-força como ‘ordem’, ‘funcionalidade’, ‘eficiência’, etc.” (Souza, 2002, p. 91).

Refere-se a autora, portanto, ao movimento pela Reforma Urbana no Brasil, cabendo situar que sua formação possui como marco histórico o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, realizado no Hotel Quitandinha, na cidade de Petrópolis (RJ), em 1963.

No entanto, com o contexto político nacional mudando radicalmente no ano seguinte através do golpe militar, em 1964, “teve início uma longa jornada de reversão das propostas políticas das reformas de base que estavam sendo construídas democraticamente” (MARICATO, 2013a, p. 97).⁴

Após um processo de mais de vinte anos de repressão do governo militar, os movimentos da sociedade civil organizada pela Reforma Urbana conseguiram maior abertura política na década de 1980, contribuindo expressivamente na elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na inclusão dos artigos 182 e 183 sobre a política urbana.

De acordo com a CF/88 (BRASIL, 1988), o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana deve obrigatoriamente estar em concordância com as exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Pode-se destacar assim, que a partir da Constituição o planejamento urbano legitimou-se enquanto processo de grande importância para o Estado. A regulamentação do capítulo da Política Urbana contido na CF 88 deu-se uma década depois, mediante aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Neste, o plano diretor foi associado à obrigatoriedade de um processo participativo na elaboração de diagnósticos e propostas, sendo a participação popular considerada fator de aproximação com o vivido pela sociedade, ou o seu cotidiano.

De fato, nessa perspectiva, a construção de planos se daria de baixo para cima, por intermédio da participação democrática dos cidadãos, tendo em vista o direito à cidade. Contudo, o que se observou, ao longo da década que se seguiu, foi uma generalização dos segmentos sociais, ocorrendo um processo de inclusão precária da sociedade na elaboração dos planos diretores. E sendo assim, de acordo com Santos Jr (2008), os interesses das classes populares foram reduzidos a demandas específicas de acesso à habitação, urbanização, serviços de saneamento ambiental, transporte público. Entretanto, o autor argumenta que:

⁴ Segundo a mesma autora, o pensamento crítico brasileiro bebia em duas fontes teóricas principais: os marxistas que fizeram um esforço internacional para analisar o espaço urbano, dentre os quais a “escola francesa de sociologia urbana” e também autores que pensaram a sociedade brasileira como Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Celso Furtado e Roberto Schwartz (MARICATO, 2014).

é preciso considerar que a construção de princípios, diretrizes e paradigmas que possam orientar e organizar as lutas sociais, ainda que setorialmente, não deve ser desprezada. Aliás, é pela práxis, que compreende lutas e contradições vividas no cotidiano e nos espaços institucionais, que muitas pessoas começam a desenvolver sua consciência social. (SANTOS JR, 2008, p.305)

Pelo acima exposto, é possível avaliar que embora os conceitos relacionados ao cotidiano se encontrem subjacentes às falas e às teorias que subsidiam o planejamento urbano atualmente praticado no Brasil, tendo o direito à cidade como princípio fundamental, este mesmo conjunto não assimilou, em sua forma de planejar, a vida cotidiana e a cotidianidade como uma dimensão e base teórico-conceitual a partir da qual as decisões pudessem ser ponderadas e ajustadas.

Pensar a cotidianidade, contudo, é um desafio sempre presente entre gestores públicos e urbanistas, pois as ações planejadas têm o objetivo precípuo de justiça social e melhoria da qualidade de vida. Existe, portanto, uma relação dialética entre a cotidianidade e o planejamento urbano que precisa ser assimilada na prática.

Desta forma, a hipótese desta pesquisa está baseada no fato de que se poucos praticam o planejar a partir do vivido no cotidiano é porque, apesar das fortes evidências desta importância, muitos não o reconhecem como tal. E se não reconhecem sua importância, talvez seja porque a relação entre cotidianidade e planejamento urbano, embora óbvia, na prática, não seja tão direta e simples assim. O planejamento urbano interfere na vida cotidiana da sociedade (esta é a obviedade), mas a ausência desta dimensão nas metodologias e práticas adotadas no Brasil opõe-se aos objetivos intrínsecos desta atividade, relacionadas à promoção do desenvolvimento socioespacial (esta é a contradição na medida em que poucos praticam o planejar baseado no cotidiano).

Em razão disso, a questão orientadora desta investigação consistiu em perguntar ‘se’ e ‘como’ a cotidianidade é uma dimensão, campo ou escala válida para atuação do planejamento. Com esta pergunta como ponto de partida, tem-se como objetivo geral investigar de que forma a problemática da cotidianidade pode ser importante e até mesmo fundamental para o planejamento urbano, contribuindo para o aprofundamento de visões e perspectivas de atuação neste campo. Ou seja, pretende-se investigar o lugar da cotidianidade no planejamento urbano.

O conceito de lugar é importante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois abre caminhos para se pensar o cotidiano. De acordo com Carlos (2007, p.17), “é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões” sendo que “o lugar é a porção do espaço

apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores”.

Por esta definição, a metrópole ou a cidade não são lugares, mas há lugares em seus espaços: “são os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando significado pelo uso” (CARLOS, 2007, p.18). A autora é incisiva ao afirmar que,

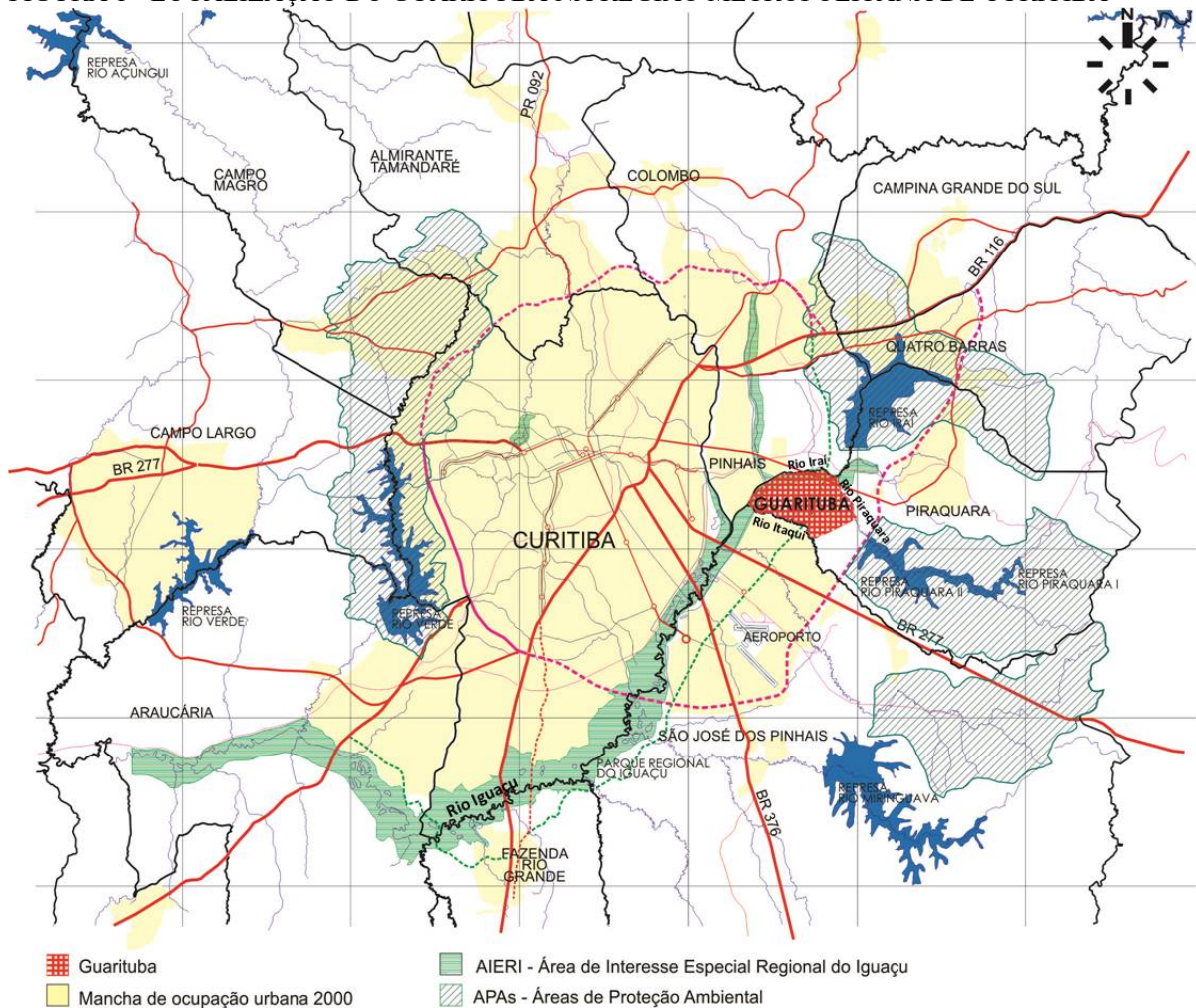
Revisitar a noção de lugar é uma imposição hoje na medida em que de um lado as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é projetam-se concretamente no espaço, depois porque temos diante de nós um mundo que parece encolher-se com o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e da informática que diminui de forma impressionante o tempo do percurso no espaço. (CARLOS, 2007, p.24)

O lugar permite revelar, “no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno” (CARLOS, 2007, p.20) e desta forma constitui-se como um desafio à análise da dinâmica da sociedade contemporânea. Considerando-se tal afirmação, e tendo em vista que o estudo possui o desígnio de contribuir com o aprofundamento de visões e perspectivas para o planejamento urbano brasileiro a partir da cotidianidade, foi definido um lugar, o Guarituba, como recorte espacial para este estudo (FIGURA 1).

Situado na periferia da metrópole de Curitiba e marcado pela pobreza e precarização, neste lugar, as contradições vistas com base na realidade de desigualdade socioespacial e constituídas a partir de uma inclusão precária no espaço da metrópole, são nítidas. Pertencente ao município de Piraquara, região leste da Metrópole de Curitiba, o Guarituba encontra-se localizado entre os rios Iraí, Itaqui e Piraquara, afluentes que conformam as nascentes do Rio Iguaçu, principal rio do Estado do Paraná, que o percorre de leste a oeste desaguando no Rio Paraná. Assim, a maior parte da área do Guarituba é constituída por várzeas de superfície aluvionar, alagáveis e tecnicamente inabitáveis, mas que se encontravam ocupadas, em 2010, por uma população de aproximadamente 36.527 habitantes, de acordo com dados contabilizados pelos setores censitários do IBGE⁵ (IBGE, 2016).

⁵ População estimada pela autora a partir de dados por setores censitários do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) que o Guarituba engloba.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO GUARITUBA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Fonte: Adaptado de COMEC (1999a).

A dissertação foi organizada em quatro capítulos. O capítulo dois explora os conteúdos teóricos basilares estudados para a investigação e discute os conceitos de vida cotidiana e cotidianidade (objeto/assunto principal da pesquisa), procurando entendê-los à luz do conceito de produção do espaço, para a apreensão da realidade urbana em sua relação com o planejamento urbano. Num segundo momento, situa-se o tema da cotidianidade com a produção do planejamento urbano no Brasil, com vistas a evidenciar questões sobre o cotidiano que, face aos conceitos apresentados, deveriam/poderiam estar presentes na prática. Ainda neste capítulo, antes de dar prosseguimento à investigação realizada em campo, apresentou-se uma breve análise do processo de planejamento urbano ocorrido no Guarituba, demonstrando seu baixo comprometimento com a realidade vivida no lugar.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos adotados para a pesquisa de campo, com base nos quais foi possível realizar o aprofundamento de questões sobre o cotidiano, importantes para o planejamento urbano, e vice-versa. O capítulo apresenta também alguns

resultados iniciais, acentuando a importância da forma de aproximação e aceitação da pesquisa por parte da comunidade.

O caminho traçado para a investigação analisou o Guarituba, conforme proposto por Magnani (2002), “de perto” e “de dentro”, utilizando-se o procedimento da pesquisa participante como referência, a partir de observações em campo (realizadas entre outubro de 2015 e novembro de 2016) e de trinta e nove entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a moradores locais (entre 06/out/2016 a 08/nov/2016). Foram realizados também três outros procedimentos de investigação: observação em campo, trabalho de campo com moradores e entrevistas com interlocutores institucionais.

As análises foram efetuadas tendo em vista quatro recortes espaciais de referência, cabendo destacar que dois foram escolhidos para o aprofundamento da investigação: o Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá – CHMTC e o Jardim Orquídeas. O CHMTC é um conjunto habitacional construído como uma das ações do Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba – PRAU/Guarituba, com recursos do PAC/2007, com propósito precípua de remanejar/reassentar famílias de áreas de situação de risco social e ambiental, sendo que a primeira leva de casas foi entregue em 2012. O Jardim Orquídeas, por sua vez, é composto de um conjunto de loteamentos igualmente inseridos no PRAU/Guarituba (PAC/2007), mas na linha de ação da regularização fundiária e implantação de infraestrutura básica (drenagem, saneamento e estrutura viária). Sua constituição inicial remonta à década de 1980, sendo uma das mais antigas áreas do Guarituba.

As análises dos resultados são apresentadas no capítulo quatro. O primeiro subcapítulo revela a historicidade do Guarituba, destacando-se as formas de apropriação do espaço para moradia, sendo que, nestas, várias temporalidades e espaços coexistem e se estabelecem como padrões e usos da cotidianidade contemporânea. Os subcapítulos subsequentes, por sua vez, apresentam a análise “de perto” e “de dentro” no CHMTC e o no Jardim Orquídeas, respectivamente, considerando as atividades, usos e apropriação do espaço no cotidiano da família, do trabalho, dos estudos, das compras ou do lazer.

No capítulo final, as conclusões procuram apresentar questões importantes para o planejamento urbano, as quais foram identificadas pela análise sobre o cotidiano no Guarituba. É possível afirmar, desta maneira, que a vida cotidiana e a cotidianidade constituem-se dimensão, campo e escala válidas e, sobretudo, necessárias para o planejamento urbano. Para tanto, as contribuições resultantes da análise foram organizadas com base em cinco questões: (a) simultaneidade de tempos e espaços; (b) urbanização necessária, contudo insuficiente; (c)

projetos fora do lugar que desconsideram evidências há muito tempo estabelecidas; (d) valorização imobiliária *pari-passu* aos problemas da inclusão social precária; e (e) superação de limites.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: VIDA COTIDIANA, COTIDIANIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

2.1 OS CONCEITOS DE VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE

Partindo-se da hipótese de que as ações de planejamento urbano interferem no cotidiano da sociedade sem que urbanistas e gestores públicos deem a relevância adequada para o planejar a partir desse, a presente pesquisa definiu a vida cotidiana e a cotidianidade como seu objeto principal de análise. Deve-se ressaltar que o objetivo será tratar deste tema em sua relação dialética com o planejamento urbano, investigando de que forma a vida cotidiana e a cotidianidade podem ser importantes para este, contribuindo para o aprofundamento de visões e perspectivas de sua atuação.

Para tanto, faz-se necessário considerar que a referência conceitual deste objeto de análise é lefebvriana. Sob tal perspectiva, ilumina-se de importância, antes de mais nada, o entendimento que nos traz Henri Lefebvre sobre a diferença entre vida cotidiana e a cotidianidade, a seguir apresentado com base na contraposição entre os conceitos deste autor em relação aos de Agnes Heller.

Cabe iniciar este debate indicando que a cotidianidade, por definição, caracteriza-se pelo que se faz e sucede todos os dias, pelo que se pratica habitualmente e que se torna a rotina diária de todo homem; enfim, o repetitivo. É por isso que falamos em vida cotidiana, porque esta repetição diária se faz em torno da vida do homem. Heller (2014) afirma o seguinte, a respeito desta vida cotidiana:

Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. (HELLER, 2014, p.31)

Para Heller (2014, p.31-32), a vida cotidiana é também “a vida do homem inteiro” e, sendo assim, esse participa dela “com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade”, mas não possui tempo e nem possibilidade de fruir inteiramente todas as capacidades que possui. Além disso, a vida cotidiana é heterogênea, principalmente no que se refere ao conteúdo, significado e importância das atividades que se apresentam de forma hierárquica como condição para se efetivar.

Uma importante característica da vida cotidiana abordada por Heller (2014, p.33) é que “o homem nasce já inserido em sua cotidianidade”, e o aprendizado sobre os elementos da cotidianidade acontece nos grupos em que esse vive: a família, a escola e em pequenas comunidades. Será pela assimilação das atividades e das relações sociais dentro dos grupos que o homem adulto poderá ser capaz de viver sozinho, e com liberdade, a cotidianidade. Ele poderá vivê-la em outros grupos, e é na relação com estes grupos que o indivíduo, enquanto ser particular, encontrará o ser genérico, relacionado ao gênero humano.

Em suas especificidades individuais particulares e genéricas reconhece-se a complexidade do ser humano, sendo cada homem um ser único e irrepetível. Conforme Heller (2014, p.35), “basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade”. Na complexidade do ser humano pode-se também compreender a forma complexa da vida cotidiana que, além de tudo, é carregada de alternativas e de escolhas. Sem a pretensão de compreender o todo complexo, a autora analisou o que chamou de estrutura da vida cotidiana, feita de momentos de espontaneidade, probabilidade e possibilidade, economicismo, pragmatismo, ultrageneralização, precedentes, imitação e entonação.

Dentre as principais conclusões de Heller destaca-se a constatação de que “a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade é aquela que mais se presta à alienação” (HELLER, 2014, p.57). A autora ainda explica que a alienação existe quando há um abismo entre “a produção humano genérica e a participação consciente do indivíduo na produção”, quando o desenvolvimento humano genérico limita as possibilidades de crescimento do homem, sendo que este abismo se aprofundou com o capitalismo. Nesse sentido, há que se pensar em deixar uma margem de movimento do homem dentro de sua estrutura da vida cotidiana, para que ele possa elevar-se acima da cotidianidade a fim de perceber suas possibilidades de crescimento. Segundo a autora, a arte e a ciência são formas capazes de produzir esta elevação, quando uma capacidade individual se revela com intensidade, sendo que para se alcançar essa homogeneização, três fatores são relevantes: a concentração, a abstração e os atos de decisão. Além disso, a pesquisadora se utiliza de Goethe para chamar de “construção da vida”, “a construção dessa hierarquia da cotidianidade efetuada pela individualidade consciente” (HELLER, 2014, p.60).

Os conceitos sobre vida cotidiana e cotidianidade apresentados por Heller dizem respeito não somente a todo homem, mas se inserem também em qualquer tempo. Observa-se

que uma diferença dos estudos de Heller e Lefebvre reside justamente na temporalidade que, no caso do filósofo francês, é determinada, pois este localiza seu conceito de cotidianidade na relação com a modernidade⁶. Cabe, a partir desta diferença, ressaltar que embora os conceitos de Heller sejam amplamente apropriados no presente estudo, a análise efetuada utiliza a definição e conceituação de cotidianidade dada por Lefebvre para a reflexão junto a questões do planejamento urbano.

Investigando a sociedade europeia das décadas de 1950 e 1960, Lefebvre (1968, p.38-39)⁷ conclui que a cotidianidade e a modernidade são duas faces simultâneas da realidade existente na sociedade. O cotidiano “é o modesto e o sólido, o que vale por si, aquilo em que as partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo”, e assim o insignificante somente o é aparentemente. Ao mesmo tempo, o moderno é o apenas aparentemente audacioso, “sinal do novo ou da novidade: o sumptuoso, o paradoxal, marcado pela tecnicidade ou pela mundianidade”. No entanto, cada um desses aspectos – o cotidiano e o moderno – complementam, mascaram, marcam, legitimam e compensam um ao outro.

Para Lefebvre (1968, p.104), o cotidiano visto junto ao moderno não é desta forma um “espaço-tempo abandonado, não é já o campo deixado à liberdade e à razão ou ao desembaraço individuais”. Ele é “objeto de todas as preocupações: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação [sic] voluntária e planificada”. Para o autor, o Estado capitalista dos países desenvolvidos compreendeu a possibilidade de organizar a sociedade por meio do consumo por intermédio da exploração da vida cotidiana. Lefebvre (1968) propõe assim, mediante tais elementos de análise, a definição de “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Acentua nesta definição “o caráter racional dessa sociedade, os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo em vez da produção) e o

⁶ A análise feita por Lefebvre abarca o período a partir do pós-segunda guerra mundial quando iniciou, nesse momento, a escrever a série dividida em três tomos da obra intitulada *Crítica da vida cotidiana*, sendo o Tomo I – *Introdução*, iniciado em 1946 e publicado na edição francesa em 1977; o Tomo II – *Fundamentos de uma sociologia da cotidianidade*, escrito em 1961 e publicado em 1980; e o por último, o Tomo III – *Da modernidade ao modernismo, por uma metafísica do cotidiano*, redigido e publicado em 1981. Cabe destacar que durante trinta e cinco anos o autor dedicou-se ao conhecimento do cotidiano, paralelamente ao desenvolvimento de outras obras de grande importância para o urbanismo, como o “Direito à Cidade”, a “Produção do Espaço” ou “A Revolução Urbana”. Isto indica a característica do Lefebvre filósofo antes do sociólogo, com um pensamento que se insere em sua preocupação com a totalidade, salientando-se ainda ser um autor que inicia seus estudos a partir do rural, em que sua tese “O Vale de Campan”, que retrata a historicidade de mais de mil anos de uma vila rural nos Pirineus, estabelece-se como sendo de grande importância, de acordo com Martins (2011), no desenvolvimento do método regressivo-progressivo.

⁷ O livro lido como referência para este estudo intitula-se *A vida quotidiana no mundo moderno*, escrito em 1968 e publicado no mesmo ano na versão portuguesa. Nesta obra, Lefebvre situa sua análise na França das décadas de 1950 e 1960.

plano em que incide o esforço para nele se apoiar: o cotidiano” (LEFEBVRE, 1968, p.84). Por fim, ele situa o momento em que isso ocorre: no mundo moderno, no qual o espaço da cotidianidade deixa de ser “sujeito” para se tornar objeto da organização social. Assim, em Lefebvre, a “cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como seu cenário: a Modernidade” (LEFEBVRE, 1968, p.104).

Para chegar a esta conclusão, o autor busca definir a sociedade daquela época. Para ele, a denominação de sociedade industrial já não era suficiente para abarcar a complexidade das transformações em andamento nas décadas de 1950 e 1960, as quais levaram teóricos a outras designações como sociedade tecnicista, sociedade de abundância, de lazeres ou sociedade de consumo.

A atenção de Lefebvre (1968) se voltou para esta última definição – sociedade de consumo – sendo que a teoria correspondente foi considerada insuficiente por ele. Teóricos afirmavam que os fornecedores daquela sociedade passaram a organizar a produção procurando conhecer os desejos e as necessidades dos consumidores. Contudo, ocorria algo mais do que isso, pois os fornecedores passaram a atuar pela publicidade que, com uma extraordinária força, explorava uma gama de signos, imagens e discursos, impregnando o imaginário social (LEFEBVRE, 1968, p.78).

Para Lefebvre (1968), a sociedade passara a consumir sem necessidade e com abundância e, mediante uma ideologia do consumo. A própria classe operária, em sua necessidade cotidiana, veio a integrar a classe de consumidores, “como razão de felicidade, como racionalidade suprema, como identidade do real e do ideal” (LEFEBVRE, 1968, p.79).

O ponto chave para se compreender a *cotidianidade* lefebvriana reside no aspecto programável da cotidianidade que é percebido na relação com uma modernidade cada vez mais global, e este aspecto, o da mundialização, é um objetivo estratégico de atuação para o consumo do capital industrial. A dialética lefebvriana pode aqui ser observada mediante três dimensões: cotidianidade, modernidade e mundialidade.

Considerando estas dimensões, o Estado, ao atuar de acordo com a lógica capitalista de produção do espaço, tratou de organizar o espaço habitado pela sociedade, mediante o planejamento urbano. Planejou e priorizou o uso do carro nas cidades e as casas foram dimensionadas e projetadas segundo conteúdos de consumo dos novos produtos e facilidades domésticas. Neste contexto de representação de um espaço organizado, controlado e

programado, o modelo modernista de cidade criticado por Lefebvre era o projetado por arquitetos como Le Corbusier, que seguia as diretrizes de implementação da Carta de Atenas⁸.

Cabe ressaltar que a modernidade é caracterizada por um período de transformações na sociedade, em relação a o que a expressão *compressão do tempo-espço* é utilizada por Harvey (1993, p.219) para indicar “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”.

Na modernidade, os processos políticos, sociais e econômicos atuam em um espaço cada vez mais homogêneo, simultâneo, integrado e global. A isto, seguiam-se formas cada vez mais fragmentadas e especializadas de divisão do trabalho. Esta é uma das razões pelas quais Lefebvre (1968) afirma que:

A quotidianidade não é somente um conceito, mas podemos encarar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade” situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e o tecnicismo, a cultura (ou a decomposição da cultura), etc. Tal é a nosso ver a melhor maneira de abordar a questão, a tentativa mais racional para compreender a nossa sociedade e a definir penetrando nela. Não é mais racional proceder assim do que fazer longos rodeios para mal a interpretar? (LEFEBVRE, 1968, p.43-44)

Para Lefebvre, a *cotidianidade* resultante do planejamento e da programação da vida cotidiana pelo capitalismo moderno abriga a redução desta *vida cotidiana*, pois, de acordo com o autor, a vida cotidiana é a possibilidade, é a atitude social, com a produção pelo ser humano de sua própria vida.

A relação vida cotidiana e cotidianidade encontra suas razões na oposição que faz Lefebvre (2004) entre outros dois conceitos: habitar e habitat. O *habitat*, que se relaciona com a cotidianidade, é concebido pelo autor como uma forma redutora do pensamento urbanístico modernista, uma certa prática social fragmentada e funcionalizada, que ao propor cidades funcionais e racionais, restringiu o ser humano à função simplificada do comer, dormir e reproduzir-se. “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de morar’” (LEFEBVRE, 2004. p.81). De acordo com o autor, o habitat consiste no urbanismo dos promotores de vendas⁹. “Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado; –

⁸ Carta de Urbanismo do 4º CIAM, realizado em Atenas de 1933.

⁹ Em seu livro *O direito à cidade*, Lefebvre distingue três formas de urbanismo: o urbanismo dos homens de boa vontade (se ligam a um humanismo); o urbanismo dos administradores (ligados ao setor público e que se pretende científico); e o urbanismo dos promotores de vendas.

visando o lucro. O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou imóvel, mas sim *urbanismo*”. (LEFEBVRE, 2013b, p.32). E nesse urbanismo, a cotidianidade apresenta-se como principal produto, moderno e atraente.

Já o *habitar* encontra correspondência na compreensão do autor sobre vida cotidiana. No conceito do habitar, “a casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do ‘ser humano’”, que, sendo assim, “habita como um poeta, seja qual for a sua forma de residência; do palácio à choupana do lenhador.” (LEFEBVRE, 2004, p.82)

“Os objetos de bom e de mau gosto, saturando ou não o espaço da habitação, formando ou não um sistema, até os mais horrorosos bibelôs (o Kitsch), são a irrisória poesia que o ser humano oferece a si próprio para não deixar de ser poeta” (LEFEBVRE, 2004, p.82).

Cabe salientar que a compreensão dos conceitos de habitar e habitat em sua relação com a vida cotidiana e a cotidianidade é fundamental para esta pesquisa, na medida em que o Estado, a partir do planejamento urbano, possui um importante papel no desenvolvimento da melhoria das condições de vida da sociedade. Investigar o planejamento urbano à luz da cotidianidade – e com ela a instauração de um determinado habitat – significa também estar atento às possibilidades de “mudanças de vida” que podem ser reveladas pelo habitar e pelas relações de vida cotidiana.

Outro aspecto importante a ser salientado é que o ponto de partida do conceito lefebvriano de cotidianidade está em sua relação com o moderno e a mundialidade, e que esta análise iniciou-se no período pós-guerra. Desta forma, os conceitos, embora atuais e considerados fundamentos basilares para a discussão, deverão ser abordados sob a perspectiva da atualidade, sendo que outros autores aprofundaram aspectos relativos à evolução da modernização na contemporaneidade. A reflexão sobre se um novo período histórico estaria se formando a partir da aceleração da *compressão espaço-tempo*, termo cunhado em Harvey (1993), foi uma discussão evidenciada em especial na virada do século. Entende-se que a contemporaneidade faz parte da modernidade, caracterizando-se, conforme Ascher (2010) como um terceiro episódio da modernização, a qual diversos autores qualificaram de modernidade “radical”, modernidade “avançada”, de “sobremodernidade” ou ainda “baixa modernidade”.

Para Ascher (2010) a sociedade está cada vez mais individualista, sendo que a liberdade humana está cada vez mais ligada à mobilidade individual, por meio do celular, do computador pessoal, do carro ou da internet. As transformações em curso apontam que saímos

da fase do industrialismo¹⁰ e que estamos “entrando em uma economia cognitiva, baseada na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informações e procedimentos” (ASCHER, 2010, p.48). Isto quer dizer que no campo do planejamento, com a dinâmica da modernização crescem as incertezas e instabilidades. Diferencia-se assim da fase fordista-keynesiana de produção repetitiva da indústria, que influenciou as ideias modernistas no campo do urbanismo e com base nas quais se construiu o conceito de cotidianidade lefebvriano.

Se temos como desafio investigar as questões apresentadas pela cotidianidade em sua relação com o planejamento urbano como uma possível forma de superação de problemas que este não identifica na atualidade, ou não é capaz de resolver, ou se o conceito de cotidianidade a ser adotado como ponto de partida para o estudo desta relação é aquele elaborado por Lefebvre em sua busca por compreender a sociedade contemporânea, necessitamos, então, compreender a sua relação, igualmente, com outro conceito-chave desenvolvido pelo autor: a produção do espaço.

O conceito de produção do espaço foi concebido por Lefebvre (2013b) ao longo de inúmeras obras e durante muitos anos até ser publicado em livro de título homônimo, em 1974. Martins (2011) relata¹¹ que Lefebvre sempre se perguntava sobre o que há de novo na sociedade contemporânea, cem anos depois de Marx. Acreditava que não adiantava ficar repetindo Marx, mas sim, dar continuidade à sua pesquisa. Em seu entender, foi o que fez Lefebvre em suas obras, como em *A crítica da vida cotidiana* (o primeiro tomo iniciado em 1946), que pensava em paralelo à crítica da economia política em andamento na Europa, justamente num momento em que “a sociedade tinha perdido o ímpeto transformador e revolucionário do século XIX e se modificava em ser uma sociedade repetitiva”. Assim, surgiu a sua preocupação com a grande mediação da reprodução da vida por meio da produção do espaço.

O ponto de partida para o entendimento da teoria lefebvriana é o rompimento com a concepção de espaço enquanto receptáculo ou como o urbanismo tradicional costuma(va) tratar os espaços, quaisquer sejam, pela delimitação e localização em mapas. Carlos (2008, p.30), referindo-se ao campo da Geografia, afirma a importância de se superar o entendimento

¹⁰ Segundo Ascher (2010, p.48), “isto não significa que a indústria esteja fadada a desaparecer. Mas, da mesma forma como a agricultura passou com o capitalismo industrial a depender do modelo industrial, que havia definido tanto as suas finalidades quanto seus métodos e valores, a produção industrial depende, cada vez mais, das lógicas e poderes da economia cognitiva”.

¹¹ Mesa redonda sobre os “20 anos sem Lefebvre”, realizada no 35º encontro anual da ANPOCS, em 2011.

do espaço enquanto “palco da atividade do homem, isto é, como simples localização das atividades do homem que habita o planeta”.

No caminho desta superação, Lefebvre (2013b) afirma que o espaço delimitado que ele chama de “espaço em si” é uma armadilha, pois o espaço é *socialmente produzido*. É importante reconhecer que o espaço se realiza como relações sociais. Sendo assim, é um meio de produção e dominação das relações sociais; uma figura abstrata e um produto das relações sociais.

Para Carlos (2008), o espaço

Não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. O trabalho, como atividade do homem, tem um caráter intencional e voluntário, o que implica a transformação do objeto em algo apropriado; o processo produtivo é assim um processo de produção concreta, nascida do trabalho; uma resposta do homem às suas necessidades. A satisfação das necessidades de sobrevivência do homem e da reprodução da espécie coloca-se como a condição do processo histórico. (CARLOS, 2008, p. 33)

Tendo em vista que as relações sociais são distintas em cada lugar, “*cada sociedad (en consecuencia, cada modo de producción con las diversidades que engloba, las sociedades particulares donde se reconoce el concepto general) produce un espacio, su espacio*” (LEFEBVRE, 2013a, p.90). Lefebvre (2013a, p.98) indica a compreensão do espaço social em três momentos, conforme “*la relación dialéctica que existe en el seno de esta tríada: lo percibido, lo concebido y lo vivido*”. Estas três dimensões, de acordo com (SCHMID 2012, p.105), não são “independentes, mas constituem-se em três processos de produção interconectados dialeticamente”, em que:

- o espaço percebido define-se pela prática espacial de apropriação e dominação, relacionando-se diretamente com a materialidade dos elementos que constituem o espaço que é apreendida pelos sentidos (LEFEBVRE, 2013a. p.97);
- o espaço concebido define-se pelas representações do espaço, aquele dos cientistas, dos planejadores ou dos tecnocratas, cuja concepção tende para um sistema de signos ligados à produção do conhecimento (LEFEBVRE, 2013a. p.97); e
- o espaço vivido define-se pelos espaços de representação, tratando-se do espaço dominado que a imaginação tenta modificar e apropriar (espaço percebido) (LEFEBVRE, 2013a. p.98). Segundo Schmid (2012, p. 102), “essa

dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana”.

A versão da dialética triádica desenvolvida por Lefebvre constitui-se, portanto,

em três momentos de igual valor que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro. A reivindicação de Lefebvre não é mais a interpretação do devir, nem mesmo a produção do devir, mas a análise do devir. Seu método analítico possibilita a descoberta ou reconhecimento do sentido: um horizonte de devir – de possibilidades, incertezas, probabilidades. E isso permite a formulação de uma estratégia – sem a certeza de se atingir o objetivo. (SCHMID, 2012, p.96).

Martins (2014, p.175) afirma que Lefebvre propõe uma totalidade aberta e não fechada, a partir do espaço tridimensional, e que o homem comum e cotidiano se move nesse espaço do percebido, do concebido e do vivido. Ainda segundo o autor (MARTINS, 2013, p.105-106), o possível pode ser elucidado na interpretação desses espaços considerados como uma totalidade aberta, baseado no método desenvolvido por Lefebvre denominado regressivo-progressivo. Neste, temporalidades desencontradas e coexistentes podem ser recuperadas pela elucidação do “percebido pelo concebido teoricamente” e da definição das “condições e possibilidades do vivido”. As possibilidades se apresentam pelas contradições sociais dos desencontros, que não são somente confrontos de interesse entre categorias, mas também do desencontro de tempos. “Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado”.

Veremos a indicação deste possível na análise que foi realizada nesta pesquisa no espaço do Guarituba? Que confrontos, temporalidades desencontradas e coexistentes, processos de produção interconectados dialeticamente podem ser assimilados a com base na cotidianidade e da vida cotidiana deste lugar? Diante da teoria exposta, como o planejamento urbano influencia e ao mesmo tempo sofre influências da vida cotidiana e a cotidianidade? É o que a pesquisa procurará investigar.

2.2 O TEMA DA COTIDIANIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO DO BRASIL

Tendo em vista a teoria exposta, procurou-se revelar, neste subcapítulo, alguns autores que, a respeito do tema do planejamento urbano, tratam/trataram de abordar de alguma forma o tema da cotidianidade. Com isso, visou-se a evidenciar, junto aos conceitos

apresentados sobre a vida cotidiana e a cotidianidade, questões sobre o cotidiano que deveriam/poderiam estar presentes na prática.

Ora, a questão principal desta pesquisa consiste em indagar se a cotidianidade é uma dimensão, campo ou uma escala válida, relevante para o planejamento urbano. Tal pergunta situa-se dentro do contexto da discussão e crítica sobre o planejamento urbano realizadas atualmente no Brasil, que apontam para o papel contraditório desempenhado pelo planejamento, por meio do Estado, na produção desigual do espaço das cidades.

É contraditório porque o Estado, enquanto ente planejador é, ao mesmo tempo, um instrumento para a reprodução capitalista e uma possibilidade para realização de melhorias apropriadas pelo conjunto da sociedade. O Estado, ao assumir a lógica capitalista da urbanização, acaba por produzir desigualdade e segregação social, assentadas na valorização crescente do solo e da propriedade, gerando espoliações urbanas¹² que depois deverão ser enfrentadas/solucionadas por ele mesmo. O Estado encontra-se no meio dos interesses hegemônicos das empresas que produzem imóveis sob a lógica do lucro/renda e dos proprietários de terrenos que também especulam, sendo, ao mesmo tempo, a instituição que poderia atenuar as desigualdades socioespaciais urbanas.

Em Limonad e Castro (2014)¹³ é possível apreciar a constância com que aparece a necessidade de se pensar o planejar a partir da experiência do cotidiano da sociedade. Os autores ressaltam o desafio do planejamento de atuar em diversas escalas, tratando-se, de acordo com Carlos (2014, p.25), “de considerar a tendência à mundialização em escalas justapostas, ao mesmo tempo localizando o planejamento no plano da vida e do lugar articulado e redefinido em resposta à reprodução ampliada do capital na escala mundial”.

Tanto Carlos (2014) como Randolph (2014) chamam a atenção para o fato de que é no plano da vida cotidiana que os indivíduos se deparam com privações, explicando desta forma uma das principais razões das revoltas que eclodiram em junho de 2013 no Brasil. De acordo com Randolph,

Estes reclamos das “multidões” podem ter como origem, essa é nossa hipótese, seu desejo por transformações das/nas cidades que estariam voltadas à satisfação das *necessidades e demandas cotidianas*, provavelmente difusas, das pessoas e famílias que nelas vivem. Satisfação contrária aos interesses do (grande) capital e de certos governantes apenas interessados em aumentar o “valor de troca” das cidades em detrimento a qualquer “valor de uso” das instalações urbanas para aqueles que nelas vivem. (RANDOLPH, 2014, p. 41)

¹²Ver definição de espoliação urbana em nota de rodapé 21.

¹³ Livro resultante de simpósio realizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), em julho de 2013, o que demonstra a atualidade das discussões.

De acordo com Limonad (2015), e conforme vimos no início deste capítulo,

As propostas de planejamento têm por meta e pretensão atuar na esfera do cotidiano, na escala local, porém, usualmente o planejamento, sua elaboração e as decisões relativas a ele, se realizam na esfera de reprodução geral hegemônica e sua implementação atinge diferentes escalas geográficas de distintas maneiras. (LIMONAD, 2014, p.86)

Um grande desafio ao planejamento apresenta-se, desta forma, pela necessidade de atuação interescalar, entendendo-se que as várias escalas encontram-se, de acordo com Saboya (2013), estreitamente ligadas e que, para efeito analítico, podem ser vistas a partir de tipologias baseadas em três ordens de decisões. A primeira ordem, denominada de *decisão executiva*, consiste, para o autor, nas ações – previamente planejadas, ou não – que interferem diretamente no espaço da cidade e em sua dinâmica, como as construções em geral, urbanização e infraestruturas, como estradas, serviços de implementação de transporte coletivo, entre outros. Já o planejamento das ações ocorre no nível de segunda ordem, denominadas de *decisões substantivas* e que podem ser associadas ao conceito mais utilizado de planejamento, ou seja, “estabelecem o conteúdo do plano e definem os rumos desejados para o futuro, tanto em termos de meios (estratégias, programas, ações, normas reguladoras) como fins (objetivos)” (SABOYA, 2013, p.86). A de terceira ordem de decisão, chamada de *processual*, diz respeito às condições sob as quais as decisões de segunda ordem são tomadas, ou a como as propostas contidas num plano serão identificadas, priorizadas e definidas. E ainda, com que processo ou de que forma se darão as decisões para o plano.

Com base nessa análise, Saboya (2013) destaca que “um erro comum cometido na teoria do planejamento é tratar decisões executivas simplesmente como ações e não como decisões propriamente ditas”. O autor argumenta que as decisões de planejamento tomadas no nível de segunda ordem acabam sendo as que definem ou orientam as ações a serem tomadas, e que, desta maneira, são escassas as possibilidades de decisões na fase executiva. Tal circunstância, para o autor, contribui para negligenciar “a complexidade do processo, adotando uma postura mecanicista segundo a qual o que ficar decidido no plano deve ser cumprido, custe o que custar, sendo qualquer desvio considerado um distanciamento de uma situação ideal, supostamente cristalizada no plano” (SABOYA, 2013, p. 86). Enquanto a sociedade usa e ocupa o solo na dimensão de suas atividades cotidianas de morar, trabalhar ou estudar, a ordenação imposta pelo Estado acaba por encerrar um macroplanejamento no qual as decisões são tomadas, e cuja racionalidade é redutora e homogeneizante dos espaços.

Conclusivamente à análise que realizou, Saboya (2013, p. 93) considera que “decisões de segunda e terceira ordens, portanto, podem e devem ser pensadas de modo a maximizar a convicção em decisões de primeira ordem”. Em poucas palavras, a partir da perspectiva da teoria do planejamento baseada em decisões, o autor destaca a importância de incorporar a dimensão do cotidiano no planejamento urbano, de forma que as diretrizes de um plano diretor, por exemplo, possam alcançar maior eficácia em suas ações. Ajuda a ressaltar, assim, a permanência, no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, da dificuldade em integrar a escala do desenho e da forma urbana com um planejamento que atue sob a premissa básica do direito à cidade e que aprofunde a sua relação com outros campos de análise, como o do cotidiano.

Os planos e projetos no campo da arquitetura e urbanismo são ainda definidos em pranchas de desenho, com propostas elaboradas sob encomenda, cuja intervenção do Estado reduz-se a fiscalizar o cumprimento de diretrizes, de acordo com Saboya, de segunda ordem ou de decisões substantivas. Para Limonad (2015),

Trata-se de propostas descoladas da realidade social, que a despeito de suas intenções originais tendem, via de regra, a satisfazer os interesses do mercado e de classes médias afluentes em detrimento de grupos sociais com reduzido poder aquisitivo. A responsabilidade do autor, do planejador, se encerra com o plano em si. Os problemas porventura decorrentes não são de sua responsabilidade. (LIMONAD, 2015, p. 79)

Em função da reduzida discussão sobre a dimensão da cotidianidade no campo do planejamento urbano, em particular dentro da arquitetura e urbanismo, a literatura buscada sobre este tema remonta à década de 1970, alinhada a autores como Jane Jacobs ou Kevin Lynch. De acordo com Choay (1992), estes autores se inserem no contexto da crítica radical, qualificada de humanista, e que surgiu fora do meio especializado dos urbanistas e construtores. Os autores formaram um movimento de contraposição ao modelo modernista de cidade, visando, segundo Choay (1992, p. 38), atacar “tanto a arbitrariedade de seus princípios quanto seu desprezo pelas realidades concretas, em nível de execução”. Jane Jacobs ergueu-se contra o urbanismo que aboliu a rua e toda a sua diversidade, lançando um livro de grande difusão intitulado *Morte e vida de grandes cidades americanas*. Kevin Lynch, por sua vez, destacou-se por sua análise estrutural da percepção urbana, e em sua concepção de uma proposta do planejamento feita *a posteriori*, em substituição àquela feita *a priori*, em que o conhecimento decorre do ponto de vista do habitante. “Pela mediação da psicologia

experimental e do questionário, o habitante torna-se, diante do planejador, um tipo de *interlocutor*” (CHOAY, 1992, p. 48).

No Brasil, pode-se destacar o trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos que, em 1981, juntamente com Arnold Vogel, lançou uma obra denominada *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*¹⁴; o livro possui como premissa básica aprofundar o conhecimento sobre as formas de apropriação de espaços de uso coletivo, em especial, de áreas de lazer, com o intuito de testar a validade de políticas calcadas em processos de revitalização de espaços urbanos cujo ponto de partida é a sua destruição (SANTOS; VOGEL, 1981). Maricato (2014) relata que Carlos Nelson foi peça chave também na tarefa de “desvendar a face real das cidades brasileiras”, em função de sua imersão na realidade das favelas, loteamentos periféricos e movimentos sociais, destacando o pioneirismo no início de 1965 de seu trabalho “urbanização da favela Brás de Pina”.

É relevante, atualmente, o papel da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP) no que se refere à discussão sobre a cotidianidade, em especial de um grupo que se formou ao longo dos anos da ditadura militar no Brasil, liderado pelo sociólogo José de Souza Martins, composta por integrantes também da Geografia e da Arquitetura. Ao proceder à leitura e discussão das obras de Marx, de forma a tentar compreender seus procedimentos metodológicos, o grupo enveredou na continuidade da leitura de Lefebvre com o intuito de apreender o método dialético na contemporaneidade. Destaca-se a importância de Martins, com seu olhar sobre a realidade brasileira em relação ao cotidiano em obras como *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala* (2008) ou *Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre* (2014).

Pertencentes a esse grupo, mencionamos: a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, cuja relevância na discussão do cotidiano permeia a presente dissertação, a partir da noção do lugar e a mundialização do espaço; a geógrafa Odette Carvalho de Lima Seabra; e ainda o arquiteto Jorge Hagime Oseki. Este, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP), lecionou e pesquisou, sob inegável influência lefebvriana, temas relacionados à autoconstrução, rios urbanos e desenho ambiental.

Fora deste grupo, cabe mencionar autores que como Souza (2002) e Randolph (2014), são mediadores na reflexão sobre as contradições entre o espaço da vida cotidiana e

¹⁴ Com influências em Mauss, Beuchat, Halbwachs, Durkheim e Simmel entre outros autores. Além destes, um dos autores que se relacionam a esta publicação é o sociólogo brasileiro Carlos da Matta. Este autor publica, em 1985, o livro *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, realizando análises da sociedade brasileira com base nas oposições de elementos, analisando-os a partir do conjunto, e não de suas partes.

planejamento urbano. Nesta direção pode-se ponderar sobre se não seria o caso do planejamento atuar, ainda que emergencialmente, na linha de um planejamento subversivo, que conforme Randolph (2014), propõe repensar o planejamento sob novas bases, uma vez que possui o papel de mediador entre sociedade e Estado. Suas ideias permeiam, assim, em torno de

“tomar o planejamento, na sua aceitação comum, pelo lado negativo; pelo que NÃO É: ou seja, o planejamento é tido, em geral, como uma atividade que é tudo menos revolucionária, insurgente ou subversiva. Talvez seja até “contrarrevolucionária”; “contra-insurgente”; “contra-subversiva”. (RANDOLPH, 2014, p. 50)

O autor trabalha o conceito de um planejamento subversivo, argumentando que o Estado tem atuado de forma a abstrair as manifestações insurgentes, encarando-as como temporárias, permitindo inclusive a sua organização para que depois naturalmente desapareçam. O conceito de planejamento subversivo trabalha justamente no aproveitamento das experiências insurgentes, mas atuando na base de sua formação, na dimensão da cotidianidade. É subversivo porque ao não confrontar diretamente o sistema, cria “na práxis cotidiana formas duradouras que não se submetem às forças colonizadoras dos sistemas” e está “baseada na própria ignorância do sistema em reconhecer a integração social como elemento estrutural para a sua sobrevivência” (RANDOLPH, 2014, p. 48).

Neste sentido, vale refletir sobre o pensamento de Souza (2002) que acredita em formas de desenvolvimento socioespacial por meio do princípio da autonomia de Cornelius Castoriadis, que engloba dois sentidos inter-relacionados: a autonomia coletiva “ou o *consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade*” e a autonomia individual, ou “a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e reconhecimento de causa” (SOUZA, 2002, p. 174).

Para Souza, não se trata de eliminar a figura do Estado radicalmente, mas de compreender o processo envolvido nos diferentes graus de autonomia que existem ou podem existir, o que permitiria ao Estado vislumbrar e protagonizar soluções a partir do aumento do grau de autonomia dos desprivilegiados. O autor se apoia em Castoriadis no que se refere ao entendimento de que conflito e poder não estarão nunca ausentes, pois uma sociedade dita justa deveria ser aquela que deixa constantemente aberta a possibilidade de discussão sobre as leis que adotou como justas.

Uma sociedade autônoma iria desta forma sendo construída ao longo do tempo, a partir da abolição gradual da separação entre dirigentes e dirigidos “dando-se a oportunidade

de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (SOUZA, 2002, p. 175). Mesmo que esteja implícita a ideia de gradualismo em Souza, o autor deixa claro que a necessidade da “participação popular” deve ser radicalizada ao máximo, não se devendo contentar-se com o modelo da participação por consensos. A ideia de uma sociedade autônoma é basicamente a negação do Estado e de seu planejamento e gestão, sendo que o resultado final é a dinâmica na qual, “cidadãos conscientes e efetivamente livres decidiriam, com conhecimento de causa, os destinos de seus espaços de moradia, trabalho, circulação, lazer e consumo” (SOUZA, 2002, p. 178).

Neste caminho Lefebvre (2004) chamou de revolução urbana:

o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano. (LEFEBVRE, 2004, p.19)

Retomar-se-ia, assim, a percepção do enriquecimento mútuo da relação dialética entre o planejamento urbano e a cotidianidade, desafio pouco assimilado e evidenciado na prática e cuja importância o presente trabalho procurará iluminar.

Para tanto, a discussão dos autores acima expostos auxilia em apontar que considerar o tema do cotidiano no planejamento está diretamente relacionado à procura pela escala de reflexão do lugar, da apropriação futura do espaço e do tempo do “habitar” e da vida cotidiana; da crítica da predominância do privado sobre o público ou da cidade que se faz para o lucro e não para as pessoas, segundo Marcuse (Brenner et al., 2009). Enfim, às possibilidades abertas a soluções de problemas urbanos que podem ser incorporadas pela sociedade e que podem ser melhor percebidas e assimiladas pela percepção do espaço que se organiza pelo domínio da programação da cotidianidade moderna pelo planejamento, tendo como consequência uma redução da vida cotidiana.

2.3 O PLANEJAMENTO URBANO NO GUARITUBA: IDEIAS FORA DO LUGAR

Antes ainda de prosseguir com a análise da investigação realizada em campo, fez-se necessário, face à abordagem sobre o cotidiano em sua relação com o planejamento, apresentar o contexto do processo de planejamento urbano ocorrido no Guarituba, de forma a revelar que este se encontra em consonância com o exposto sobre o urbanismo brasileiro por

Maricato (2013b, p. 122), ou seja, sem “comprometimento com a realidade concreta”. De acordo com a autora,

se tratam de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias. (MARICATOa, 2013, p. 122).

No Guarituba, as estratégias e abordagens utilizadas pelo planejamento urbano revelaram-se historicamente fora do lugar. Sob esta perspectiva, conforme se verá a seguir – a partir da historicidade em quatro momentos do planejamento no Guarituba – destaca-se que ele se orientou fundamentalmente para uma racionalidade do plano da reprodução metropolitana (ou uma ordem distante do lugar), onde predominou o macroplanejamento com regras de ordenamento territorial municipais e estaduais, baseadas na proteção ambiental, em especial para a preservação dos mananciais de abastecimento público – processo este que se tornou um agravante dos problemas socioambientais do lugar por desconsiderar o processo de produção desigual da moradia no espaço da metrópole ocorrido no Guarituba, em especial, a partir da década de 1980.

O primeiro momento pode ser analisado a partir da primeira diretriz de planejamento que se tem notícia sobre a área do Guarituba, sendo que esta já apontava para o interesse regional de proteção ambiental sobre a área. Ela se encontra no Plano de Saneamento de Curitiba, elaborado por Saturnino de Brito entre 1920 e 1921. Nesta época, o Guarituba era ainda uma das fazendas pertencentes a Guilherme Weiss¹⁵, de onde era retirada a argila para a produção de cerâmica em sua fábrica, a “Cerâmica de Pinhaes”¹⁶.

¹⁵ A área onde se situa o Guarituba, na porção leste da metrópole de Curitiba, foi parte integrante de uma grande propriedade adquirida, em 1895, pelo engenheiro e vice-governador da província do Paraná (entre 1893 e 1894), Francisco de Almeida Torres. A propriedade localizava-se no entorno da estação de trem de “Pinhaes”, da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, inaugurada em 1873 (PM DE PINHAIS, 2015). Em 1912, a serraria, a olaria e a propriedade de Pinhais de Francisco de Almeida Torres foram adquiridas por Guilherme Weiss, filho de alemães (imigrados em 1872), cujos pais exerciam a profissão de padeiros em Curitiba (SIZANOSKI, 2012). Guilherme Weiss trouxe, de viagens à Europa, técnicas, instrumentos e equipamentos para a produção de cerâmica. Criou uma vila de operários no entorno da antiga fábrica e, em 1915, estabeleceu a “Cerâmica de Pinhaes”.

¹⁶ De acordo com Sizanowski (2012), a produção de telhas, ladrilhos e tijolos da “Cerâmica de Pinhaes” cresceu sobretudo ao longo da década de 1920, e em 1929, após a crise econômica mundial, sob o domínio da fase brasileira de substituições das importações, “a produção chegou a 1.000.000 de unidades de telhas, ladrilhos e tijolos, indicando um aumento da produção de quase 70% em seis anos”. A exportação desses produtos foi favorecida pela ferrovia que “seguia especialmente para o Rio de Janeiro e demais estados em direção ao norte brasileiro”; para o transporte dos produtos, “a fábrica utilizava 92 vagões e uma locomotiva grande de carreira e também possuía três espaçosos depósitos próximos do trapiche”, em Antonina. (SIZANOSKI, 2012).

O importante para este estudo foi o registro que se realizou neste Plano de Saneamento, já no início do século XX, da necessidade de medidas administrativas de proteção das florestas¹⁷ para a preservação dos mananciais situados na região leste de Curitiba, inclusive com discussões acerca de outras alternativas de fontes de abastecimento de água (MEIRINHO, 2012). O plano urbano de saneamento apontava desta forma que para a produção do espaço de Curitiba interessava que os mananciais e as florestas na região de Piraquara se mantivessem protegidos e preservados.

O segundo momento de planejamento do Guarituba se refere ao processo que levou o lugar a ser considerado pelo Estado como a maior “ocupação irregular” do Paraná. O início deste processo ocorreu mais de meio século depois do plano de saneamento de Curitiba de Saturnino de Brito, quando a proteção dos mananciais é incorporada em um plano metropolitano, a partir da elaboração, em 1978, do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI/78 (COMEC, 1978) pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

A estratégia do PDI/78 baseava-se em três premissas básicas, a saber: (i) geração de riqueza (otimização da exploração mineral e agropecuária e desenvolvimento industrial); (ii) garantia de sobrevivência adequada a partir da preservação dos recursos hídricos e de outros de caráter ecológico; e (iii) melhoria da condição de vida da população metropolitana com a orientação do crescimento, atendimento de serviços públicos e criação de subcentros regionais.

Sendo assim, apresentou uma proposta de organização territorial por subsistemas regionais, dentro da qual:

No subsistema leste a cidade de Piraquara deve assumir função de subcentro regional tanto para equilibrar os efeitos de outros distritos municipais até mais populosos como é o caso de Pinhais – porém já praticamente conurbado a Curitiba – como também para servir de apoio às atividades rurais (como formação de uma bacia leiteira apta a abastecer o mercado metropolitano) e às de preservação ecológica, evitando a ocupação despropositada do território leste de Curitiba por tecidos urbanos de toda a sorte e densidade. (COMEC, 1978, subcapítulo 5.2).

¹⁷ Meirinho (2012) destaca a importância deste plano, que foi contratado pelo Governo do Estado após uma epidemia de febre tifoide registrada em Curitiba no ano de 1917. Na pesquisa realizada por Saturnino de Brito em função da epidemia, foi investigada, dentre outros, a suspeita de contaminação de águas nos mananciais da serra em Piraquara (Represa do Carvalho), tendo em vista a notificação de ocorrência da doença na casa dos vigias, próximas às instalações de captação. Dados analisados naquela pesquisa demonstravam haver indícios da ocorrência de redução da capacidade de abastecimento de água, verificados em medições ($m^3/24h$) ocorridas entre os anos de 1906 e 1919. Tudo indicava que as florestas não estavam sendo devidamente preservadas, sendo “possível supor que a região estava sendo utilizada para atividades econômicas e com a presença intensiva de pessoas” (MEIRINHO, 2012, p. 48).

A região do Guarituba, diagnosticada no plano como área sujeita a inundação, bacia leiteira e território sujeito à ocupação de toda sorte, passava assim a possuir diretrizes de controle da sua ocupação pelo órgão metropolitano.

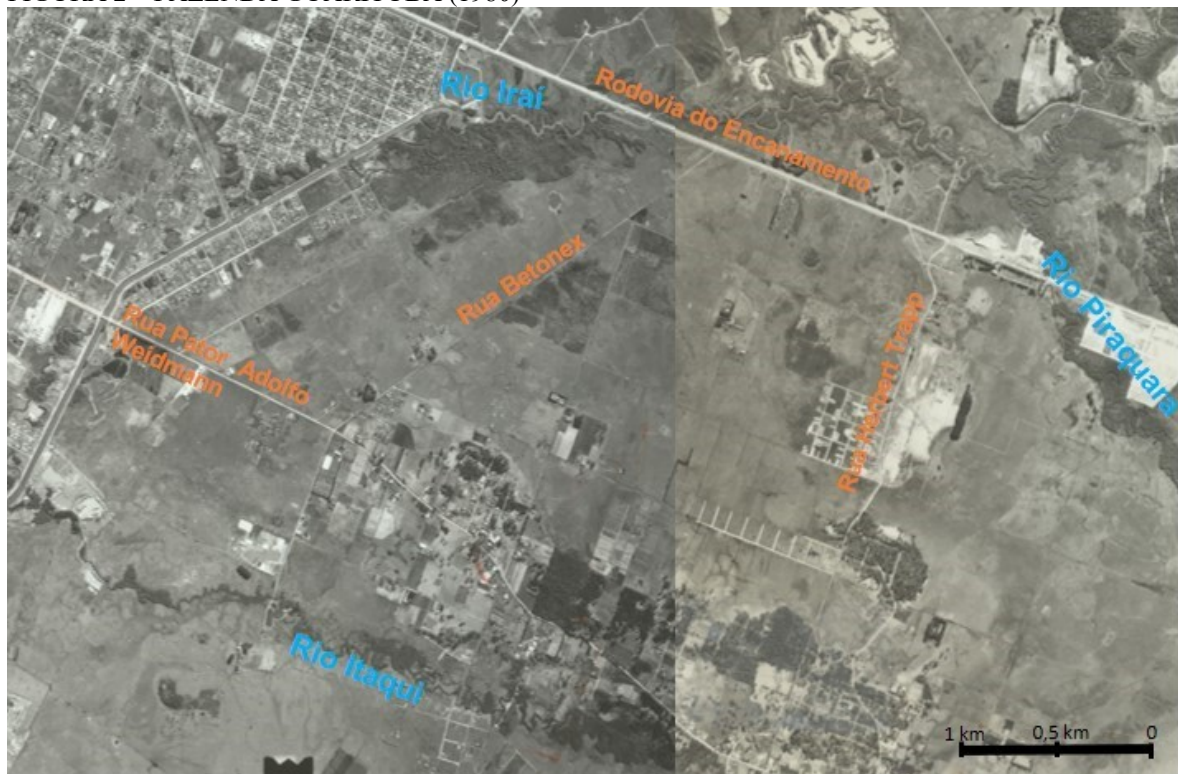
Além do PDI/78, foi promulgada, em 1979, a Lei Federal nº 6.766/79, conhecida como Lei Lehman,¹⁸ que definiu que a aprovação de loteamentos se relacionasse com o planejamento ordenado das cidades e, sobretudo, que seus infratores fossem penalizados. Embora ela delegasse aos municípios a aprovação do parcelamento do solo urbano, esta passou a depender de anuência prévia dos Estados – no caso da RMC, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) – em parcelamentos localizados em áreas de interesse especial, definidas por leis estaduais ou federais como áreas de proteção aos mananciais ou ao patrimônio histórico, cultural, paisagístico ou arqueológico.

Sob as novas bases legais acima mencionadas, o órgão metropolitano passou então a construir normas e orientações necessárias para proteger os mananciais de abastecimento. Sendo assim, em 1980, foi aprovado o Decreto Estadual nº 2.964 que, com vistas a regulamentar a LF 6.766/79, declarou como de interesse e de proteção especial várias bacias hidrográficas na RMC, dentre as quais aquelas em que se situa o Guarituba (bacias do Iraí, Piraquara e Itaquí) (SUDERHSA, 2015). E ainda, com a clara intenção de manter uma baixa densidade para a proteção dos mananciais, foi elaborado pela COMEC, em 1979, o primeiro Plano de Estruturação Municipal para o município de Piraquara, definindo o Guarituba como Zona de Preservação Urbana 3, onde seriam permitidas atividades agrícolas, de lazer e de turismo, com lotes superiores a 5.000 m² (COMEC, 2002).

A Fazenda Guarituba, conforme se pode identificar em imagem de sua fotografia de 1980 (FIGURA 2), era ainda uma região com características eminentemente agrícolas. Contudo, logo abaixo, na FIGURA 3, verifica-se outra realidade na imagem registrada em planta pelos órgãos públicos: uma área totalmente subdividida em lotes coloniais e loteamentos.

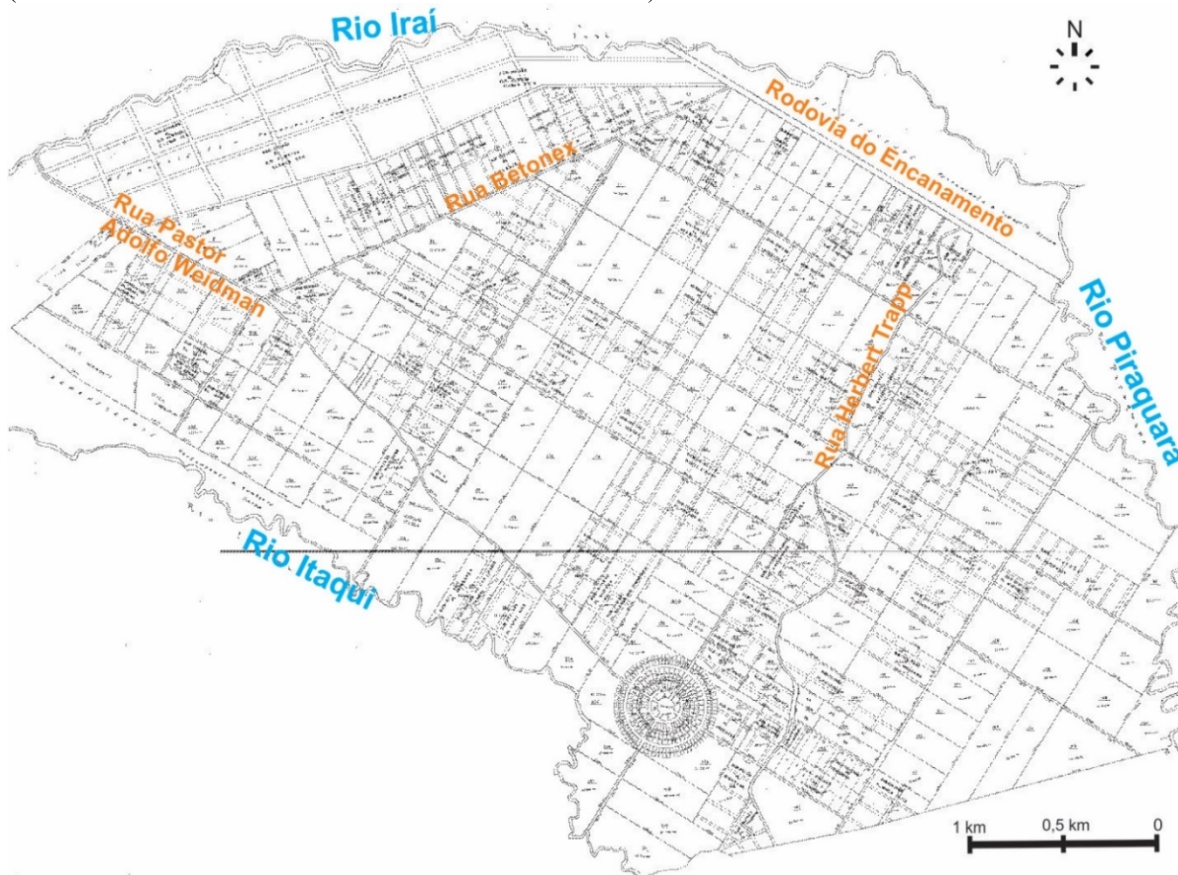
¹⁸ Promulgada após pelo menos uma década de discussões e reivindicações de controle do parcelamento urbano indiscriminado e clandestino no país.

FIGURA 2 – FAZENDA GUARITUBA (1980)



Fonte: 1. Adaptado de ITCG (2015)

FIGURA 3 – PLANTA DA FAZENDA GUARITUBA EM LOTES COLONIAIS E LOTEAMENTOS (CONSTITUÍDA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980)



Fonte: Adaptado de COMEC (2015a).

Na década de 1950, na esteira da tendência da especulação imobiliária sobre áreas no entorno de Curitiba¹⁹, a Fazenda Guarituba havia sido parcelada por Humberto Scarpa (genro de Guilherme Weiss), com a criação de uma empresa imobiliária (Sociedade Colonizadora Guarituba Ltda), ao mesmo tempo em que fechara sua fábrica de cerâmica. A Fazenda Guarituba, com área de 12.800.000 m², foi loteada em 243 lotes coloniais com área média de 50.500 m², 160 lotes urbanos com área média de 880 m² e 4 glebas destinadas a edifícios públicos com área média de 360 m² (COMEC, 1999a). Muitos dos novos donos dos lotes coloniais, por sua vez, subdividiram-nos em áreas menores, o que resultou na aprovação de oitenta e três loteamentos (8.856 lotes) na Fazenda Guarituba até a década de 1980 (TABELA 1).

TABELA 1 – Nº DE LOTEAMENTOS E LOTES APROVADOS NA FAZENDA GUARITUBA ATÉ A DÉCADA DE 1980

Década	Nº de loteamentos	Nº de lotes
1950	58	6.038
1960	4	328
1970	7	1.008
1980	3	76
sem data	11	1.406
Total	83	8.856

Fonte: COMEC (2002).

Nota: Dados organizados pela autora (2016).

O loteador, com a permissão que lhe havia sido concedida pelas leis governamentais na primeira metade daquele século, desenhou o Guarituba sem qualquer restrição ou oposição, seguindo somente a liberdade do lucro imediato, em áreas totalmente inapropriadas ao adensamento populacional, sujeitas a enchentes frequentes e longe de qualquer infraestrutura urbana. As legislações, definidas por uma ordem distante daquele espaço – em 1937 pelo Decreto-Lei Federal nº 58/1937 e em 1942 pela Lei do Inquilinato – impuseram-se e se projetaram no lugar²⁰.x

¹⁹ Embora não se perceba pelo crescimento da malha urbana, a aprovação de um grande número de loteamentos em Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais nas décadas de 1950 e 1960 indicava a mercantilização do solo na direção norte e leste para além dos limites de Curitiba, evidenciando também um processo de produção do espaço a partir da reprodução da metrópole nesses lugares. A década de 1950 foi responsável pela produção de 30,23% (75.125 unidades) dos lotes produzidos até o ano de 2004 nos municípios que compõem a Área de Concentração da População (ACP) de Curitiba. Desses, 22.258 foram produzidos em Piraquara, grande parte dos quais no então distrito de Pinhais onde se localizava o Guarituba (COMEC, 2006, p.61).

²⁰ Segundo Leonelli (2010), o Decreto-Lei Federal nº 58/1937, considerado o primeiro a regulamentar o parcelamento do solo no Brasil, veio a corroborar com a formação das periferias urbanas. O citado decreto tratou como prioridade a garantia dos direitos dos compradores de lotes urbanos, e qualquer que fosse, e a dos trabalhadores que somente poderiam comprar, com seus baixos salários, um lote situado nos longínquos loteamentos localizados nas periferias das cidades. A autora menciona também o papel da Lei do Inquilinato

Tendo em vista a nova regulamentação de proteção dos mananciais hídricos, esses 83 loteamentos com 8.856 lotes que haviam sido aprovados sobre a Fazenda Guarituba entre as décadas de 1950 e 1980 foram considerados irregulares à ocupação. Apesar disso, no final da década de 1980 e durante a década de 1990, esses lotes vazios foram sendo gradualmente ocupados, pois a área do Guarituba tornava-se atrativa para a população de baixa renda. O cenário de incertezas, crescimento populacional da região, falta de recursos governamentais para o financiamento da moradia de baixa renda e falta de priorização das ações governamentais que se aprofundou na década de 1990, após a crise da década anterior, intensificou o processo de ocupação do Guarituba, principalmente na forma de assentamentos informais.

Não obstante, a restrição legal à ocupação imposta pelo Estado (para proteção do meio ambiente, dos recursos naturais e hídricos), a força da propriedade privada e da mercantilização da terra persistia nos loteamentos do Guarituba, já que haviam sido aprovados e seus lotes adquiridos pela população. Permaneceu no lote a legalidade da propriedade, sendo que, contudo, não poderiam ser ocupados. É uma situação similar à da margem de preservação ambiental ao longo de um rio que incide sobre uma propriedade. Caso sejam ocupados, a ocupação é considerada irregular, e não o terreno. Tendo em vista que o valor de troca da propriedade permanecia, continuou a existir nela a possibilidade de captação de renda, e isto foi logo compreendido e apropriado por meio da venda mais barata dos imóveis e pela ocupação ilegal.

Em 1992, o distrito de Pinhais desmembrou-se de Piraquara. A porção territorial do Guarituba continuou pertencente a Piraquara, e a população deste município diminuiu então para 31.346 habitantes, de acordo com dados gerados pelo Censo Demográfico de 1991 (COMECA, 2002). Contudo, o IBGE registrou no ano de 2000 um grande incremento populacional no município, passando para 72.886 habitantes, dos quais 39.057 rurais, sendo que grande parte desta população ocupava o Guarituba. Aponta-se aqui outra contradição histórica desta ocupação: embora considerado rural pelo IBGE, devido à sistemática que considerava urbano tão somente o perímetro urbano legalmente constituído²¹, a área de ocupação do Guarituba ia se tornando não somente maior do que a própria sede municipal de

(Decreto-Lei Federal nº 4.598/1942) que, da mesma forma, produziu o efeito de indução da ocupação de loteamentos na periferia (e também de assentamentos informais e favelas) a partir de regras que desestimularam a produção privada voltada à moradia de aluguel.

²¹ O Guarituba foi incorporado no perímetro urbano municipal pela Lei Municipal 896/2007, sendo que no Censo Populacional do IBGE de 2010, não constava ainda como área urbana.

Piraquara, mas passou a ser reconhecida e caracterizada pelo Estado como a maior “ocupação irregular”²² da Região Metropolitana de Curitiba.

Apesar das diretrizes formuladas de interesse metropolitano de proteção dos mananciais, permaneceu no lugar a lógica do interesse imobiliário, interferindo na ordem próxima do vivido que se estabeleceu com um cotidiano marcado pela precariedade, espoliação urbana²³, pobreza, estagnação, abandono e violência. Quase na virada para o século XXI já era nítido o quadro da contradição em relação ao significado do moderno na Metrópole, embora fizesse parte desta. Quando somos colocados face a face a esta contradição, entendemos a frase de Martins (2013) ao colocar que parecemos ser mais modernos do que de fato somos.

Em fotografias existentes e registradas pela COMEC em 1999 (COMEC, 1999a) observa-se a situação em que viviam muitas famílias, convivendo com esgoto a céu aberto, sem energia elétrica ou água. Barracos eram construídos sobre a turfa úmida do Guarituba, em meio a um emaranhado de fios (“gatos”) aonde se chegava através de caminhos (carreiros) marcados pelos pés dos moradores²⁴. O maior problema para as autoridades eram as enchentes, momento em que na ação municipal e estadual para medidas de contingência a situação evidenciava para os agentes públicos o aumento e a gravidade da informalidade e da pobreza.

O terceiro momento desta ordem distante do planejamento ocorreu, contudo, contraditoriamente à lógica de restrição à ocupação, a partir da solução encontrada pelo órgão metropolitano no final da década de 1990, com a proposta de uma lei de flexibilização do uso e da ocupação do solo em área de mananciais, pela Lei Estadual 12.248/1998. A flexibilização do uso e da ocupação do solo permitiria a consolidação de loteamentos aprovados e localizados fora das curvas de cheias de recorrência de cinquenta anos dos rios, resolvendo o problema da ilegalidade de muitos proprietários. Ao mesmo tempo, abria-se a possibilidade

²² O termo “ocupação irregular” é utilizado em publicações dos órgãos estaduais para identificar áreas que abrangem um conjunto de formas de ocupação em desacordo com a legislação vigente. No caso do Guarituba, este conjunto engloba desde assentamentos informais em áreas de proprietários privados, ocupações em áreas de restrição ambiental, ocupação de loteamentos ilegais, a ocupações de proprietários em loteamentos aprovados legalmente cujos lotes vieram a ser proibidos de serem ocupados devido à legislação de proteção dos mananciais.

²³ Em um livro composto por textos escritos na década de 1970 intitulado *A espoliação urbana*, Kowarick (2009) analisa as consequências da exploração acirrada do trabalho e da espoliação urbana que afetavam os trabalhadores no Brasil. Para o autor, espoliação urbana é “a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.” (KOWARICK, 2009, p.22)

²⁴ O perigo dos gatos é acentuado no Guarituba, pois a situação de encharcamento do solo constituía em especificidade da área, traduzindo-se em possibilidade de eletrocutamento, além de insalubridade para as famílias residentes.

de regularização fundiária do Guarituba, por meio do dispositivo de declará-lo como Área de Interesse Social (AISO). Tendo em vista o reconhecimento pelo Estado da precariedade do lugar (a maior ocupação irregular da RMC), com o agravante de piorar a qualidade das águas para abastecimento público. O Guarituba foi a primeira área a ser considerada uma Unidade Territorial de Planejamento (UTP) pelo órgão metropolitano, um dos instrumentos do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais (SIGPROM) criado pela Lei Estadual 12.248/1998.

A UTP é uma área criada com o intuito de facilitar o planejamento, sendo nela definido um zoneamento com a premissa de proteção ambiental dos mananciais. Para este zoneamento, o conjunto das instituições estaduais pertinentes (COMEC, IAP, SUDERHSA e SANEPAR)²⁵, estabeleceu como critério básico a manutenção de uma densidade máxima de 20 habitantes por hectare, de acordo com o plano da UTP do Guarituba (COMEC, 1999b), um padrão aceitável de densidade populacional que permite manter a qualidade dos recursos hídricos, desde que aliado à coleta e tratamento de efluentes líquidos. Mantendo-se este parâmetro, áreas já adensadas poderiam ser consolidadas, desde que outras se mantivessem com baixa ocupação ou vazias. A UTP do Guarituba, com seu respectivo zoneamento, foi aprovada pelo Conselho Gestor dos Mananciais (conselho formado para o SIGPROM) em 1998, e instituída pelo Decreto Estadual nº 809/1999.

Neste zoneamento, todos os loteamentos e áreas densamente ocupadas no Guarituba foram definidos como Zona de Urbanização Consolidada, permitindo assim, de imediato, regularizar a situação ilegal dos proprietários de lotes residentes nestas áreas. O zoneamento definiu todas as áreas inundáveis, de acordo com a curva de recorrência de cheias de 50 anos do Plano Diretor de Drenagem para a Bacia do Rio Iguaçu na RMC (elaborado pela SUDERHSA, em 2002) como Zona de Restrição à Ocupação, qual seja, de proibição total à ocupação. As demais áreas foram definidas como Zonas de Ocupação Orientada (lotes de 2.000 m² ou 5.000 m² e de acordo com suas funções – residencial, serviço, comércio e indústria), passíveis de serem ocupadas e com densidade calculada em função da capacidade populacional, condicionada pela densidade máxima total da área do Guarituba de 20 hab./ha (COMEC, 1999b).

O embasamento legal e teórico para a consolidação das áreas adensadas no Guarituba pode ser encontrado na dimensão das conquistas da luta pela moradia situada no campo do

²⁵ IAP – Instituto Ambiental do Paraná, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (hoje Instituto das Águas), SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

direito à cidade e da Reforma Urbana. Revela-se não somente na luta dos proprietários, cujo direito de ocupar foi negado em função das leis ambientais, mas sobretudo pelo direito à propriedade dos que ocuparam informalmente o território. Para esta situação, a Lei Estadual 12.248/1998 abria a possibilidade de regularização fundiária, desde que o Guarituba fosse declarado como AISO, por meio de decreto municipal, de forma a, em concordância com a Constituição Federal de 1988, tornar realidade o cumprimento da função social da propriedade.

Contudo, a criação de uma AISO sobre o Guarituba não ocorreu de forma automática. Contra a sua criação e realização podem ser citadas algumas hipóteses explicativas. A primeira fundamenta-se no fato de que a própria aprovação da Lei Estadual 12.248/1998 e da UTP do Guarituba foi aceita com muita dificuldade por aqueles que trabalhavam no controle e fiscalização do meio ambiente natural protegido, em especial a Procuradoria Geral do Meio Ambiente, que via na flexibilização do uso e ocupação no Guarituba um caminho sem volta para uma área que deveria ser restrita, preservada e protegida. Para esse agente, não havia outra solução senão a desocupação do Guarituba. Além disso, a lei estadual era alvo de críticas porque, por outro lado, favorecia a implantação de condomínios residenciais de alta renda como alternativa de ocupação das áreas de mananciais, contribuindo para a segregação e fragmentação dos espaços.

Outra razão pode ser estabelecida pela hipótese de que a prioridade do então governo estadual recaiu sobre os conteúdos envolvidos na estratégia de desenvolver economicamente a Região Metropolitana de Curitiba e o Paraná, em função da qual os esforços se voltaram para a elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Integrado. É oportuno entender as formas e os conteúdos envolvidos na produção deste plano metropolitano, uma vez que explica e exemplifica, em parte, este movimento de abandono, em todos os níveis, de políticas voltadas à moradia e à regularização fundiária social. Neste caso, ocorreu pela extensão da lógica da programação da cotidianidade moderna de Curitiba para o nível metropolitano, fundamentada em uma renovada ideia de planejamento urbano como base da reorientação do Estado em direção a ideias neoliberais, seguindo uma tendência do capitalismo mundial na década de 1990²⁶.

Após esta fase é que se inicia um quarto momento do planejamento e de ações sobre o Guarituba nas escalas metropolitana e estadual. A partir de 2003, novas perspectivas se

²⁶ Estas ideias foram amplamente perseguidas pelos governos estaduais e municipais brasileiros que se basearam neste caminho para enfrentamento dos problemas do país frente à grave crise econômica da década de 1980, quando os índices inflacionários alcançaram seu maior patamar histórico.

abriram para a questão social e da moradia urbana no país e no Guarituba tendo em vista a ascensão da esquerda ao poder. Conforme ata da 26ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais (CGM)²⁷ (COMEC, 2016b), no ano seguinte, em 27 de abril de 2004, foi apresentada a necessidade de elaboração de um “Plano de Desenvolvimento Social, Urbano e Ambiental do Guarituba” que deveria ser detalhado após deliberação e aprovação pelo CGM, da proposta de trabalho apresentada. Tal proposta tinha como primeira iniciativa a criação de uma AISO e sugere que as possíveis divergências com a Promotoria do Meio Ambiente (“que deseja retirar toda a população de lá”) poderiam ser solucionadas mediante um Plano de Recuperação Ambiental, uma vez que no âmbito do CGM as discussões devem estar centradas na dimensão ambiental.

Em 30 de abril de 2005, de acordo com ata da 30ª reunião do CGM (COMEC, 2016b), realizou-se pela COHAPAR um pedido para implantação de empreendimento habitacional no Guarituba, com a previsão de 372 unidades, atendendo uma faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos (s.m.). O CGM condicionou a sua aprovação à instalação de infraestrutura básica, segundo recomendações da legislação vigente, bem como à aprovação de uma AISO. O projeto não vingou, mas em aproximadamente um ano, no dia 10 de março de 2006, conforme ata da 33ª reunião do CGM (COMEC, 2016b), foi aprovada a elaboração de um Plano de Intervenção do Guarituba, como resultado de trabalho de discussões entre um conjunto de instituições do Estado e do Município.

O acordo resultou em um convênio entre várias instituições governamentais, liderado pela COHAPAR, para a viabilização de um cronograma de ações visando à recuperação ambiental, urbanização, reassentamento de famílias e regularização fundiária do Guarituba, sob a condição precípua de que toda a área não consolidada e tornada vazia pela realocação de famílias fosse modificada para uma zona de restrição à ocupação, sendo a partir de então proibida qualquer construção e/ou reconstrução nessas áreas.

Em 22 de março de 2006, o território delimitado pela antiga Fazenda Guarituba foi finalmente declarado como Área de Interesse Social, pelo Decreto Estadual nº 6.293/2006. E em 29 de março aprovou-se também o Decreto Estadual nº 6.314, modificando o zoneamento da UTP do Guarituba (como uma condição da Promotoria do Estado de Meio Ambiente, com a definição de duas zonas apenas sobre a Fazenda Guarituba – Zona de Urbanização Consolidada e Zona de Restrição à Ocupação).

²⁷ A Lei nº 12.248/1998 aprovou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC – SIGPROM/RMC, tendo como um dos seus instrumentos o Conselho Gestor dos Mananciais.

Em 2007, foi elaborado pelo conjunto de instituições o Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba para a Preservação dos Mananciais – PRAU/Guarituba (COHAPAR, 2007), sendo encaminhado pela COHAPAR para aprovação junto ao Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II) do governo federal, angariando recursos da ordem de 90 milhões de reais. Foi elaborado sobre uma área de intervenção coincidente com os limites da Fazenda Guarituba. Para desenvolvimento do plano, realizou-se previamente um cadastro social de 8.258 famílias, sendo que 632 não foram cadastradas por não atenderem ao chamado institucional. De um universo de 8.212 lotes que compunham a área de intervenção, 6.387 encontravam-se ocupados por 8.890 famílias, representando um número aproximado de 30.233 habitantes. O plano apontava, com relação à infraestrutura básica, que mais da metade da população não era atendida pelos serviços de coleta de esgoto, somente 30% possuíam água encanada e 51% possuíam ligações clandestinas de energia elétrica.

Os recursos aprovados pelo PAC II foram distribuídos (FIGURA 4) desta forma:

- regularização fundiária de 8.807 famílias;
- reassentamento de 803 famílias;
- implementação de um parque linear ao longo do Canal Extravasor, de onde as famílias seriam reassentadas para o conjunto residencial;
- implementação de outros três parques destinados ao lazer e à preservação;
- edificação de um conjunto residencial para abrigar as famílias a serem reassentadas;
- infraestrutura urbana de água, esgoto, energia elétrica, drenagem e pavimentação, entre outros equipamentos; e
- trabalho social pré, durante e pós implementação dos projetos para todas as famílias de acordo com um Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS).

Em 2011, de acordo com o relatório de Projeto de Trabalho Técnico Social (COHAPAR, 2011) apresentado em janeiro daquele ano, a área de intervenção do Guarituba fora reduzida em função de revisão de custos para um universo de 5.378 famílias e realocação de 776 famílias, com uma diminuição da poligonal de delimitação do projeto de regularização fundiária.

Verifica-se assim que o planejamento da ordem distante parece finalmente atuar relacionando-se com uma ordem próxima do vivido. Em suas ações, o planejamento incorporou a proximidade com o local com base em um trabalho social em concordância com

o PTTS, que possuiu como objetivo a implementação de planos e projetos de urbanização, construção de moradias de baixa renda, regularização fundiária e parques públicos. Imputa-se assim ao referido processo a aproximação com o real e o vivido, pela atuação de agentes sociais em trabalhos de mobilização e conscientização da comunidade antes de ser reassentada durante o processo da mudança e durante alguns meses de convívio inicial entre as famílias no novo conjunto.

FIGURA 4 – SÍNTESE ESQUEMÁTICA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÕES FÍSICAS DO PRAU/GUARITUBA, PAC 2007



Fonte: A autora (2016).

Nota: Base Google Earth (2006).

No entanto, o próximo e distante, o micro e o macro, o particular e o geral, constituem-se dimensões em constante interação, sendo impossível dissociá-las. Conforme alertam Limonad e Lima (2003, p. 27), “não se deve incorrer na imprudência de depositar nas aproximações escalares sucessivas uma espécie de aproximação com a verdade”. Cabe considerar que sob a influência desta imprudência é que acontece a consolidação da lógica mecanicista como a apontada por Saboya (2013), segundo a qual as ações que ocorrem no nível de primeira ordem, ou da execução no plano local, cumprem o que fica decidido no nível de decisão de segunda ordem, na qual o planejamento é realizado. E nesta lógica, o planejamento não ocorre a partir do vivido.

É assim, portanto, que com a escolha do lugar chamado Guarituba, nove anos após o início da implementação das obras do PAC, a pesquisa investiga como ocorreu a apropriação de seu espaço pelos moradores, considerando a cotidianidade na sua relação dialética com a ordem distante do planejamento, mediada pela execução do PRAU/Guarituba. A investigação averigua, desta forma, a partir desta ordem próxima, o que a cotidianidade tem a revelar ao planejamento urbano e regional, e de que forma se constata a interação deste com o cotidiano, o que, por hipótese, ocorre sem que urbanistas e gestores públicos se atentem para a verdadeira relevância de planejar e de atuar com base nesta dimensão. Sem que avaliem assim a perspectiva de vislumbrar no confronto das dimensões as contradições que permitem analisá-las a partir de uma totalidade aberta, e não de suas partes, pois conforme escreveu Lefebvre, “... a dificuldade consiste em que é preciso mostrar que os fragmentos não se dispersam e não se isolam, mas convergem num projeto de transformação do mundo” (MARTINS, 1996, p.13). Antes, contudo, serão apresentados os procedimentos utilizados para a investigação em campo e da aproximação com os moradores e com os lugares da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APROXIMAÇÃO COM OS MORADORES E COM OS LUGARES

Sendo o objeto de investigação desta pesquisa a cotidianidade e a vida cotidiana no Guarituba, pretendeu-se, nas palavras de Magnani (2002), analisar “de perto” e “de dentro”, o fragmento espacial como unidade de análise, mas sem perder de vista a totalidade. Ou seja, teve-se como objetivo identificar padrões e regularidades a partir da dinâmica do cotidiano não como um sistema acabado em si, mas que na interação com outros fragmentos e dimensões de análise pudessem explicar e apontar caminhos pelo vislumbre de possibilidades abertas para soluções de problemas urbanos. Salienta-se neste contexto a interpretação de Marcos (2006), segundo o qual o olhar “de perto” e “de dentro” é complementado pelo que Magnani (2002) denomina de olhar “de longe” e “de fora”, ou seja,

um olhar distanciado do grupo, que permite uma visão do conjunto, amplia o horizonte de análise e complementa a perspectiva do de perto e de dentro, revelando, muitas vezes, dados e fatos que este olhar de dentro e de perto não permite observar e compreender (MARCOS, 2006, p. 114)

Do ponto de vista metodológico, resgata-se a contribuição da antropologia que, por meio da etnografia urbana, estabelece uma estratégia com dois polos de relação: “de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise” (MAGNANI, 2002, p.18).

A pesquisa, portanto, busca, à luz desta estratégia, analisar o modo e a forma de produção do espaço pelos moradores no Guarituba tendo em vista quatro recortes espaciais de referência, definidos em função de abarcarem diferentes formas e momentos da produção e reprodução do espaço no Guarituba (FIGURA 5):

1. Ruas Betonex²⁸, Juri Danilenko e Herbert Trapp: estas constituem três vias estruturantes onde se concentram o comércio e serviços públicos e privados no Guarituba, sendo duas delas mais antigas (Rua Herbert Trapp e Rua Betonex) e a outra implantada recentemente com o PRAU/Guarituba (Rua Juri Danilenko). Pode-se constatar o papel destas vias na mobilidade do espaço por automóvel,

²⁸ Possui esse nome porque era o nome de uma fábrica de concreto que existia na esquina com a rua Adolfo Weidmann.

estando conectadas diretamente a outras vias regionais de acesso a Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba;

2. Rua Pastor Adolfo Weidmann: via mais antiga do Guarituba, conecta o lugar com Pinhais desde os tempos em que era uma fazenda de fornecimento de argila para a fábrica “Cerâmica Pinhaes”, passando então para a ocupação de fazendeiros menonitas e mais tarde a colonos ucranianos e alemães provenientes principalmente de Santa Catarina;
3. Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá – CHMTC: situa-se na porção central da Rua Júri Danilenko e foi construído como uma das ações do PRAU/Guarituba (PAC/2007), com o propósito precípua de remanejar/reassentar famílias de áreas de situação de risco social e ambiental, tendo a primeira leva de suas casas entregue em 2012;
4. Jardim Orquídeas: embora a área seja reconhecida pelos moradores a partir deste nome, é constituída por um conjunto de loteamentos igualmente inseridos no PRAU/Guarituba (PAC/2007)²⁹, mas na linha de ação da regularização fundiária e implantação de infraestrutura básica (drenagem, saneamento, estrutura viária).

FIGURA 5 – RECORTES ESPACIAIS DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE



Fonte: A autora (2017).

Nota: Base Imagem Google Earth (2015).

²⁹ Vila Lory, Jd. Assaí, Jd. Monte Líbano, Jd. Tocantins, Jd. Tarumã IV e Jd. Orquídeas.

Tendo como referência esses recortes espaciais, quatro procedimentos para a investigação sobre a cotidianidade e a vida cotidiana dos moradores do Guarituba foram aplicados, considerando o modo como ocorreu a apropriação e produção do espaço: (1) trabalho de observação em campo; (2) entrevistas com interlocutores institucionais; (3) trabalho de campo com moradores; e (4) entrevistas com moradores locais. Nestas quatro formas de abordagem procurou-se manter presente o princípio da pesquisa participante, no qual “o compromisso social, político e ideológico do/da investigador(a) é com a comunidade, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55). Procurou-se observar a regra, contudo, de que o investigador que adota como referência a pesquisa participante em sua metodologia de estudo deve também “lutar por preservar o critério de rigor, de objetividade e de honesta competência em seu trabalho” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 57), o que significa compreender a ação transformadora da *práxis* como forma de aprimoramento do conhecimento e da teoria, pois,

todo o trabalho consequente de investigação deve objetivar ser um passo a mais no caminho da realização humana. Deve ser alguma forma de compreensão mais alargada, mais profunda a respeito de algo não conhecido, imperfeitamente conhecido ou passível de, através de uma outra fração de conhecimento confiável e dialogável, ser incorporado a um “todo de compreensão” mais fecundo. Mais fecundo como conhecimento integrado “a respeito de” e também como possibilidade de realização do conhecimento como um projeto de transformação de algo em alguma coisa melhor. Todo o bom saber transforma o que há no que pode haver. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p.57)

O *primeiro* procedimento foi realizado pelo trabalho em campo como forma de aproximação do objeto de pesquisa, por meio da integração ao espaço pelo percurso a pé em ruas principais e secundárias, olhando, visitando e comprando no comércio local, tomando um café na panificadora, almoçando no restaurante, experimentando um churrasquinho num carrinho ambulante. Pelos sentidos da visão, da audição ou do olfato, perceberam-se os espaços percorridos. Muitos registros fotográficos foram realizados, como memórias às quais se pode recorrer para lembrar de situações e de detalhes dos locais. A investigação por intermédio desta abordagem foi realizada na manhã inteira (7h-12h) dos dias 3 e 8 de março de 2016 (quinta-feira e terça-feira respectivamente), percorrendo-se a pé as Ruas Betonex e Juri Danilenko, e algumas transversais a estas, e também, nos intervalos das entrevistas realizadas, utilizando os estabelecimentos comerciais locais.

Como complementação, a análise do espaço percebido foi realizada como *segunda* abordagem, com base em entrevistas com interlocutores institucionais que colaboraram com

informações adicionais, principalmente a respeito do espaço concebido no Guarituba, em especial sobre o PRAU – Guarituba. Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas:

1. Na Prefeitura Municipal de Piraquara com três técnicos da ação social que atuaram na implementação do PRAU/Guarituba. Estas entrevistas foram realizadas em 14/10/2015 (Entrevistado 1), 08/06/2016 (Entrevistado 2), em 16/06/2016 (Entrevistado 3);
2. Na Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, com um técnico da ação social e um arquiteto que atuaram na implementação do PRAU/Guarituba. Estas entrevistas foram realizadas em 22/06/2016 (Entrevistado 4) e em 01/11/2016 (Entrevistado 5);
3. Na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, com três técnicos que participaram da elaboração do PRAU/Guarituba. Esta entrevista foi realizada em 30/08/2016 (Entrevistado 6).

Já a *terceira* forma de abordagem realizou-se durante o processo de entrevistas com os moradores locais. Para tanto, os primeiros entrevistados foram escolhidos em função de seu perfil, com o intuito de que mostrassem o lugar enquanto apresentavam outros moradores para agendamento de novas entrevistas. Nos dois lugares de referência de realização das entrevistas (Jardim Orquídeas e Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá), estes dois entrevistados são considerados lideranças locais. Além disso, na medida em que as entrevistas iam sendo aplicadas, perguntava-se a esses moradores se também poderiam apresentar outros moradores. Tal forma de aproximação se revelou rica em informações sobre o vivido no lugar, permitindo, através de diferentes olhares, enxergar detalhes sobre a realidade que fogem a uma observadora externa e que não fez parte da história do lugar. Assim, a percepção sobre o vivido por meio destas pessoas, merece destaque especial.

No Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá, tal colaboração partiu de uma pessoa que veio a se tornar peça fundamental nesta pesquisa. Nascida e criada no Guarituba, esta pessoa mostrou ser uma moradora-líder na luta por melhores condições de vida no lugar. Desde o momento marcado para que apresentasse o conjunto, assim como outros moradores (22/10/2016), passou a acompanhar a pesquisadora em todos os lugares percorridos. Alguns lugares não teriam sido visitados sem a sua presença, pela preocupação com a violência, pelo desconhecimento, ou ainda por não se enxergar a importância de tais áreas. Antes, o conjunto habitacional era percorrido nos trabalhos de campo somente pelo “lado de fora”, na Rua Juri Danilenko, pois a área mostrava-se um lugar pouco convidativo e de alguma forma

impenetrável, com limites bem definidos, apresentado por alguns como uma espécie de “Cidade de Deus” na RMC.

Esta interlocutora ajudou a pesquisadora a entender o significado do que é ser aceito em uma comunidade marcada pelo tráfico no cotidiano dos moradores. Um dia inteiro de sábado (29/10/2016) foi utilizado para percorrer, em sua companhia, uma rota demarcada dentro do conjunto de forma a registrar fotograficamente, de hora em hora, perspectivas escolhidas neste percurso, o qual foi feito doze vezes (das 06h às 18h). Na segunda-feira, ao retornar ao local para novas entrevistas, ela revelou que havia sido abordada por alguns moradores em função da presença estranha desta pesquisadora e que, em razão da argumentação que apresentou – a de que a pesquisa versava sobre como vivem os moradores, esses permitiram o prosseguimento do trabalho.

Contudo, o significado desta aceitação pôde somente ser apreendido a partir da ocorrência de outro episódio. Naquele mesmo dia, no retorno do campo para casa, ao cair da tarde, verificou-se que um pneu havia sido esvaziado. Imaginando ser um aviso para não voltar ao local, a decisão tomada foi pela suspensão da pesquisa. Contudo, esta moradora e interlocutora, demorou horas a explicar calmamente que não era nada daquilo. Passou a coletar todos os argumentos na rua, com os filhos, vizinhos e conhecidos, para demonstrar que na realidade foram as crianças (filhos de vizinhos) que haviam feito aquilo porque o carro atrapalhava, ali na rua, o seu jogo de futebol. Retornando para as entrevistas na segunda-feira seguinte, foi possível perceber que ela falara a verdade e, com menos apreensão, o sentimento experimentado a partir de então foi de maior pertencimento ao lugar, com inclusive esta pesquisadora sentando-se nas calçadas para entrevistas e cumprimentando pessoas.

Outra moradora do conjunto concebeu a oportunidade de percorrer conjuntamente espaços de sua experiência no Guarituba enquanto parte integrante do movimento da ocupação por moradia (ocupação Olga Benário), ocorrido no final do ano de 2010, no Guarituba. No Jardim Orquídeas, por sua vez, outros moradores apresentaram o lugar e pessoas para entrevistas. Por meio destas pessoas foi possível perceber como vivem os moradores nos dias de hoje, em função do projeto de urbanização do PAC/2007. Dentre esses, pode-se destacar um morador que, devido à sua profissão de pedreiro, e por saber o que significa construir (trabalhando junto a empresas com arquitetos e engenheiros), possui um olhar crítico com relação à forma como foram realizadas as obras de urbanização em seu bairro, e foi o primeiro a apontar em campo como estavam ocorrendo as supostas melhorias na qualidade de vida, decorrentes das obras de infraestrutura urbana no Jardim Orquídeas.

Além da percepção do espaço vivido através do olhar desses moradores, que não constava como abordagem nos procedimentos metodológicos programados inicialmente, a investigação sobre o cotidiano vivido foi realizada como *quarta* forma de abordagem, por meio de entrevistas a moradores, tendo como referência os quatro recortes espaciais, em especial o Jardim Orquídeas e o Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá.

As entrevistas foram realizadas entre 06/10/2016 e 08/11/2016, e conforme pode ser constatado no QUADRO 1, a realização das entrevistas foi programada, preferencialmente, para as terças e quintas feiras. Contudo, a disponibilidade de muitos entrevistados levou à realização também nas segundas, sábados, domingos e feriados. Foram no total, quinze dias de entrevistas no Guarituba.

QUADRO 1 – DATA, DIA DA SEMANA E NÚMERO DE ENTREVISTAS POR DIA

Data	Dia da semana	nº de entrevistas
06.out.16	quinta-feira	3
08.out.16	sábado	2
11.out.16	terça-feira	1
18.out.16	terça-feira	4
20.out.16	quinta-feira	4
25.out.16	terça-feira	3
27.out.16	quinta-feira	3
30.out.16	domingo	1
31.out.16	segunda-feira	2
01.nov.16	terça-feira	3
02.nov.16	quarta-feira	1
03.nov.16	quinta-feira	2
04.nov.16	sexta-feira	6
06.nov.16	domingo	1
08.nov.16	terça-feira	3
Total		39

Fonte: A autora (2016).

Foram realizadas trinta e nove entrevistas do tipo semiestruturada, sendo dezesseis no CHMTC, quinze no Jardim Orquídeas, cinco com moradores antigos (moradores próximos à rua Pastor Adolfo Weidmann, Betonex e Juri Danilenko) e três comerciantes da rua Betonex. Por serem semiestruturadas, as entrevistas foram direcionadas a partir dos seguintes assuntos:

- a) Historicidade: investigar a origem dos moradores entrevistados e o percurso até chegarem ao Guarituba, além das razões que os levaram a escolher esse lugar. Investigou-se como era a vida no Guarituba quando chegaram e as principais mudanças que perceberam ao longo do tempo;
- b) Produção e apropriação do espaço para moradia: investigar como cada um ocupou a área do Guarituba e como conquistou a moradia em que vive;

- c) Casa: investigar sobre o processo de construção da moradia e sua relação com a vida cotidiana da família;
- d) Vida cotidiana e cotidianidade: investigar a rotina de atividades que o entrevistado e sua família realizam no dia a dia para o trabalho, estudo, lazer e consumo, procurando observar como se apropriam do espaço por intermédio destas atividades;
- e) As ações do Estado: investigar sobre a percepção dos moradores quanto às recentes transformações do Guarituba (urbanização, casa nova, regularização fundiária) e de que forma afetaram seu espaço cotidiano.

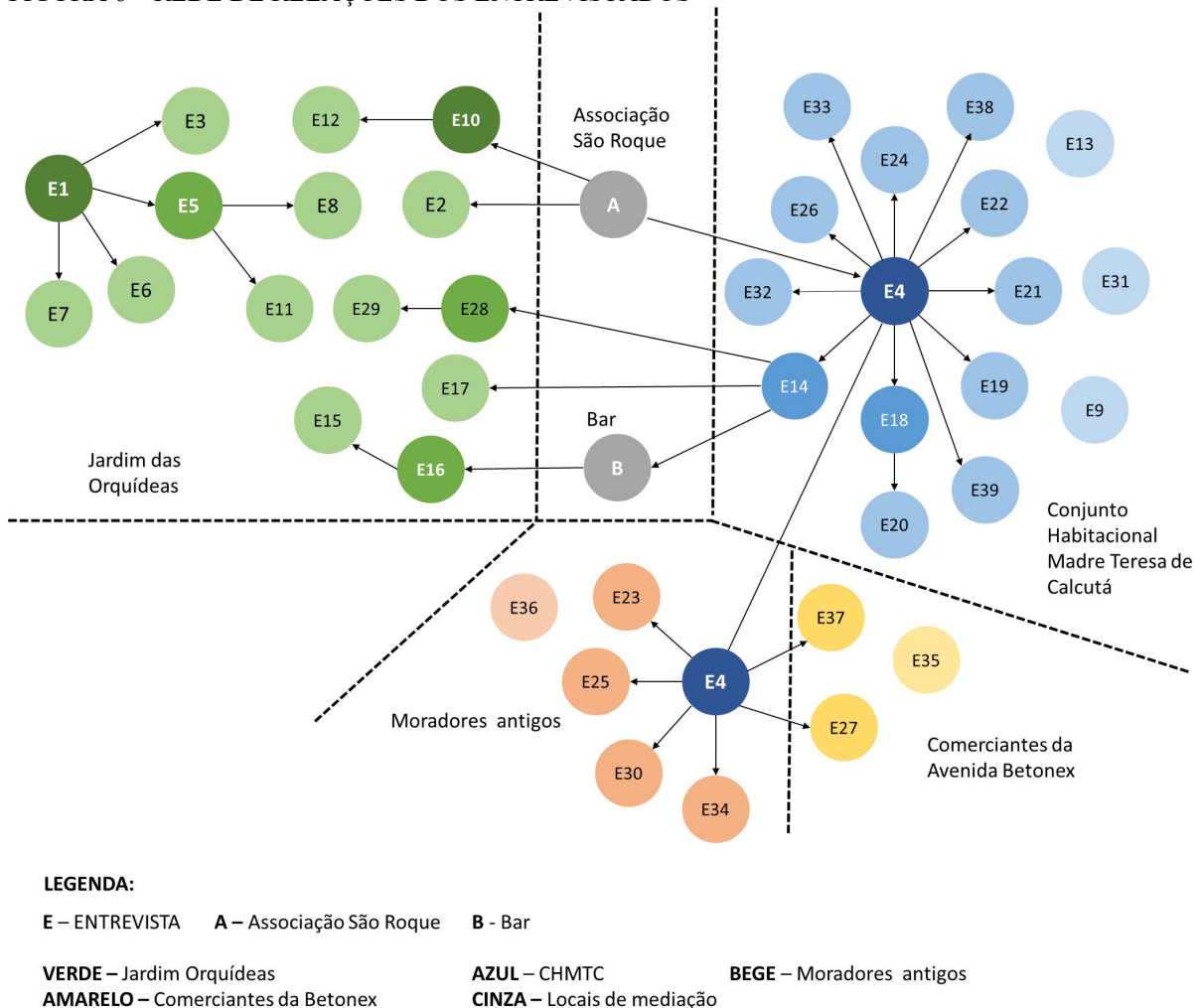
As entrevistas foram realizadas mediante agendamento com cada entrevistado, e, para tanto, foi essencial o procedimento da apresentação por uma pessoa que já havia passado pela entrevista. A amostragem de entrevistados, por si só, descende de uma rede de relações, conforme pode ser visualizado na FIGURA 6.

Nesta FIGURA, a letra E indica a entrevista, e não o entrevistado (mais pessoas da família podem compor uma mesma entrevista), e os números após a letra representam a sequência de realização das entrevistas; as cores, os grupos de moradores associados: (i) em função do lugar – verde de moradores do Jardim das Orquídeas e azul do Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá; (ii) bege em função de serem moradores antigos; e (iii) amarelo em função de pertencerem à classe de comerciantes junto à Rua Betonex. Em cinza têm-se dois locais que mediarão a interlocução com entrevistados: no círculo A, destaca-se a figura da atual diretora da Associação São Roque, lugar que foi procurado com o intuito de que a associação pudesse indicar pessoas para as entrevistas; e no círculo B, um bar localizado no Jardim Orquídeas.

Uma vez que o intuito é demonstrar a rede de relações dos entrevistados, cabe assinalar que esta interlocutora, antes de trabalhar na associação, conheceu o Guarituba por meio de um projeto realizado pela Prefeitura Municipal de Piraquara, de grande relevância para o lugar chamado “Mulheres da Paz”. Este projeto do governo federal do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (Ministério da Justiça) foi ofertado às comunidades brasileiras com índices altos de violência, e suas ações voltaram-se à formação e empoderamento de mulheres selecionadas, de tal forma que pudessem ser capacitadas a ajudar a comunidade. A interlocutora principal já apresentada do CHMTC, entrevistada da E4, foi também uma dessas mulheres e graças a este projeto descobriu sua vocação de liderança na comunidade. Foi por meio de sua intervenção direta que doze das

quinze entrevistas no conjunto habitacional foram realizadas, e em função de ter nascido ali, sua história conduziu a quatro dos cinco moradores antigos entrevistados e a dois comerciantes, além do fato de que indiretamente está relacionada à realização de cinco entrevistas por E14.

FIGURA 6 – REDE DE RELAÇÕES DOS ENTREVISTADOS



Fonte: A autora (2017).

Os círculos em tons mais escuros referem-se aos moradores que fizeram a intermediação para que ocorressem entrevistas com outros moradores, e por isso E4 é azul escuro. Uma das moradoras que ela indicou (E14), apresentou esta pesquisadora a moradores do Jardim Orquídeas. Nesse dia, em um bar (B), um morador se aproximou, quis saber o que estava ocorrendo e pediu para ser entrevistado, pois queria relatar suas condições de moradia. Indo até rua em que mora, apresentou um vizinho. A entrevistada da E14, em função de sua experiência com a Ocupação Olga Benário, apresentou o entrevistado da E27, e também os entrevistados da E28. Este apresentou seu vizinho (E29), sendo ambos moradores da área mais periférica do Jardim Orquídeas.

Outra “mulher da paz” indicada (A) foi a entrevistada da E10, moradora do Jardim Orquídeas. Esta, por sua vez, apresentou a E12. No Jardim das Orquídeas destaca-se também o primeiro entrevistado da pesquisa (E1), cuja rede de relações levou a seis moradores, dentre os quais o morador da E5, o qual apresentou dois outros moradores ao mostrar as péssimas condições da Rua do Abacateiro.

Os círculos de entrevistados que não se relacionam a nenhum outro se constituem naqueles que foram conhecidos em função do trabalho desta pesquisadora como observadora participante, sem a companhia de E4, andando pelo Guarituba. Assim, três entrevistas foram realizadas (E9, E13 e E33) no conjunto habitacional – um morador antigo conhecido em um bar da Rua Betonex (E36) e um comerciante da Rua Betonex (E35), além de E1, que tendo visto na internet quando procurava sobre as lideranças do lugar, foi reconhecido andando na Rua Herbert Trapp.

Todas as entrevistas foram gravadas, assim como o registro da autorização do entrevistado para a publicação do conteúdo em trabalho acadêmico com a manutenção de sua identidade em sigilo. Nas duas grandes áreas (CHMTC e Jardim Orquídeas) procurou-se obter uma amostragem dispersa em cada uma das áreas, de forma a revelar especificidades dadas pela localização do morador. Uma localização esquemática e aproximada de cada um dos entrevistados pode ser visualizada no mapa da FIGURA 7.

FIGURA 7 – AMOSTRAGEM DAS ENTREVISTAS REALIZADAS (LOCALIZAÇÃO APROXIMADA)



Fonte: A autora (2017).

Nota: Base Imagem Google Earth (2015).

O número de entrevistas realizadas não procurou, como em outras metodologias, abarcar um universo representativo a partir de comprovações quantitativas. Nesta pesquisa, a definição do número da amostra foi guiada pela percepção do pesquisador que, ao dirigir as entrevistas, começou a verificar que em um determinado momento as respostas obedeciam a um padrão, repetindo ideias. O ideal numa pesquisa deste tipo seria empreender uma volta ao local após a análise do que foi coletado, quando esse puder demonstrar novas orientações em novas entrevistas. Contudo, a presente pesquisa possui também o limite do tempo, dado pelo prazo de finalização da dissertação.

Após sua realização, os procedimentos compreenderam também a transcrição de todas as trinta e nove entrevistas realizadas, de forma a facilitar a análise de padrões e excepcionalidades no contexto da amostra, e a inserção de partes das entrevistas no conteúdo analítico. Informações como origem, idade, tempo de residência no Guarituba, forma de ocupação da terra e profissão, entre outros, foram tabuladas para que a análise pudesse ser realizada.

Tendo em vista os procedimentos e as primeiras constatações metodológicas expostos neste capítulo, apresentam-se a seguir os resultados da investigação da cotidianidade e da vida cotidiana realizada “de perto” e “de dentro” do Guarituba, avaliados sob a perspectiva da produção pela apropriação do espaço (vivido e percebido) pelos moradores, a qual pode revelar padrões e contradições em sua relação com as ações de planejamento urbano. Desta forma, na sequência, o capítulo 4:

- apresenta a formação do Guarituba, que foi sendo constituída ao longo do tempo, considerando a investigação da historicidade e das formas de produção pela apropriação do espaço para a moradia, sendo que nelas as várias temporalidades e espaços coexistem e se estabelecem como padrões e usos da cotidianidade contemporânea; e
- aborda a vida cotidiana e a cotidianidade vista de perto e de dentro na atualidade no Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá e no Jardim Orquídeas respectivamente, considerando as atividades e os usos que os moradores realizam no cotidiano da família, do trabalho, dos estudos, das compras ou do lazer.

Cabe por último salientar que alguns termos foram adotados para a realização das descrições e análises, procurando resguardar vocábulos utilizados pelos moradores. Neste contexto da procura em investigar “de dentro”, esclarece-se que para o processo de ocupação de áreas cuja propriedade pertence a outrem, utilizou-se o termo bastante recorrente pelos

moradores de ocupação “por invasão” (“eu invadi o terreno”, “moro em invasão”), sendo que estes foram realizados no Guarituba tanto em lotes demarcados legalmente como em áreas de glebas, mediante processo de grilagem. A maior parte das ocupações “por invasão” reveladas pelas entrevistas diz respeito à compra de segundos ou terceiros proprietários de um “lote de invasão”, sendo este também termo utilizado por muitos moradores (“comprei um lote de invasão”). Em relação à ocupação em loteamentos por proprietários dos lotes, cuja densidade tornou-se ilegal em função das leis de proteção dos mananciais, utilizou-se o termo “ocupação irregular”, conforme usualmente chamado pelos órgãos públicos estaduais na RMC.

Da mesma forma foram utilizados os seguintes termos:

- “vim da roça”, para assinalar a sua origem no campo;
- “compadre”, referindo-se a um amigo, pessoa próxima; e
- “avião”, quando se refere aos traficantes interlocutores diretos na venda de drogas.

4 VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE NO GUARITUBA

4.1 ESPAÇOS E TEMPOS DE CONFORMAÇÃO DA VIDA COTIDIANA E COTIDIANIDADE NO GUARITUBA

A historicidade da produção do espaço para a moradia revelada pelos entrevistados neste capítulo destaca, sobretudo, o aspecto das “ideias fora do lugar” exposto anteriormente sobre o contexto do processo de planejamento no Guarituba. Conforme poderá ser observado, a produção do espaço do Guarituba encontra-se estreitamente relacionada com a produção do espaço da metrópole de Curitiba sendo que, no entanto, os problemas de moradia e espoliação urbana nos espaços periféricos não foram devidamente incorporados como prioridade nas políticas públicas do Estado.

O conteúdo obtido, contudo, vai além. Revela na contemporaneidade o que para DaMatta (1997, p.30) consiste em uma sociedade brasileira que possui de singular o fato de ter muitos espaços e muitas temporalidades convivendo simultaneamente e isto na medida em que “tanto o tempo quanto o espaço são invenções sociais”, ou seja, construídos pela sociedade dos homens. Além disso, conforme Lefebvre (2013b), as temporalidades desencontradas e coexistentes podem ser recuperadas pela elucidação dos espaços percebidos, concebidos e vividos, por meio do método regressivo-progressivo.

O conjunto das trinta e nove entrevistas realizadas possui a qualidade de demonstrar esta simultaneidade, contando aspectos da historicidade da ocupação do Guarituba no intervalo entre a década de 1960 aos dias atuais, iluminando o espaço e o tempo de conformação da vida cotidiana e da cotidianidade moderna, feita de espacialidades e temporalidades diversas. No curto espaço de tempo utilizado para realizar as entrevistas (um mês) foi possível verificar esta diversidade, cuja análise contribui na elaboração de propostas urbanas na medida em que ressalta o significado do moderno a partir da cotidianidade do Guarituba, o que se concluirá neste capítulo, revela-se pela constituição de uma cotidianidade desigual.

4.1.1 A constituição inicial do Guarituba

Iniciemos, pois, pelas origens dos entrevistados, aspecto que conforme puder ser visto, contribuirá para se tentar explicar algumas formas produção do espaço pela apropriação

existente na vida cotidiana e na cotidianidade contemporânea do Guarituba a partir das duas áreas a serem analisadas “de dentro”, no capítulo subsequente.

A maior parte dos entrevistados nasceu no interior do Paraná³⁰ e outros poucos em Santa Catarina³¹, São Paulo, RMC e nordeste do Brasil. Não importa sua origem, grande parte destes (vinte e quatro – 61,5%) nasceram “na roça”, trabalhando com suas famílias para a subsistência, sendo que três vieram de colônias de Santa Catarina (alemães e italianos) e dois (nascidos em 1964 e 1958) revelaram ter passado pela experiência de serem boias frias. Em somente cinco das entrevistas ouviu-se a declaração de que a família (pais, avós ou tios) era proprietária da terra em que moravam e trabalhavam, e que com a sua venda tiveram que se mudar do local. Interessante verificar que quase todos os que se declararam vir “da roça” possuem mais de 43 anos (entre 43 e 82 anos de idade), sendo encontrado somente um caso com idade inferior (36 anos), vindo da Bahia aos 22 anos de idade. Dos que declararam não ter tido contato com a agricultura, a maioria encontra-se na faixa etária entre 19 e 45 anos, sendo que dentre estes, o maior número nasceu em municípios da RMC, principalmente em Curitiba.

Certamente também o Guarituba era agrícola e pouco ocupado quando o entrevistado mais velho chegou ao lugar, há 53 anos, em 1963. Proveniente de uma colônia de alemães de Ibirama (SC), adquiriu suas terras de um pastor menonita. Segundo conta, o lugar, quando chegou já era habitado por fazendeiros alemães menonitas, produtores de leite, ao longo da atual Rua Pastor Adolfo Weidmann até a parte mais alta, à qual denominam de Águas Claras (FIGURA 8). Muitos desses alemães que fundaram o local estavam partindo para a Colônia Witmarsun (Palmeira/PR), vendendo suas terras para outros colonos filhos de imigrantes como ele, próprios de Ibirama, além de outros provenientes de cidades como Itaiópolis, Presidente Getúlio ou Dona Emma. Conta que os novos proprietários alemães ocuparam também fazendas existentes entre as Águas Claras até a caixa d'água (ao longo da atual Rua Herbert Trapp).

³⁰ Rio Azul, Cambará, Cornélio Procopio, Porto Amazonas, Guaravera, Cruz Machado, Goioerê, Andirá, Arapongas, São Mateus do Sul, Cantagalo, Marialva, Francisco Beltrão, Corbélia, Pitanga, Santo Antônio da Platina, Assis Chateaubriand.

³¹ Nova Esperança, Chapecó, Concórdia, Canoinhas.

FIGURA 8 – CONSTITUIÇÃO INICIAL DO GUARITUBA, MAPA BASE 1963



Fonte: A autora (2017).

Nota: Elaborado em Imagem Aérea de 1963 em Base Imagem Satélite ITCG (2015)

No começo, comprei a terra, não tinha mais dinheiro. Daí eu comecei a tirar leite para os outros até conseguir comprar uma vaca e um cavalo. Depois comecei arar, plantar milho... foi devagarzinho até entrar no banco alemão e fazer um empréstimo de 2000 cruzeiros e comprei mais cinco cabeças de vaca e comecei a tirar leite. Comecei a vender na cidade, na Ponte Preta, um pouco pra lá da Brahma. O caminhão puxava leite pra lá, eu me cadastrei na cooperativa, né. Se dava pra comprar outra vaca comprava, cheguei a 70 cabeças com novilha e tudo. Trabalhava dia e noite, acordava às três horas da manhã, seis horas já tava na banca. (E23, 2016).

Sua filha conta que nas Águas Claras (região do atual Guarituba Redondo e além) existia uma escola rural que frequentou, sendo que de acordo com a entrevistada da E34 (2016), moradora há 55 anos, tinha também o armazém do Rudi, chamado de casa Blumenau, “onde havia de tudo e gente de toda a região comprava”. Em frente a este armazém se localizava o hoje famoso “Baile do Pato”³²:

“era um bailinho de paiol (...) O dono do baile, o Henrique de Souza (Heinrich Souza)... Ele faleceu... Essa era uma festa de casamento lá... (mostrando uma foto do local). Antes chegava e reunia umas pessoas e já fazia a festa, animava tocando gaita, sabe... depois é que começou o Baile do Pato. Antes era uma cozinha pequena, não tinha pato, era a domingueira. Era um boteco e quando juntava pessoas, era porta fechada pra não pagar imposto e quando via já tinha doze casais dançando.” (E34, 2016).

Um importante aspecto da ocupação dos produtores leiteiros da região era que as vacas ficavam soltas por toda a extensão de terras do Guarituba. Essa parte de terras nas quais havia alguns lotes coloniais vendidos por Humberto Scarpa (década de 1950) já tinha sido transformada em loteamentos (contam os moradores que se viam os piquetes); esta se tornara uma mercadoria de pouco valor uma vez não atraía compradores. Sendo assim, era ainda considerada pelos produtores de leite como área de pastagem e era utilizada conjuntamente entre eles.

Aqui era tudo alugado (arrendado), depois eu comprei uma área separada para o gado. Meu irmão disse é burro comprar terreno, dá pra criar as vacas soltas aqui, mas eu comprei, queria um terreno meu. (...) Aqui pra cima ao longo da Adolfo Weidmann tinha só vaca. As vacas ficavam no campo até a rodovia. A gente deixava vaca solta, a terra era de todos. (E23, 2016)

Era bonito de ver porque o pai soltava as vacas nas ruas e eu e meu irmão acompanhávamos até uma certa altura. O vizinho soltava as dele, outro vizinho também e elas iam todas juntas. À tarde elas voltavam, só que cada uma ia pra sua casa. Elas vinham sozinhas, às vezes a gente ia procurar uma que ganhava bezerro no pasto ou uma que ia meio longe. (E23, 2016)

³² O Baile do Pato é famoso, e até hoje muito frequentado por moradores de Curitiba e região metropolitana.

A principal ligação do lugar se dava pela atual Rua Pastor Adolfo Weidmann, que era extensão da Avenida Iraí – no município de Pinhais, na estrada aberta para a retirada de argila para antiga fábrica fechada na década de 1960, a “Cerâmica de Pinhaes”, de Humberto Scarpa, estabelecida em 1915. A fábrica de cerâmica ficava ao lado da “Estação de Pinhaes”, junto à Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, inaugurada em 1873 (FIGURA 8).

Conforme revelado na E34, essa estrada “era de capim no meio... as vacas andavam no carreiro”. Em função do motivo que levou ao seu surgimento inicial, para a retirada de argila, a relação do lugar era maior com Pinhais do que com Piraquara. A entrevistada prossegue dizendo (FIGURA 8):

A relação das pessoas aqui era com Pinhais. A Iraí tinha comércio, mas fraquinho, tinha mais depois do moinho, sabe... Na Camilo de Lellis, vamos dizer ali... Pra cá não tinha nada. (...) No decorrer do tempo entrou a Brasholanda que abriu um monte de emprego. Ônibus mesmo a gente tinha que ir até o moinho para ir para o centro. A gente ia de a pé uns seis quilômetros porque não tinha onde deixar a bicicleta... depois chegou na Manoel Bandeira, mais ou menos na metade do trajeto. Tudo que era coisa que tinha que fazer tinha que ir pra Curitiba. Daí mudou o ponto final na ponte, um bom tempo ficou ali (...) ninguém ia para o centro, ninguém trabalhava fora, não precisava. (E34, 2016)

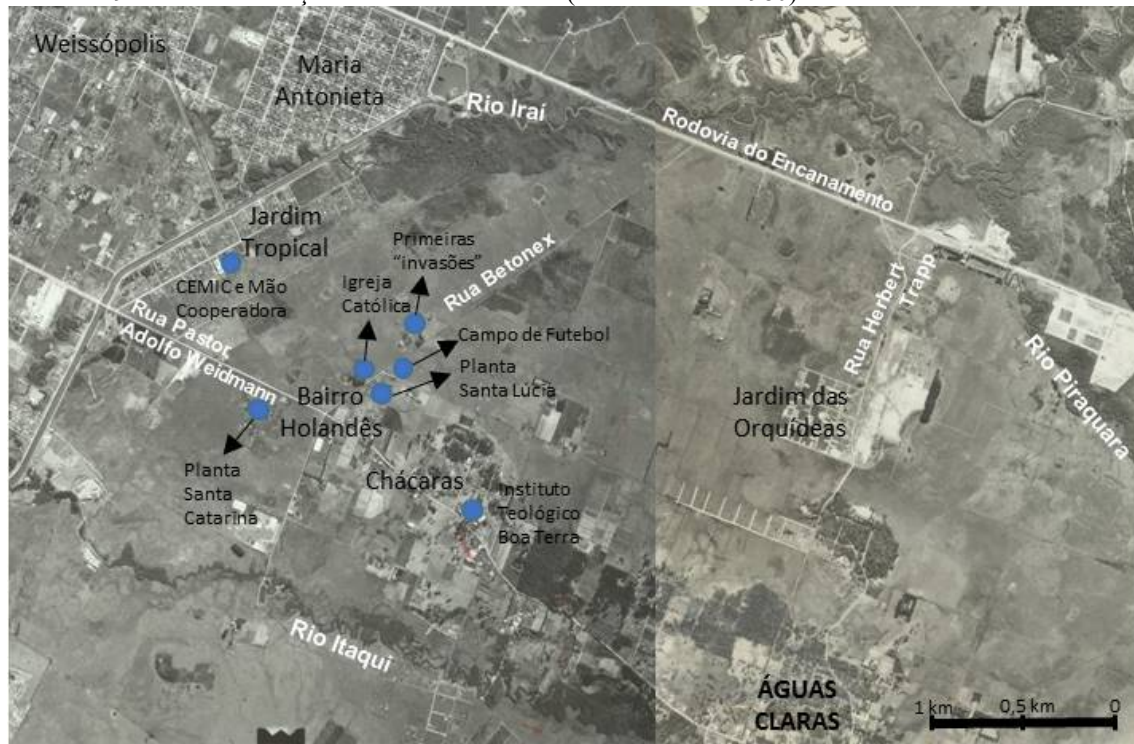
Interessante relatar que o nome da Rua Pastor Adolfo Weidmann está relacionado a um pastor pioneiro da Igreja de Deus no Brasil, o qual liderou, em 1923, a celebração do primeiro culto em Dona Emma (SC), de onde vieram alguns dos alemães (IGREJA DE DEUS, 2017). Na década de 1970, esta igreja fundou, em uma área frontal à Rua Pastor Adolfo Weidmann, o Instituto Teológico Boa Terra. Mais tarde, conforme declarado na E23, para separar o espaço dos missionários daquele frequentado pelos moradores, foi construído um semi-internato para crianças, chamado de “Mão Cooperadora” (FIGURA 9), em outro lugar próximo ao Rio Iraí, onde é hoje o loteamento Jardim Tropical.

Era um semi-internato que a igreja apadrinhava as crianças e doava uma mensalidade para sustentar as crianças. Elas entravam de manhã, tomavam banho, a gente dava reforço escolar e saíam à tarde jantados e limpos. Eram crianças carentes. A gente recebia doações de lá da Alemanha, roupas e calçados. (E23, 2016).

É neste momento que a entrevistada da E4, interlocutora principal do CHMTC passou a fazer parte desta história. Descendente de índios (conta que sua avó foi curandeira), nasceu em 1972 no Guarituba, em uma casa que não sabe onde fica. Foi uma das crianças consideradas carentes, pois não tinha um lar e, sendo assim, frequentava o CEMIC-Centro Educacional Militar de Curitiba desde 1976, uma escola integral onde “estudava-se de manhã

e depois distribuíam-se as atividades de trabalho. Um dia de horta, outra de atividades para o município. (...) Nós que pintávamos as árvores de cal, eu entregava jornal, pintava a igreja.” (E4, 2016). “Eu entrei em 1976, saí em 1986. No final de 1987 tinha umas 800 crianças” (E4, 2016). Conta que mais tarde veio a se instalar, na mesma propriedade, o Instituto “Mão Cooperadora” da Igreja de Deus.

FIGURA 9 – CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1980)



Fonte: A autora (2017).

Nota: Base Imagem Satélite ITCG de 1980 (2015)

Ela conta que depois do período que ficava dentro da escola costumava ir ajudar a cuidar de vacas nas chácaras. Segundo ela, muitas crianças faziam isso em troca de leite, frutas ou produtos que os chacareiros lhes davam para levar para suas famílias.

No final da década de 1970 e início de 1980, estabeleceram-se no Guarituba dois outros entrevistados, um em 1981 (E25) e outro em 1978 (E36), há 35 e 38 anos respectivamente. Nos dois casos, a compra efetivada de um lote no Guarituba conta a história de pessoas que queriam, sobretudo, possuir sua própria casa, mesmo que em um lugar distante. No primeiro caso, uma mãe de sete filhos que passa a criar três deles sozinha, primeiro como diarista, e depois, por um longo período como camareira de um hotel, e morando ao longo do tempo em três áreas de ocupação informal: na Vila Fanny e no Parolin, em Curitiba, e em Weissópolis, em Pinhais. No segundo caso, um homem nascido em Tunas do Paraná, passou a morar na Vila Tarumã com a mãe doméstica – a qual criou os quatro filhos sem o pai. Este

entrevistado começou a trabalhar em uma firma aos 18 anos, conheceu sua esposa e passaram a morar também no Weissópolis, nos fundos de um terreno de um conhecido, um “compadre”.

Eu sabia que não era meu no Weissópolis e daí fui e comprei madeira e fiz uma casinha mas não era meu, era do compadre. Soube do loteamento aqui pelo rádio de uma dupla caipira que tinha de Paranaguá, Belarmino e Nhá Gabriela. (...). Diziam que o loteamento foi lançado pela imobiliária Santa Mônica e que era muito bom, uma área boa de morar. Pensei: vou comprar um terreno lá. Deu certo de pegar um dinheiro na empresa que eu trabalhava para pagar a entrada. Minha mulher veio e escolheu o terreno, porque a Planta Santa Lúcia aqui era grande. Eu vim aqui e nossa, no meio do mato! Era só um carreirinho aqui... e tinha um banhadão aqui.... (E36, 2016).

Ambos compraram da Imobiliária Santa Mônica um terreno da Planta Santa Lúcia (FIGURA 9) e possuem um lote registrado pago em prestações, no caso do entrevistado da E25, em cinco anos. O entrevistado da E36 conta como foi chamado de louco pela família quando tomou a decisão de finalmente construir sua casa no Guarituba, já que aguardava o momento em que o loteamento finalmente começasse a ser ocupado com infraestrutura. “Tinha duas casas naquela época, mas não tinha nem luz e nem água. Nasci no meio do mato, por que não?”. E continua relatando como construiu sua casa:

Eu tinha uma lambretinha que era uma joia... (...). Aquele tempo era bom de comprar material, o dinheiro rendia. O cara falou, eu tenho madeira em casa, eu trabalhava na construção civil nessa casa. Ele disse, você vai e lota dois caminhão de madeira que você quiser... E dei a lambreta. Eu mesmo construí a minha casa. Eu trabalhava de pedreiro lá na Vila Guaíra, chegava em casa no Weissópolis e minha mãe vinha junto na garupa aqui e a gente trabalhava até as 8 horas aqui, montando... (E36, 2016).

Ele conta que anos depois começou a chegar mais gente: “é como jogar um arroz no terreno e encher de passarinho”. Com um número maior de pessoas, lutaram para conseguir a eletricidade, pois a COPEL não queria instalar um poste porque não havia rua ali. Com um abaixo-assinado conseguiram começar a pagar antecipadamente, “foi caro, foi sofrido”. Finalmente conseguiram que a energia elétrica fosse instalada em 1980 e, conforme conta, “Daí, começou a povoar!”. A vizinha da E26 também pagou pelo poste e se mudou em 1981 em uma meia-água no terreno, pois como disse, “Daí vim morar aqui porque podia ter geladeira. Eu não gostava, era uma escuridão”.

A instalação elétrica fez com que mais pessoas passassem a comprar lotes e a morar no loteamento Santa Lúcia. A Rua Betonex não chegava a se ligar com a Rodovia do Encanamento, pois, conforme lembra um dos entrevistados, quando implantaram os loteamentos era uma rua utilizada pelas vacas “que pisavam em cima e ninguém passava mais

lá”. A entrevistada da E4, nascida no local, conta que gostou inicialmente quando a ocupação começou nos loteamentos e novos moradores começaram a chegar. Pensou: “vai vir gente pra gente conversar”.

Foi assim o início da formação da comunidade da Rua Betonex que logo começou a crescer. Um dos donos de chácaras da Rua Pastor Adolfo Weidmann cedeu espaço e implantaram a primeira igreja católica na Rua Betonex. Era uma barraca de madeira onde se rezava missa, as crianças faziam catequese, recebiam a primeira comunhão e havia festas religiosas. De tão pequena, muitas vezes os fiéis ficavam do lado de fora para ouvir a missa (E36, 2016).

A água nos loteamentos era tirada de poços ou de minas que existiam em grande quantidade no Guarituba. A entrevistada da E4 conta que chegaram a envazar e a vender como água mineral na rodovia. O sustento das famílias mais pobres não vinha das vacas, como no caso dos donos de chácaras, mas de outras fontes como a areia, o húmus e a água que iam vender em alguns pontos da cidade. Segundo ela, algumas famílias se reuniram em uma associação e levavam o produto de ônibus, e vendiam em frente à Igreja da Rodoviária do Guadalupe em Curitiba.

Além da religião, os laços de vizinhança foram fortalecidos também pelo futebol. Não somente o loteamento Santa Lúcia estava sendo ocupado, mas também a Planta Santa Catarina, do outro lado da Rua Adolfo Weidmann, e toda esta região passou a ser chamada pela população do Guarituba de Bairro Holandês (FIGURA 9). Com um número maior de jogadores, foi possibilitada a fundação do time de futebol Santa Lúcia, que passou a ser mais um entretenimento na comunidade, em um campo que existiu na esquina da Rua Betonex com a atual Rua Juri Danilenko (FIGURA 9). Em parceria com a igreja, realizaram vários eventos de arrecadação de fundos.

A vida era sofrida mas era bom! A gente sofria sem saber que era bom! Tinha uma boa relação de vizinhança. A gente deixava tudo aberto, ninguém mexia nada. As festas eram tão boas! A gente tinha muita amizade com o senhor que construiu a igreja. Ele botava a mão na massa ali onde montou a igreja. Eu sempre tive um som mecânico, hoje em dia todo mundo tem, mas naquela época só eu tinha. Eu levava para as festas da igreja, fazia baile. No campo de futebol, a gente fazia um torneio e fazia uma barraca para ele fornecer o almoço... cada um pagava o seu... (...) A gente trazia gente boa pra jogar bola e nosso time sempre ganhava, o Santa Lúcia. (...) Aí a gente começou a fazer torneio pra festa. Nem tudo era pra construir a igreja, então o almoço da carne era da igreja. Fazia nossa parte para os troféus, para a organização do campeonato. Além do ganho da igreja a gente separava um troféu grande e doava para a igreja. Em quinze, vinte dias, aquele troféu era um incentivo para novos projetos. (E36, 2016).

Um marco para esta comunidade que se formava foi a grande enchente de 1983, que atingiu as áreas de várzeas do Rio Iguaçu em toda a região metropolitana. Todos os outros loteamentos implantados também por Humberto Scarpa e que já estavam ocupados do outro lado do Rio Iraí em Pinhais (Weissópolis, Maria Antonieta e outros) mais o Jardim Tropical do lado do Guarituba ficaram totalmente alagados (FIGURA 9).

Lembro que a estrada do encanamento ficou tomada de água. Pinhais inteira ficou. Tinha uma meia água que apareceu no jornal, que ficou só o telhado que ainda existe lá hoje. A gente não conseguia passar porque a água tomou conta desde os bombeiros naquela baixada ali... O Maria Antonieta inteira. Naquele tempo não tinha muita casa aqui. Atingia mais o Jardim Tropical que tinha umas vinte a trinta casas. (E34, 2016)

A enchente em 83 teve impacto, derrubou a ponte que era de madeira. Para levar o capim tinha que passar por lá pela rua do Carrefour. Ônibus não passava. Já era difícil, era dois de manhã, um à tarde e outro à noite, o povo não tinha como... daí, quem trabalhava teve um transtorno... A gente tinha que passar por uma pinguela... eu tinha tanto medo, passava de quatro. Depois fizeram outra ponte, deu várias enchentes, mais umas três grandes e depois que foi feito o extravasor, melhorou muito. (E23, 2016).

Apesar das enchentes, a comunidade nos loteamentos continuou a crescer lentamente. Na Rua Betonex já havia um pequeno armazém, mas o entrevistado da E36 relata que este permaneceu assim por muito tempo, e que então começou a acontecer a ocupação informal e que “foi a invasão que fez crescer”. Segundo ele, esse tipo de ocupação começou a ocorrer do outro lado da Rua Betonex (FIGURA 9). É interessante notar tanto em sua fala, como na de outros entrevistados, a relação que existia da comunidade com os novos vizinhos “invasores”, pois parecia haver uma espécie de solidariedade, manifestada pela compreensão de que todas as pessoas que passaram a morar ali vieram pelos mesmos motivos, uma vez que era um local “difícil, duro, um sufoco, sofrido” (de acordo com palavras de vários entrevistados).

A gente encarou numa boa, porque todo mundo que vinha morar ali não era mal elemento, a gente começou a se relacionar com eles. E eu que tocava o time de futebol... Ele vinha de lá de não sei aonde mas o cara jogava bola... ia juntando... (E36, 2016).

Contudo, algumas mudanças na apropriação do espaço começam a ocorrer para os que ocupavam a várzea do Guarituba com suas vacas. O dono de chácara da E23, morador desde 1963 e produtor de leite, decidiu mudar de ramo na década de 1980, pois conflitos se iniciaram entre a criação de vacas nos campos de várzea do Guarituba e a ocupação. No lugar

da plantação de pêssego, começou a plantar capim e azevinho que vendia para a hípica no Tarumã.

Tirava o leite e soltava as vacas. Quando ia ver tinha mulheres tirando leite das vacas. Chegaram a matar vaca que estava esperando bezerrinho e largavam tudo lá, só tiravam as partes boas. (...) Tinha plantação de pêssego, teve que desfazer porque o pessoal invadia e roubava os insumos que usava. O trabalho que dava, era inviável. (...) Antigamente todo mundo aqui podia produzir... O pessoal foi invadindo, eles queriam plantar mas não faziam cerca. O gado ia lá e estragava e daí eles machucavam o gado... chegavam com cortes. (E23, 2016).

O gado holandês era um gado manso, tinha nego que derrubava nas valetas e vinha aqui pra ganhar um troco... Tiravam o leite no campo. Teve um camarada que veio três vezes... Senhor, tem uma vaca que está encalhada, ele ia e ajudava a tirar por uns trocados... (E34, 2016).

Do outro lado do Guarituba, perto da Rua Herbert Trapp (FIGURA 9), da mesma maneira, algumas famílias começaram a comprar e a ocupar o loteamento Jardim Orquídeas. Um dos entrevistados (E6) passou a morar em seu lote em 1984, comprado a prestações (e pago durante cinco anos), da Imobiliária Só Lotes, de Piraquara (“era Cr\$ 12,00, 20% do salário mínimo, e no final a prestação era bem barata” – E6). Este conta sobre a saga de sua família de dezesseis irmãos (vinte e dois com o segundo casamento do pai) no Ceará, e de seu pai que andou por muitas cidades, muitas vezes a pé, procurando trabalho. Atribui seu problema de joelho – razão pela qual se aposentou por invalidez – às muitas andanças que fez. Conta também em detalhes a viagem que fez com seu irmão, aos quinze anos de idade (1979), até chegar ao RJ para vender painéis. E o negócio de painéis os trouxe até Curitiba, em 1980, passando a morar no Uberaba:

Em 80 aqui não tinha vendedor de painel. A indústria de painel ficava em Caxias, no RJ, foi gente do nordeste que montou. O avô do Erasmo Carlos era distribuidor de painéis pra nós lá. (...) Dentro de um mês veio uma carreta com cinco mil jogos de painéis. Vendemos tudo, com chaleira, leiteira, enfim... A gente saía com as painéis e não voltava com nada. Aquilo era dinheiro, dinheiro... Eu vi a fundação do Carrefour. A gente vinha a pé do Uberaba, a gente vinha ali pela linha do trem... Já tinha casinhas no Centenário e a gente vinha vendendo de lá pra cá. (E6, 2016).

Já morando no Guarituba, passou a trabalhar em algumas firmas (Arpex, em Araucária, e em uma revendedora da Volkswagen, em Curitiba) até se aposentar. Se do outro lado, os moradores da região da Betonex (Bairro Holandês) andavam pela Avenida Iraí até Pinhais por seis quilômetros para pegar um ônibus para Curitiba, e que somente mais tarde chegou perto da ponte do Rio Iraí (a um quilômetro), do lado de cá, as famílias do Jardim Orquídeas andavam cerca de um quilômetro até chegar à Rodovia do Encanamento para pegar

um transporte coletivo (Piraquara-Pinhais). A distância entre esses dois lugares (ocupações da Betonex/Bairro Holandês e da Herbert Trapp/Jardim Orquídeas) era grande: cerca de 4,5 km em estrada de chão (FIGURA 9). Assim, a relação entre essas duas comunidades em formação era exígua; o único ponto de possíveis encontros era o Águas Claras, onde havia o armazém do seu Rudi e também a escola primária, onde muitos dos filhos destas famílias estudaram juntos.

Tanto o entrevistado da E6 como outra moradora entrevistada na E3, vinda de São Paulo em 1989, relatam sobre a vida sem infraestrutura de água e luz, dos poucos vizinhos que tinham, da chácara de um morador japonês que havia por perto e que muito auxiliou os moradores daquela ocupação. Ambos contam que quando chegaram, compraram um terreno com registro de imóveis, “tudo certinho”, mas se depararam com um local no qual se podia ver alicerces de casas que haviam sido destruídas pela remoção promovida pelo Estado. Conforme visto, o órgão metropolitano atuava desde 1979, com a promulgação da Lei Federal nº 6.766/1979, em ações visando à proteção das áreas de mananciais ao leste da RMC. A entrevistada da E3 revela que um certo dia a “COMEC veio sem autorização de ninguém. Vieram carimbando número nas casas que seriam retiradas.” (E3, 2016).

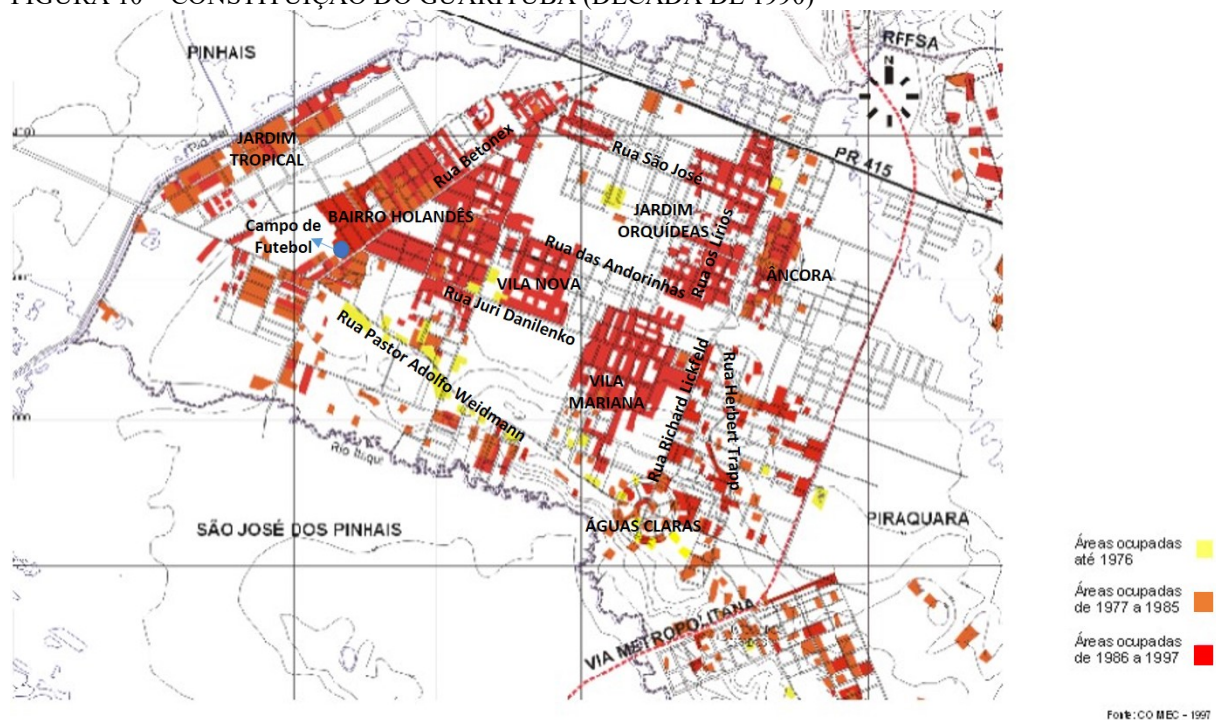
4.1.2 Ocupação em área de proteção dos mananciais e formas de apropriação territorial

As imobiliárias continuavam a vender as propriedades, pois isto não era ilegal, uma vez que os loteamentos foram aprovados legalmente. O ilegal era que fossem ocupados, pois era área de manancial protegida pelo Estado, e os novos proprietários não sabiam disso. O ilegal era também a grilagem de terras. Duas outras famílias entrevistadas que ocuparam o Jardim Orquídeas em 1990 também possuíam registro de imóveis. Contudo, todos os demais onze entrevistados do Jardim Orquídeas compraram suas áreas sem o registro, adquirindo o imóvel pela compra direta com grileiros ou de terceiros que já estavam repassando o imóvel “de invasão”. Compreendem estes os entrevistados que passaram a morar no Guarituba a partir de 1993. De fato, conforme relata a entrevistada da E3, em 1994, ocorreu a grande ocupação “por invasão” na área do Jardim Orquídeas para além da Rua dos Lírios (FIGURA 10), a primeira rua do loteamento onde residiram os primeiros ocupantes, na maioria com registro de imóveis:

Aí quando foi em 94, um dia escurecemos e quatro e pouco da manhã que meu marido levantava e ia tomar ônibus para ir para o trabalho, eu abri a janelinha da

minha casinha lá no fundo que era pequena, eu olhei aqui cá pra baixo e vi vários coisinhas de lona preta parecia um monte de pipoca preta, sabe? Aí eu disse pro meu marido: olha bem, acho que teve invasão de cigano aí pra baixo, não sabia o que era invasão, né. Ele olhou e falou assim, mas é muito cigano, será que não é invasão de terreno? (...). Quando o dia clareou, eu saí pela rua, que aqui era um trilhinho só. Saí ali, mas tava cheio de gente (...) eles disseram que estavam invadindo e que vinham de todo canto. Colombo, não sei da onde, tinha gente de SP, Bahia, de todo canto! Cada um pegou um cantinho ali e se ajeitou, no meio da rua, não tinha ordem (...) Até hoje, por conta disso, tem terreno que é assim e hoje está assim, né.... Não tinha mapeamento direito e eles não querem nem saber, né? Entram, dividem, pronto, cabô. (...) Chegaram mais de duas mil famílias naquela invasão. Escurecemos e amanhecemos com a ocupação. (E3, 2016).

FIGURA 10 – CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1990)



Fonte: Adaptado de COMEC (1999a).

Também aqui, a relação dos moradores com os novos vizinhos “invasores”, de acordo com alguns entrevistados, foi movida pelo sentimento de solidariedade. A entrevistada de E3, uma liderança local que nesta época já havia organizado a Associação de Moradores Guarituba Pequeno (registrada em 1990), em função do medo da desapropriação, percebeu, diante das novas ocupações, que a luta pela moradia era ainda maior do que a que enfrentavam com a COMEC, ou seja, que o interesse dos que tinham registro e dos que não tinham era o mesmo: ter um lugar para morar. Relata então acerca do embate que travaram com as instituições governamentais:

(...) um dia que tinha uma reunião na Biblioteca Pública do Paraná, e ia todo mundo de todos os cantos de Curitiba. Iam para discutir esse assunto de desapropriação que não estava sendo só aqui. (...). Fiquei sabendo disso no rádio, programa de TV desse

Ricardo Chaves que contava tudo. (...) Consegui lotar um ônibus aqui, peguei gente lá das Castanheiras que nem conhecia e lotei um ônibus.(...) A biblioteca estava lotada (...) quando eles desafiaram para falar eu levantei a mão. Quando viram que era eu, a COMEC, SANEPAR, COPEL, os poderosos estavam todos estavam lá. (...) Eu disse: Queria saber de vocês, inclusive do Saint Clair que está aqui e que a gente já andou se falando, quem foi que autorizou as imobiliárias a vender terreno no Guarituba. Porque aqui ó, eu tenho documento e joguei na cara deles. 12º tabelionato, comprei, paguei, não roubei, não sou invasora, sou uma líder comunitária. Hoje eu sou uma líder e estou ajudando o povo, mas eu sou em cima da lei, só que não sou contra essas pessoas não, já que aconteceu isso aí, eu vou ser prejudicada que comprei e paguei? Então que invadam mesmo, e aí vocês vão ter que legalizar direitinho. Por que se não fosse para ser assim, porque vocês deixaram o povo entrar lá, vendendo terreno? (...) se não fosse para o povo entrar, por que vocês não colocaram placas lá que era área de mananciais, que não poderia ser vendido terreno, proibir as imobiliárias? Vocês foram coniventes! Hoje vocês acham que é área de mananciais? (...). E mais ninguém vai sair de lá, eu não vou sair (...) Aquela turma que comprou como eu, eu vou lutar por eles. E se vocês querem saber eu vou lutar também por esse povo que invadiram. Eu vou lutar e vai ser difícil tirar nós de lá. (E3, 2016).

Também aqui, a ocupação causou conflitos com os produtores agrícolas, e a família de japoneses foi embora. “Eles só foram embora por causa da invasão, porque começaram a roubar umas coisas dele” (E6, 2016). O entrevistado da E6 não esconde sua insatisfação em relação às expectativas que tinha quanto ao lugar quando comprou o lote em 1978, antes da Lei Federal 6.766/1979: “O Guarituba evoluiu muito só que não era para estar como está. Isso aqui, pelo acontecimento, eu ficava imaginando que poderia eles tirar o pessoal de volta. Puxa vida eu comprei, mas podem tirar”. Apesar disso, afirma que com a ocupação, receberam benefícios que não teriam conseguido com o número escasso de moradores que havia no início: “Com a invasão mudou, porque a gente tem visto tipo... as facilidades, um pouco melhor, né? Antes era mais difícil as coisas. Sem essa população, antes a gente não tinha ônibus, não tinha telefone, não tinha uma luz...” (E6, 2016).

Apesar dos benefícios, o que ocorreu na década que se seguiu após 1994 foi um grande crescimento da ocupação e da população do Guarituba. Os moradores antigos relatam que os primeiros benefícios, como a chegada da energia elétrica e da água em alguns pontos, assim como a construção de escola e posto de saúde que os deixaram felizes no início, não foram suficientes para atender à demanda por serviços básicos na medida em que aumentava o número de famílias de renda muito baixa.

O Estado, em função da condicionante ambiental estabelecida pela preservação dos mananciais, não dotava as áreas ocupadas ilegalmente (com ou sem registro de imóveis) com infraestrutura e, desta forma, as áreas do Jardim Orquídeas e do Bairro Holandês cresciam sem luz, sem água e muito menos esgoto. Havia energia elétrica obtida ilegalmente: “ali só vinha uns negos puxando eucalipto e daí começou né... Tudo gato” (E6, 2016). Relatam que

na falta do governo estadual, alguns prefeitos acabavam prestando auxílio, pois a situação era alarmante, principalmente quando chovia. A associação de moradores conseguiu, entre 1994 e 1995, a instalação de três torneiras comunitárias no Jardim Orquídeas, cuja água foi logo tubulada pelos moradores e puxada para as casas.

consegui trazer três torneiras comunitárias em 94-95, por conta dessa situação que o povo não tinha como beber água e tinha água muito contaminada. Era rato, era bicho, era tudo. Você furava meio metro e já dava aquela água, barrenta porque era um aterro e dava água muito contaminada. Então as crianças, dava ferida, dava doenças e eu sofri muito aqui. Eu fazia aquele programa do cloro para pôr nos poços, distribuía remédios, para as crianças, pomadinha para as feridas. Nossa, menina, uma história muito longa, sabe? (E3, 2016).

Nesta mesma época, em 1995, uma entrevistada da E30, que morava isolada, com seus dois filhos na Rua Juri Danilenko (naquela época de difícil passagem para a Rua Betonex, ligando-se precariamente à Rua Richard Lickfeld em direção à Herbert Trapp), viu iniciar a ocupação “por invasão” das duas áreas, hoje chamadas de Vila Nova e Vila Mariana (FIGURA 10).

foi de uma hora pra outra; vinha um, fazia uma cerquinha, vinha cinco famílias e daí vinha a polícia e tirava todo mundo. Na semana seguinte já estava ocupado de novo. Na persistência, a polícia não conseguiu tirar mais. (E30, 2016).

Segundo ela, “invadiram primeiro na beira da Juri Danilenko, porque a transversal ainda não existia”. A Vila Nova foi se formando entre a Rua Juri Danilenko e a Rua das Andorinhas, que se constitui em uma via limite também do Jardim Orquídeas, no coração do Guarituba. Com o aumento da ocupação e da população que foi ocorrendo ao longo do tempo, cresceram também, segundo os relatos, o medo e a insegurança.

Antes não tinha perigo, a gente podia dormir até com a porta aberta. A gente tinha liberdade pra sair, deixava a roupa no varal, hoje não dá mais. Quando começou a invasão começou a gente a se limitar mais, até porque a gente não conhecia ninguém. (E6, 2016).

Começaram a invadir... invadir... e começaram a roubar bastante... Não podia deixar um chinelo na frente que roubavam... tênis pra secar, então, tinha que ficar do lado. Era mais ladrãozinho de galinha. Só uma vez que roubaram meu butijão e apontaram uma arma... em dois... Tive que deixar meu butijão ir embora. (E30, 2016).

Da mesma forma, o aumento das ocupações na forma de invasão cresceu no Bairro Holandês, principalmente entre este e o Canal Extravisor, implantado na década de 1990 (FIGURA 10). Continuando sob a perspectiva do fundador do time de futebol Santa Lucia, o

entrevistado (E36) relata que “começou a crescer muito, começou a sobrar gente”. Dividiram então o time e construíram outro campo de futebol. O primeiro campo foi então também “invadido para moradias, porque não tinha dono”. Outro campo foi criado mais adiante, na Rua Betonex, pois conforme o relato, era uma época em que o empreendimento estava dando lucro, pois o time venciam os torneios dos quais participava, ganhando prestígio.

Nós fizemos um monte de campo depois. Nós tínhamos um time de mulheres pelo Santa Lúcia. Titular, aspirante, terceiro quarto... Ficávamos o dia inteiro no Peladeiro, no campo do Adalvino, Imperial, Carrefour, Areia Branca. Hoje não tem mais campo de futebol, só aquele ali no Santa Catarina... o vandalismo é uma coisa que acaba com tudo. A gente não bebia, não usava droga. Hoje não conseguem mais pegar área. Se não fosse a invasão... a gente tinha até hoje. A gente foi pulando pra lá e pra cá... Da noite para o dia ocupavam (...) Ia para outro lugar... (E36, 2016).

Em 1993, quando Pinhais se desmembrou de Piraquara, o entrevistado narra ainda que quando o prefeito João Guilherme assumiu, disse que “prestigiava muito a classe esportiva no Guarituba”, emprestando uma área para campo de futebol (FIGURA 10):

O Dario e o Rudi ficaram com o time Santa Lúcia e nós fundamos outro time... fizemos um campeão e o João Guilherme falou que era da prefeitura e que nós podíamos ficar o tempo que quiséssemos aqui. (E36, 2016)

No entanto, este tempo durou apenas oito anos sob os cuidados do time, “a gente foi relaxando”, e a prefeitura retomou o espaço, construindo ali uma creche e um posto de saúde. O entrevistado conta também que, com o abandono, o lugar se tornou violento, chegando a ter um módulo policial, que, no entanto, durou pouco tempo:

A gente nunca sofreu porque a gente está no espaço da gente e não invade o espaço dos outros. Mas a gente via na rua o que acontecia, né? Sabe como é, né, dentro de uma invasão vem pessoal de tudo quanto é lado e dentro delas sempre aparecem os que não prestam, né? Um querendo passar a perna no outro. (E36, 2016).

De fato, conforme relatos dos entrevistados, as ocupações pela compra de lotes “invadidos” foram aumentando, e nessa forma de apropriação da terra se enquadra a maior parte das famílias entrevistadas que vieram ao Guarituba a partir de 1993 (23 de 29 famílias ou 79,3%), nas várias localidades (Jardim Orquídeas, Vila Nova, Vila Mariana, Bairro Holandês).

Os motivos que os levaram até o Guarituba se justificam pela disponibilidade de um lugar barato para comprar³³ e adquirir um imóvel próprio, mesmo sendo “por invasão” de lotes legais em cem por cento dos casos. Alguns declararam ter passado por outras ocupações de mesma natureza em Curitiba, até chegar ao Guarituba, fossem estes vindos de outros lugares de Curitiba ou diretamente de onde nasceram, ou ainda porque passaram a constituir nova família, muitos se encontravam na situação de alojamento em um quintal ou em algum cômodo de um parente ou “compadre” do outro lado do Rio Iraí, em Pinhais (no Weissópolis ou no Maria Antonieta). Desta forma, era fácil saber que havia lugares à venda do outro lado do rio. Um morador mais recente no Guarituba (2010), ao ser perguntado sobre como chegaram à localidade, respondeu: “Era o único lugar que achamos para vender (à venda)”. Dois declararam que viviam de aluguel em bairros da periferia de Curitiba, porém isso estava se tornando muito caro. Pode-se destacar também que mesmo quem comprou uma propriedade com registro de imóveis no Guarituba (lote ou chácara), veio atraído pelo preço, pois sem infraestrutura e distante, era um lugar mais barato para adquirir um imóvel próprio.

Os entrevistados que ocuparam “por invasão” apresentam em comum dois aspectos sobre a sua experiência no lugar em que passaram a morar no Guarituba: o primeiro refere-se, sem dúvida, à ausência de infraestrutura básica e à dura convivência com a energia elétrica clandestina e falta de água. A lembrança que predomina no imaginário de todos é a forma como tinham que percorrer o trajeto de sua casa, geralmente um “carreirinho” até o ponto de ônibus ou escola, sobre uma lama preta na qual afundavam o pé, principalmente nos dias de chuva. Relatam que a prática mais comum era vestir o pé com uma sacola de supermercado até chegar a um local seco, em geral, um depósito de sacolas da comunidade. Um relato interessante é a de uma filha que conta: “Quando era seis horas da manhã, que minha mãe tinha que trabalhar, eu e meu irmão pegava ela no colo e levava ela até a esquina pra ela ir trabalhar. Eu tinha catorze e meu irmão doze anos” (E8, 2016). “A vida quando cheguei era tudo carreirinho, não tinha rua, tudo mato, valeta, lama. Pra minha mãe trabalhar meu pai

³³ O valor de compra dessas áreas (que era realizada contra recebimento de um recibo) varia, na década de 1990 e de acordo com os entrevistados, entre R\$300,00 e R\$3.000,00 no Jardim Orquídeas e entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00 em outros lugares no Bairro Holandês. A partir da década de 2000 os valores variam de R\$5.000,00 a R\$17.000,00, em todos os lugares, sendo que para os maiores valores a efetivação da compra se deu com uma casa já edificada. Apenas um dos moradores declarou não ter pago pelo lote, falsificou uma nota e apresentava como sinal de que havia comprado. Em um dos casos, o verdadeiro proprietário chegou depois também “com a escritura na mão e pediu mais R\$ 3.500,00. Paguei parcelado, mas tudo direitinho” (E5, 2016). Cabe mencionar, para se ter uma noção em relação aos lotes com registro de imóveis, que um dos proprietários no Jardim Orquídeas declarou ter comprado há doze anos (2002) por R\$9.500,00 na Rua dos Lírios.

tinha que levar ela nas costas todo dia onde passava o ônibus, na Betonex. Já passava ônibus. Muita lama, era lama demais. Horrível demais, mudou bastante.” (E9, 2016).

O segundo aspecto refere-se ao fato de que à degradação da tranquilidade e da solidariedade que havia no início seguiu-se o crescente medo da violência, da convivência com o tráfico e com a morte. Todos de alguma forma convivem ou conviveram com a realidade de pessoas próximas, parentes, filhos de amigos, amigos dos filhos, geralmente jovens, que perderam suas vidas³⁴.

Ajudei a tirar da maca para a ambulância e, preparado o corpo, no velório, chega a mãe e diz: ‘meu filho tá com frio’, e colocou um cobertor. Chegou uma outra mãe, pôs as mãos nas costas e disse: ‘hoje você tá chorando mas eu já chorei antes porque o seu filho matou o meu’. (E1, 2016).

Quando cheguei no Guarituba era tranquilo mas dava muita morte. Os invasores que vinham pra cá era tudo bandido, não tenho nem como falar. Eu e minha mulher sentado aqui na frente, passava um carro atrás do outro e matava gente na frente nossa aí. Bandido de tráfico, fugitivo do presídio. Nós fazíamos de conta que não víamos, ficávamos quieto. É por isso que nós estamos aqui até hoje. Porque teve família que teve que ir embora daqui, por causa de dedar pra polícia... Ficar falando com a polícia... Teve que sumir. (E7, 2016)

Aqui deu oito horas ninguém sai pra rua a não ser as crianças que estudam à noite. A gente fica esperando pra não passar do horário, passou do horário a gente se preocupa, né? Uns dois anos mataram um piá de 13 anos na frente de casa. Trabalhou o dia inteiro carregando aterro pra comprar uma pizza que tava com vontade, daí foi com a pessoa errada comprar pizza. (...) No terreno ao lado ali, jogaram um homem, tava enrolado cheio de lixo, acho que iam tacar fogo. (E8, 2016)

Desta forma, sem a pretensão de tentar apreender o modo como o crime organizado do tráfico atua, o que demandaria uma pesquisa específica, não há como deixar de considerar esta dimensão do cotidiano, uma vez que este influencia no modo como o espaço é apropriado pelos moradores do Guarituba. A partir de algumas entrevistas realizadas foi possível perceber que os moradores mencionam certas ruas como mais perigosas do que outras, evitando a passagem por elas, fato que ficou mais bem esclarecido a partir das caminhadas realizadas com a interlocutora da E4. Por meio dessas conversas foi possível compreender um pouco sobre a constituição de determinados territórios no Guarituba relacionados ao tráfico, tentando relacioná-los com formas de apropriação do espaço pelos moradores, o que será visto posteriormente, na leitura vista de dentro do CHMTC e do Jardim Orquídeas.

³⁴ O relatório do PTTS é também taxativo ao registrar o problema de segurança pública do Guarituba. De acordo com esse, o município de Piraquara encontrava-se no mapa da violência dos municípios brasileiros de 2007, ocupando a 88ª posição nacional e 5ª posição estadual e registrando uma taxa de 59,5 assassinatos/cem mil hab., enquanto Curitiba, ocupando a 359ª posição possuía uma taxa de 36,6 assassinatos/cem mil hab.

No Jardim Orquídeas (região nordeste do Guarituba, FIGURA 10), as duas ruas que o limitam e que são diametralmente opostas (Rua São José e Rua das Andorinhas), foram diversas vezes identificadas como espaços que representam perigo pelos moradores. Cada uma destas ruas é território de referência de gangues rivais. A partir destas há/houve, a atuação das gangues na disputa por território e a invasão deste leva a brigas e violência. Acertos de contas ocorrem nas ruas ou na própria moradia do traficante, e cadáveres eram encontrados nas ruas, em terrenos baldios ou na grande área vazia de várzea localizada entre o Jardim Orquídeas e a Rodovia do Encanamento. Cabe considerar que a Rua das Andorinhas é o limite ao sul entre o Jardim Orquídeas e a Vila Nova, ambas conhecidas pela ocupação “por invasão”. O limite ao sul destas, por sua vez, é a Rua Juri Danilenko.

Já no Bairro Holandês (região sudoeste do Guarituba), a Rua Betonex era considerada o local do acerto de contas, “a rua da morte”, onde ocorriam as chacinhas e extermínios. Neste caso, os territórios do tráfico encontravam-se localizados na ocupação “por invasão” que ocorreu entre esta rua e o Canal Extravasor, especialmente ao longo deste, possivelmente com as gangues rivais se estabelecendo ao norte e ao sul. Por esta razão, os cadáveres eram vistos pelos moradores no terreno baldio da prefeitura, próximo ao Colégio Ivanete e na área de várzea atrás desta, propriedades da prefeitura onde ficava o campo de futebol. Conforme conta um dos entrevistados:

O colégio era algo muito violento. Eu lembro quando entrei no Ivanete, no segundo dia de aula tinha um morto. Eu disse: mãe, não quero ir mais lá. Mataram um aluno dentro da quadra de esporte. (...) eu tinha doze anos, né... vi aquilo fiquei muito impressionado. (E5, 2016).

4.1.3 A constituição atual do Guarituba

Se ao longo da década de 1990 e 2000 o Guarituba possuía uma conformação que dividia seu espaço em leste (com ocupações cuja referência para os não moradores era a Rua Herbert Trapp e a caixa d'água) e oeste (com ocupações cuja referência para não moradores seria a Rua Betonex), pode-se verificar a consolidação de uma nova configuração a partir de 2010, em função da Rua Juri Danilenko.

Esta rua, conforme o entrevistado da E32, na década de 1980 era muito pacata e tinha somente alguns pontos de comércio como o que esse próprio praticava, vendendo em casa produtos secos e molhados que ia comprar no Makro ou no Carrefour de Pinhais. A rua começou a se estabelecer como comercial a partir de 1998, no momento em que o ônibus Pinhais-Piraquara passou a transitar por ela. No entanto, em função das péssimas condições da

via, trafegava a partir da Rua Richard Lickfeld até aproximadamente um terço do trajeto e retornava. Em 2005, outro ônibus – o Vila Nova – passou também a trafegar na via, vindo do outro lado a partir da Rua Betonex e, por sua vez, chegava e voltava na metade do caminho. A entrevistada relata que este ônibus vinha até o Colégio Henrique de Souza (implantado em 2003) e que

pra gente pegar o Vila Nova (ela que morava no trecho a oeste da rua Juri Danilenko), era um carreirinho. Tinha muita cobra. Ali tinha muita nascente, escorria tipo uma cachoeirinha, era lindo... Tinha um valetão na rua... A gente passava uma pontezinha, porque era muita água que descia. (E32, 2016).

Nesta região de muita água e nascentes, conforme relatos dos moradores, foi onde, em 2007, iniciaram-se as intenções para a construção do Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá – CHMTC, via Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba (PRAU/2007), o que levaria à ligação definitiva da região oeste e leste do Guarituba, com a pavimentação da Rua Juri Danilenko. O asfalto foi concluído em 2010 e as linhas de ônibus passaram a trafegar em toda a sua extensão, e também em 2010 iniciaram-se as atividades da escola social pertencente à rede de educação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, construída ao lado do Colégio Henrique de Souza. A entrega das primeiras casas no CHMTC foi realizada em final de 2012.

De acordo com o entrevistado 5 da COHAPAR (2016)³⁵ a construção do conjunto não se realizou sem grandes dificuldades. A primeira delas foi sem dúvida o solo turfoso do Guarituba, que não possibilitava nem a entrada dos tratores para o início das obras que “afundavam literalmente”, pois “as pessoas entravam para ocupar, mas as máquinas não conseguiam”. Sem previsão orçamentária nos recursos federais angariados pelo PAC/2007 para solucionar tais imprevistos, as instituições governamentais e municipais contornaram juntas esta questão financeira, e a primeira providência tomada foi uma grande obra de drenagem. Canaletas foram abertas para abaixar o nível do lençol freático, que levou de três a quatro meses para descer, atrasando o cronograma de obras desde seu início. Após esta etapa, realizou-se um aterramento com a utilização de 150.000 m³ de terra, e depois disso, as obras foram oneradas também pela opção de fundações do tipo estaca cravada, pois o “radier” era inviável em função do solo. As estacas cravadas chegaram a uma profundidade máxima de 12 metros. “Foi um custo muito alto, mas a Caixa exigia que a população fosse reassentada próxima do lugar onde morava” (Entrevistado 5, 2016).

³⁵ NAGAMINE, L. Y. **Entrevista concedida por arquiteto atuante na COHAPAR**. Curitiba, 1 nov. 2016.

Alheia aos problemas da engenharia, a população assistia à grande movimentação dos operários com grande expectativa. As obras do Plano de Recuperação Ambiental do Guarituba foram divulgadas com o lançamento do PAC II no Paraná, realizado na Escola Municipal Henrique de Souza no dia 24/08/2007, contando com a presença do então governador Roberto Requião e do presidente Luís Inácio Lula da Silva (BEM PARANÁ, 2017) e com a oficialização do início das construções pela COHAPAR no dia 15/12/2008 (VOITCH, 2016).

O Plano de Trabalho Técnico Social (PPTS) elaborado em 2010 para a implementação do Plano de Recuperação Ambiental alertava para o fato de que, de acordo com o levantamento social realizado pela COHAPAR, do universo das 694 famílias cadastradas como pretendentes à realocação, 34,91% viviam com até 1 s.m., 39,26% com salário entre 1 e 2 s.m. e 15,93% com entre 2 e 3 s.m. É interessante notar que 32% das famílias residiam naquele local há mais de 10 anos, 27% entre 4 e 10 anos, 15% entre 1 e 4 anos e 26% residiam ali há menos de um ano, denotando que o processo de ocupação informal continuava a crescer.

Em consonância com o significado desses números e com a expectativa gerada pelo plano, cabe relatar sobre a ocupação realizada por mais de cem famílias (chamada de “ocupação Olga Benário”), a qual ocorreu em outubro de 2010, numa área de aproximadamente dois hectares do Guarituba localizada nas proximidades da Rodovia do Encanamento (FIGURA 10).

No protocolo de lançamento nacional do PAC realizado no Guarituba, encontravam-se reunidas as três instâncias dos órgãos governamentais – Prefeitura Municipal, COHAPAR (Governo Estadual) e Governo Federal – ou seja, os responsáveis pela política pública habitacional no país. Além disso, havia também a esperança de atendimento relativo a anúncios feitos no ano anterior (2009), por conta do programa “Minha Casa Minha Vida”.

A ocupação da área pelas cem famílias introduziu um fato novo na racionalidade das ações dirigida por técnicos urbanistas, gestores e governantes, para os quais as diretrizes de controle e proteção asseguradas pelo PRAU/Guarituba e por um longo processo político e burocrático, demonstravam uma coerência técnica admitida na forma de lei, discutida e aprovada em instituições e conselhos. A ocupação Olga Benário, contudo, foi um ato de apropriação de um espaço privado mediante luta pelo que é público, cujo encaminhamento para soluções não se encontrava previsto no PRAU/Guarituba ou em qualquer outro projeto governamental.

Poucos dias depois da ocupação, os donos da área solicitaram a reintegração de posse, concedida logo em seguida pela justiça (TRISOTTO, 2016a). A ocupação resistiu no local, e, apesar da notificação do Ministério Público do Paraná à Polícia Militar de atuar no sentido de “impedir que a invasão aumente” (TRISOTTO, 2016b), um mês após, foi noticiado que havia mais de 350 famílias na área (TRISOTTO; PERES, 2016). Com a determinação de desocupação pela justiça, em 02/12/2010, a ação foi efetivada ao longo de dois dias, com a atuação no primeiro dia de “cerca de mil policiais, com 50 oficiais da cavalaria e 110 carros de polícia” e uma equipe da prefeitura composta por 50 pessoas e estrutura de ônibus, caminhões e carros (TRISOTTO; RUPP, 2016) (FIGURA 11).

Com esta ação muitas famílias retornaram ao lugar de onde vieram, mas houve 49 que declararam não ter para onde ir e que foram alojadas no ginásio da Escola Municipal Heinrich de Souza, permanecendo em precárias condições e vindo a fazer parte do cadastro social da prefeitura para “possível” inclusão no plano do PAC II (MENEZES, 2010). Elas acabaram não sendo bem-sucedidas em serem atendidas pelo PAC II, então as famílias permaneceram no local por cerca de oitenta dias e, as dezessete famílias que ficaram até o final foram dali retiradas pela Polícia Militar no dia 18/02/2011, vindo a construir “seus barracos na calçada, do outro lado do muro da escola” (PSOL, 2011).

Uma das entrevistadas e que mais tarde adquiriu uma casa no CHMTC pertenceu a este movimento. Morava no quintal da casa de um irmão no próprio Guarituba, em lote “invadido”. “Paguei a casinha no terreno do meu irmão para morar com meus filhos, num terreno bem precário, banheiro bem precário. Você saía, o terreno afundava... Enchia de barro até a calça” (E14, 2016). Nascida em Corbélia (PR), mãe de cinco filhos, afirma: “A maior preocupação de uma pessoa é não ter um lugar para morar. Com a casa consegui a minha paz.” Sobre a ocupação, conta sobre como esta era organizada, e das dificuldades e burocracia que existiram para que conseguisse entrar na ocupação, pois há uma liderança e pessoas comandadas por essa para realizar os cadastros.

FIGURA 11 – CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 2010)



Fonte: (a). Foto canto superior direito: Trisotto; Rupp (2006); (b) Demais fotos da autora (2016); (c) Mapa: A autora (2016) com base Google Earth (2015).

Segundo a entrevistada, apesar da mídia divulgar o nome de mais de 300 famílias, somente 25 ficaram efetivamente no lugar, possivelmente por serem aquelas que realmente necessitavam.

Quando eu cheguei lá já tava tudo dividido, eles já tinham marcado tudo. (...) Eram uns pauzinhos colocados. Depois a gente que fincava e esticava o arame. (...) Eu fiz um quadradinho de madeira porque eu tinha que ter uma parede, o meu filho era bem pequenininho ainda. (...) Muita briga, dentro da ocupação dava tiro. Tinha tudo quanto era tipo de coisa envolvido, tráfico de armas, de mulheres, você não tem noção do que é. (...) tinha umas pessoas que vieram, construíram, colocaram umas vidraças, chegavam de carro e assavam carne no meio das pessoas. Eu falei: nossa! Daí eu ia conversar com eles e diziam: é que a gente não tem onde morar... Sabe? Mas tinha tudo, cara se eu tivesse um carro, eu não ia viver a luta que eu vivi, se eu tivesse um carro ia vender e dar entrada numa casa... Daí a pouco começou aparecer carrão, carrão.... Dizíamos: só tem pobre de carro, lá! Era complicado... Era difícil com tantas forças negativas, dizendo que a gente não precisa... (E14, 2016)

Ela foi também uma das pessoas que saiu da ocupação no dia da reintegração de posse para a escola. Na escola, a COHAPAR realizou o cadastro e “por isso a gente se mantinha ali”. Segundo ela, inicialmente eram 57 famílias, porém ao final eram apenas 19 as que permaneceram na rua. Ela narra ainda que “enquanto vinha bastante doação, coisas, tinha gente. Mas quando acabaram as doações já foi diminuindo... Algum lugar eles tinham pra morar, né?” (E14, 2016). Considerando-se esses números, pode-se compreender porque não uma das negociações realizadas entre a liderança da ocupação e a prefeitura não fora aceita: segundo a entrevistada, 30 terrenos foram rejeitados. “Eu fiquei louca quando eu descobri isso, que ela queria 380 terrenos, para 380 cadastros...”. A entrevistada permaneceu durante dois meses na rua, com seu filho pequeno. “Daí eu peguei e voltei na casa do meu irmão porque não estava mais aguentando... daí eu tinha superado as minhas forças. É uma luta que vai além das forças da gente. Muito além, você nem imagina. Só vivendo pra sentir.” (E14, 2016). No conjunto habitacional, segundo ela, “dos que estavam ali no barracão... e eu vejo aqui dentro, se tiver umas doze ou treze famílias é muito” (E14, 2016).

Sem que se possa realizar uma ligação direta com as razões que estabeleceram a ocupação Olga Benário, é curioso notar a formação de outra que passou a ser denominada Portelinha, em área ao longo do canal extravasor, mas na porção ao sul do Guarituba, mais escondida, atravessando-se a Rua Pastor Adolfo Weidmann (FIGURA 10). Assim nos conta uma entrevistada que veio da Portelinha para o CHMTC:

Na Portelinha, foi um cara que marcou e vendeu. Era tipo umas barraquinhas de cigano. Ele pagou R\$3.000,00. R\$1.500,00 de entrada e parcelou o resto em R\$300,00 por mês. Ficamos lá... até chamarem, fomos uns dos últimos. Toda a

Portelinha tinha umas 75 famílias, eles proibiram de fazer mais casa ali. Fui uma das últimas que entrei lá... A Portelinha existe desde 2011-2012. (...). Essa quadra em que moro são pessoas todas de lá. (E22, 2016).

Os primeiros a receberem suas casas no CHMTC se mudaram no final de 2012, removidos das áreas de risco de alagamento situadas ao longo do Rio Iraí e do Canal Extravasador, onde está prevista a implementação de um Parque Linear pelo PRAU/Guarituba. O processo foi realizado em um só momento, os moradores saíram durante uma manhã de suas casas e à tarde já estavam todas demolidas. De acordo com um entrevistado,

Tinha duas casas, uma grande maior e outra menor nos fundos, as duas de alvenaria. A gente ficou entre 2007 até 2012 e nunca deu enchente, mas eles disseram que estávamos em área de risco. As casas foram destruídas. Nós saímos às 10h da manhã, às 2h da tarde demoliram as casas. (E13, 2016).

Nesta época, a população do Guarituba (nos limites da Fazenda Guarituba), contabilizada segundo os setores censitários do IBGE de 2010, era de aproximadamente 36.527 habitantes. Contudo, de acordo com agentes comunitários, isso não condiz com a realidade, pois muitas famílias coabitam na mesma residência. Outra “mulher da paz” que está entre as entrevistadas, e que hoje atua com o agente da saúde combatendo a dengue no município, relata que em função da contabilidade que realizam em suas ações pelo Levantamento de Índice Amostral (LIA) nas comunidades, contabilizam-se cerca de 25.000 famílias no Guarituba, ou seja, cerca de 75.000 habitantes, se for considerada uma média de três pessoas por família.

4.1.4 Vias estruturantes de comércio e serviços, mobilidade e acessibilidade

Atualmente o Guarituba que se observa “de fora” está estruturado por três vias principais onde se concentram o comércio e serviços públicos e privados: as Ruas Herbert Trapp, Betonex e Juri Danilenko. Um técnico em mobilidade constataria facilmente que essas ruas representam um modelo de desenho de cidades estruturadas para o automóvel, conectadas diretamente a outras vias regionais de acesso à Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba.

Desta forma, as obras efetuadas pelo PRAU/Guarituba que pavimentou estas vias estruturais, atuou de forma a priorizar a utilização do carro no Guarituba, o que melhorou o tempo de percurso para moradores que fazem uso do automóvel para, em sua rotina diária, deslocarem-se ao trabalho ou ao estudo. Ao mesmo tempo, esta priorização aumentou a

velocidade dos carros nas vias estruturais internas ao Guarituba, resultando em conflito com o uso das ruas e calçadas, na medida em que nelas se concentram o comércio e os serviços do bairro.

Em visita de observação de campo (03/03/2016), percorrendo as Ruas Betonex e Juri Danilenko a pé, durante toda a manhã, foi importante observar “de perto” que, às sete horas, o Guarituba já é bastante movimentado, principalmente nessas duas ruas. Verifica-se que um grande número de pessoas sai de suas casas, percorrendo a pé o trajeto da rua (muitas sem calçadas e sem pavimentação) até os pontos de ônibus localizados nestas ruas principais. Pôde-se verificar que, na Rua Betonex, não somente os pontos de ônibus estão cheios; as calçadas, a maior parte delas estreita, são disputadas pelas pessoas que se dirigem ao trabalho, crianças que vão em direção ao colégio e mães levando seus filhos à creche, além de pessoas que, com roupa de ginástica, realizam caminhada matinal, além da fila que já é grande em frente à casa lotérica.

Além disso, ao longo da calçada o espaço da rua é também disputado por muitas bicicletas e pelo fluxo intenso de carros, ônibus, caminhões, carrinheiros e cavalos. Foi interessante observar naquela manhã de campo que os carros que circulavam nas ruas possuíam várias marcas e idades, o que sinalizou diferenciados padrões de renda entre seus proprietários. O mais expressivo, contudo, no modo como a cultura do bairro está sendo moldada pelo uso do carro, foi perceber a existência de uma rede completa de serviços para automóveis e motos: vários estabelecimentos de “lava car”, auto-escola, borracharias e dois “auto centers”, além de um grande ferro velho onde se comercializam peças usadas e recondiçionadas e, em que são realizados trabalhos de lataria e pintura, além de uma loja de comércio de peças de motos e carros.

Contudo, conforme se observará nas entrevistas realizadas nos dois locais escolhidos, a maior parte das famílias do Jardim Orquídeas e do CHMTC não possui carro. Revela-se, nesse aspecto, a variação de renda das famílias e de regiões do Guarituba, já que os dois locais escolhidos representam o primeiro, uma área na qual permanecem as condições de baixa infraestrutura urbana e alta vulnerabilidade social, e o segundo, famílias que recentemente receberam casas, sendo que muitas delas residiam em condição de extrema precariedade.

Pode-se constatar que a maior parte dos moradores que transitam internamente no Guarituba ainda realiza o percurso a pé ou de bicicleta, e para muitas pessoas o ônibus continua sendo o único meio de transporte para o trabalho. Como consequência da prioridade do uso das vias públicas para o carro, a rotina diária dessas pessoas ficou dificultada em

função da dimensão estreita e da baixa qualidade dos passeios e calçadas, assim como pela inexistência de ciclovias, pela pavimentação de ruas sem calçadas, pelos pontos de ônibus sem abrigo ou cujo espaço é disputado com os passeios, ou ainda pela falta de prioridade na circulação e frequência de horários do transporte público. Pode-se constatar também que, assim como há uma rede de comércio e serviços para o carro, há também pelo menos duas oficinas de bicicleta.

As calçadas estreitas e ruas que privilegiam os carros são utilizadas também pelas crianças e adolescentes para ir à escola, que percorrem diariamente este espaço público em horários fixos. Foi possível observar o grande número de alunos que ocupa o espaço das calçadas da Rua Betonex em direção ao Colégio Ivanete Martins de Souza, ou na Rua Juri Danilenko em direção à escola Sagrado Coração de Jesus e, ao lado desta, à Escola Municipal Henrique de Souza (FIGURA 10). Como parte do projeto de urbanização desta rua pelo PAC II/2007, o passeio neste trecho é espaçoso e confortável. É um contraste, contudo, com o que se verifica a uma quadra, na mesma rua. Nas calçadas chama também atenção o trânsito frequente de mães com carrinhos de bebês.

Na rua comercial, as possibilidades abertas de consumo acessível são, também, um renovado motivo para que mais pessoas utilizem as calçadas. Pela observação realizada em campo, o comércio e os serviços privados ou públicos nessas ruas têm se transformado e se desenvolvido pela incorporação de tempos e conteúdos de maior diversidade. Evidencia-se, desse modo, uma centralidade de funções, ainda que de influência local, atuando na produção do espaço fundada na valorização do solo no Guarituba, o que repercute no uso cotidiano.

A própria Prefeitura Municipal tem complementado as obras de pavimentação de vias que acessam a Rua Betonex, sendo possível verificar uma tendência à valorização dos imóveis no entorno desta, pelas obras de melhoria em andamento. Casas novas estão sendo edificadas, algumas com dois pavimentos, sendo que a paisagem revela um padrão organizado e de melhor qualidade em termos de construção, em relação a outras regiões do Guarituba. Salienta-se ainda que em 2016, na rua Betonex, foi construída uma regional do município que, de acordo com os moradores da rua, constitui uma antiga demanda local. Um entrevistado do comércio (E35) relata que o movimento da rua também aumentou com pessoas vindas de várias regiões do município – inclusive de outras cidades – pois nesta regional encontram-se disponibilizados serviços de “protocolo, intermediação de mão de obra, vigilância sanitária, meio ambiente e urbanismo, seguro desemprego, Micro Empreendedor Individual – MEI, Cadastro/IPTU e Sanepar” (PM DE PIRAQUARA, 2017).

Sobre o comércio, as Ruas Betonex e Juri Danilenko possuem uma diversidade de estabelecimentos, sendo que podem ser encontrados: supermercados, mercados, mercearias, panificadoras, açougue, farmácias, bares, lojas de roupas e acessórios, bazares, lojas de equipamentos eletrônicos, lojas de móveis, restaurantes, lanchonetes, sorveteria, materiais de construção, loja de peças de motos e carros, imobiliária, loja de pipas, comércio informal (garapa, produtos de limpeza feitos em casa, assados, brechós) (FIGURA 11).

Verifica-se a transformação de residências em edificações mistas de moradia e comércio, muitas delas informais, observando-se também a construção recente de conjuntos comerciais. Como observadora participante naquele dia de campo (08/03/2016), foi possível constatar que em dois estabelecimentos situados na Rua Juri Danilenko (uma panificadora em frente ao conjunto residencial e uma bicicletaria), seus proprietários declararam morar fora do Guarituba. O primeiro morava em outro bairro de Piraquara e o segundo, em Pinhais, indicando que o Guarituba se tornara também um lugar de oportunidades para serviços e comércio.

Quanto aos serviços privados existentes, podem ser identificados consultórios odontológicos, escritórios de advocacia, salões de beleza, serviços de tatuagem, bicicletarias e todo tipo de serviços relacionados ao carro, conforme já pontuado. Além disso, um grande número de igrejas e casas de culto indicam a diversidade religiosa do lugar.

Verifica-se, pela forma de apropriação do espaço pelo comércio e serviços, que não são somente os carros os responsáveis pela diminuição do espaço público dos passeios e calçadas. Espaços comerciais privados também avançam sobre as calçadas, como no caso da loja que estende sua área, ou constroem cercas para estacionamento de automóveis, enquanto o ponto de ônibus fica com um reduzido espaço na calçada, no lugar do passeio, denotando a falta de regras urbanas e de fiscalização por parte do poder público.

Nos pontos de comércio de maior porte, observa-se o investimento na imagem, procurando assemelhar-se a outros lugares e bairros da metrópole. A partir de uma linguagem de homogeneização, a rua tende a ser identificada com outros espaços valorizados. O supermercado novo, construído em 2015, está nessa situação, conforme se pode verificar pela FIGURA 12, com estacionamento; cerca que reduz a área de calçada e de espera de ponto de ônibus e *layout* de fachada padrão. Um contraste com a sua versão antiga, que pode ser vista logo em frente na rua. Segundo informações obtidas como observadora participante, o dono é um antigo morador do Guarituba e possui hoje uma rede formada por três supermercados no lugar.

FIGURA 12 - SUPERMERCADO IDEAL



Fonte: A autora (2016).

4.1.5 A valorização imobiliária do Guarituba

De fato, a valorização imobiliária do Guarituba é um tema que pode ser verificado com base em algumas das entrevistas realizadas. O entrevistado da E6 comenta como o lote que pagou R\$ 9.500,00 há doze anos na rua dos Lírios (Jardim Orquídeas) pode estar valendo R\$ 60.000,00, com uma casa de madeira. “O povo tem um descontrole...”. Outro entrevistado da E35, que mora perto da Rua Betonex, também comenta que sua propriedade, com uma casa que comprou há 10 anos por R\$17.000,00, estaria valendo hoje R\$ 140.000,00. “Antes tinha terreno de R\$ 30.000 e R\$ 50.000, e agora aqui em frente um vizinho comprou só o terreno por R\$ 100.000,00”. Bastante representativo do processo agressivo de especulação imobiliária é o caso da entrevistada da E32. Nascida em Guaravera, no norte do PR, conta que até os onze anos trabalhou “na roça” chegando a ser boia-fria, trabalhando desde os sete anos de idade. Acostumada ao trabalho duro e às condições do campo, não foi difícil se acostumar a morar isolada com seus dois filhos pequenos na Rua Juri Danilenko quando se mudou para lá há 23 anos, em 1993.

Os chacreiros lá de cima sabiam que eu era sozinha. Eles diziam, qualquer coisa dá um grito e realmente, um dava um tiro de espingarda e outro do outro lado, pra dizer que estavam atentos e que escutaram. (E32, 2016)

Esta comprou a propriedade de uma imobiliária, um contrato de compra e venda e somente depois que finalizasse as prestações de sessenta vezes, realizaria o registro de imóveis. Pagou quarenta e seis prestações, “aí como alguns não pagavam nada e outros pagavam muito menos e como eu andei numa crise, eu parei de pagar”. Em 2014, outra imobiliária bateu em sua porta. Descobriu então que a imobiliária com quem fechara o

contrato havia vendido a propriedade inadimplente para outra e agora esta queria o imóvel, alegando que era uma “invasora” desde 2009. Na primeira audiência com o juiz, foi feito um acordo para “terminar de pagar para reaver o imóvel” não pôde ser realizado, pois o outro proprietário, seu irmão, não estava presente. Para a segunda audiência, a entrevistada preparou-se contratando um advogado para o qual entregou todos os originais de seus documentos de recibos de pagamentos e contratos. Nesta audiência, esse advogado não compareceu e ela teve que concordar em sair do lugar, recebendo em troca um lote em outro local. Nunca mais conseguiu reaver os documentos que entregou, o advogado alega nunca tê-los recebido. Na sequência, esta moradora ganhou um lote na Rua Herbert Trapp que alugava muito, mas que mesmo assim conseguiu vender por R\$ 50.000,00 e construiu uma casa nos fundos do lote (sem registro) de seu filho, na Vila Mariana, próximo ao local onde residia.

Há dois anos, uma imobiliária abriu suas portas na Rua Betonex, coincidentemente em frente ao escritório da COHAPAR (este montado em 2007 para a implementação do PRAU/Guarituba). Recentemente, no final de 2016, a COHAPAR realizou convênio com imobiliárias para promover a regularização fundiária do Guarituba. Ao lado da COHAPAR, vê-se hoje a edificação onde essas empresas estão se instalando, de acordo com um mapa fixado na parede (FIGURA 13), em número de seis, cada uma responsável por uma região do Guarituba para propor à população a regularização do imóvel.

FIGURA 13 – REGIÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO GUARITUBA



Fonte: Adaptado de foto tirada de mapa no escritório local (2016)

Na FIGURA 13, a área hachurada representa os limites de atuação da prefeitura municipal para a regularização fundiária. Consiste na parceria que havia entre o governo estadual e a prefeitura, na qual cada uma das partes ficara responsável, no início do plano, pela regularização fundiária de uma porção do Guarituba³⁶. Um dos moradores entrevistados (E35) já aderiu à proposta de regularização. Segundo o morador, a imobiliária realiza a regularização pelo preço de R\$ 4.500,00 à vista, podendo ser paga em até 60 vezes com parcelas de R\$100,00. Ele optou por regularizar em 12 meses, e complementa: “Quem não tem dinheiro não faz”. Da mesma forma, o valor médio de R\$ 100,00 consiste também nas parcelas mensais de dez anos que alguns moradores do CHMTC iniciaram a pagar para obter o registro do imóvel. Alguns moradores relatam, contudo, que terão dificuldades em pagar esse montante que já subiu em relação ao valor divulgado, pois moravam em áreas “de invasão” justamente porque não podiam pagar por um aluguel em outro lugar.

No CHMTC reside hoje, uma família entrevistada (E20) que se alojou há dois meses num barraco de madeira e lona no quintal de uma das casas, pagando R\$ 42,00 para poder ficar e utilizar a água. Eles possuem a esperança de serem inseridos no cadastro da COHAPAR, pois ouviram dizer que existem imóveis que ficaram vazios porque descobriram que a família que morava não era mais aquela para quem a moradia havia sido entregue.

4.1.6 Espaços e temporalidades

Várias são as situações enumeradas ao longo deste capítulo que indicam que o Guarituba que se apresenta “de fora”, com melhorias visíveis pela urbanização e pela aparente diminuição da criminalidade, mascara outras realidades que podem ser melhor observadas “de perto”. A partir do olhar “de perto” deste capítulo pode-se concluir que, de fato, diversos espaços e temporalidades coexistem no Guarituba em dimensões que constantemente se interagem no ambiente cotidiano da atualidade.

Os vários momentos que podem ser assinalados de ocupação do Guarituba são contados, segundo uma visão dos que estão dentro, sobre aqueles que aos poucos vinham vindo de fora. Se hoje estão todos dentro, formam uma diversidade de tempos e espaços no Guarituba que somente pode ser vista pela sua historicidade: (i) Os donos de chácaras alemães e ucranianos que na década de 1950 vieram em substituição aos primeiros colonos que deixaram o Guarituba para formar a colônia Witmarsun; (ii) os primeiros ocupantes dos

³⁶ Conforme se verá no Capítulo 7, para a regularização fundiária a prefeitura municipal criou, em 2008, o Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social (NURFHIS).

loteamentos, cuja relação com os donos de chácaras foi pacífica, construindo a primeira igreja e o time de futebol; (iii) juntando-se a esta comunidade uniram-se os primeiros a “invadir” lotes e glebas, mas cuja distinção já era feita como os ocupantes do outro lado da rua Betonex; (iv) o aumento desta população passa a conflitar com o uso do lugar pelos fazendeiros como pasto. No entanto, estes trazem benefícios, pois lutam em conjunto por infraestrutura; (v) depois disso, não parou o fluxo dos que vêm de fora e aparecem todos os dias, a ponto de os “de dentro” não conseguirem mais reconhecer quem são e nem perguntar de onde vêm e nem de dar boas vindas; vem de todos os lugares do Paraná e do Brasil e quem é “de dentro” começa a associar os novos que vem “de fora” ao crescimento da violência e da espoliação.

Quando o espaço de formações iniciais ao leste e ao oeste do Guarituba foram finalmente interligados pela urbanização da Rua Juri Danilenko na última década, o antigo e o novo continuaram a coexistir, pois se percebe que alguns pioneiros da década de 1950 ainda permanecem ao longo da Rua Pastor Adolfo Weidmann, alheios em seus espaços. Em suas falas dizem que nada mudou, pois continuam a viver em suas terras como antes, sem relação com outros lugares e, ainda, segundo dizem, protegidos pela legislação:

“Pra mim não mudou nada, mesma coisa como era antigamente. Só que desse lado do asfalto pra cá não pode fazer nada. De lá liberaram, né? Porque aqui é manancial de água, né?” (E23, 2016).

“Ele tem 68 anos e é um cara forte. Trabalha o dia todo de enxada. (...) Não tem cartão de crédito, nem cartão de débito. (...) Anda de bicicleta, ele tem as coisas mas não é valor para ele.” (E34, 2016).

O antigo e o novo coexistem no traçado do Guarituba nas lembranças dos moradores antigos, que ao olharem para espaços e vias enxergam: o campo de futebol em vez do posto de saúde; as vacas que deixavam suas marcas nos carreiros da Rua Betonex e da Rua Pastor Adolfo Weidmann (hoje pavimentadas); a antiga ponte de madeira do Rio Iraí; os arrasta-pés na casa do velho Heinrich, onde hoje se comercializa o Baile do Pato; os peixinhos nas nascentes da área de várzea; e o solo fofo e turfoso. Cabe, neste contexto, o destaque dado por Martins (2013) com relação ao reencontro da noção de formação econômico-social por Lefebvre que, segundo o autor,

carrega consigo, na descoberta de Lefebvre, o intuito de datação das relações sociais, a indicação de que as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas. (MARTINS, 2013, p.99-100)

O encontro do rural com o urbano não está presente somente nos conflitos da ocupação que cresceu sobre as áreas de pasto, mas das famílias, que, provenientes “da roça” em sua maioria, trazem consigo hábitos como a criação de animais, a horta e, sobretudo, formas de sobrevivência em lugares desprovidos da infraestrutura.

Compreende-se, desta forma que, assim como os antigos donos de chácaras que se isolam em suas terras, as famílias que mantêm certas características de moradores do ambiente rural, também tendem a permanecer em suas casas, conectadas a seus antigos costumes e tradições. Os mais modernos, por sua vez, estabelecem na casa um local de refúgio da cotidianidade, da repetição do dia a dia de trabalho ou do mundo cheio de adversidades do lado de fora de sua moradia, seja ela legal ou ilegal. Não significa, contudo, que vivam isoladamente, mas sim que possuem, a partir de sua moradia, a oportunidade de perceber o mundo pelo código da casa e da família, para conviver, conforme DaMatta (1997), com o código da rua ou aquele do legalismo jurídico que produz uma fala totalizada e impessoal no conjunto da sociedade. Portanto, por um lado, a rua consistiu, no contexto analisado, como a resultante da atuação dos órgãos públicos que, em função da proteção dos mananciais, ameaçava de despejo e privava de infraestrutura os moradores das partes leste e oeste do Guarituba nas décadas de 1980 e 1990, e na continuidade, pela forma e modelo de urbanização com a garantia do direito de morar. Por outro lado, o código da rua se estabeleceu e se estabelece também pelo uso do poder do tráfico, definindo territórios.

A urbanização realizada segundo as regras da dimensão da rua e das ações idealizadas pelo planejamento das instituições públicas promoveu a valorização imobiliária de certas áreas do Guarituba. Ocupada (legal ou ilegalmente) segundo o valor de uso da terra para moradia, a partir da urbanização e modernização do espaço, a região passou a ser alvo de especulação de forma transparente pelos promotores imobiliários, com base em seu valor de troca. Nas áreas do Guarituba que permanecem vazias, além de serem áreas de restrição e proteção ambiental, verificou-se a permanência do significado enquanto mercadoria, reclamada pelos proprietários no momento em que foram ocupadas.

Além disso, a relação da dimensão da escala local com os outros planos (municipal, estadual e federal) esteve sempre presente ao longo da história de ocupação do Guarituba. O processo de intensa ocupação “por invasão” nas décadas de 1980 e 1990 acompanhou o que ocorreu no cenário nacional, com o aprofundamento da espoliação e da periferização da moradia de baixa renda nas cidades, em paralelo à ascensão de políticas neoliberais de

produção e de empreendedorismo urbano no Brasil, atreladas ao movimento de globalização. Na década de 2010, após o início de políticas públicas de investimentos no Guarituba, com a entrada do governo de esquerda no Brasil, verifica-se que a ocupação Olga Benário representou uma denúncia da população em relação à continuidade do problema da moradia, atrelada às condições da produção do espaço da cidade e da metrópole como um todo. Os ocupadores, tendo sido retirados daquela área que vieram a reivindicar, voltaram a pulverizar-se no espaço da invisibilidade, demonstrando que o governo que ali se encontrava representado pelo setor habitacional municipal, estadual e federal, manteve distância do problema da demanda por habitação de baixa renda.

De acordo com a opinião de uma entrevistada, contudo, ao suprir problemas básicos de subsistência, os programas sociais do governo federal ajudaram a diminuir os índices de criminalidade existente.

Acho que a urbanização deixou mais seguro o Guarituba sim... Apesar dos bandidos ainda serem os mesmos. Acho que a situação financeira de muitas famílias melhorou e com isso menos pessoas entram para a criminalidade. As pessoas que dependiam do tráfico tentam sair... acho que um pouco que leva para a bandidagem é a falta de recurso. (E35, 2016)

A realidade revelada a partir da observação “de perto” do Guarituba demonstra uma interação de espaços e temporalidades com reflexos nas formas de apropriação do espaço, cuja historicidade não foi levada em conta de forma explícita nas diversas fases de planejamento ocorridas no local. O planejamento praticado (plano metropolitano, plano municipal, zoneamento da unidade territorial de planejamento e também o PRAU) seguiu o modelo definido dentro dos órgãos públicos que é respaldado pela legislação e instrumentos existentes, em especial a de proteção dos mananciais e baseado no desenho em prancheta e em dados quantitativos. Não há como concluir, com base no observado, em que medida esta falta de planejamento a partir do vivido possa ter resultado em um espaço que se colocou contrário ao interesse coletivo da população. Contudo, é possível constatar a importância de se considerar no planejamento essa dimensão da realidade na medida em que ela serve para apontar, conforme revelado, elementos fundamentais para o plano visto “de longe” e “de fora”, cujo distanciamento é necessário para a compreensão da totalidade, resultando em propostas mais eficazes.

Verifica-se, finalmente, que com a urbanização e com novos modos de produção do espaço do lugar (em constante interação com o antigo, com outros lugares e com outras instâncias de governo), que uma determinada cotidianidade programada predomina na

paisagem moderna do Guarituba, alimentando desejos do consumo baseados em modelos de casa, carros e costumes. Entretanto, enquanto isso, o cotidiano de muitas famílias é ainda marcado pela inclusão precária, violência, vulnerabilidade, injustiça social e espoliação. A forma como isso pode estar ocorrendo do ponto de vista “de dentro” do Guarituba é o que se pretende investigar com base nas entrevistas e incursões realizadas no CHMTC e Jardim Orquídeas, a seguir.

4.2 CONJUNTO HABITACIONAL MADRE TERESA DE CALCUTÁ

A relação entre a casa e a rua, à qual também se pode associar o espaço privado e público, ao mesmo tempo em que se conectam as dimensões lefebvrianas do habitar e o do habitat e, de especial interesse para nós, da vida cotidiana e da cotidianidade, será investigada a seguir sob a perspectiva de “dentro”. Esta investigação se deu tendo-se a pesquisa participante como referência, realizada no Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá – CHMTC, no Guarituba.

4.2.1 O projeto

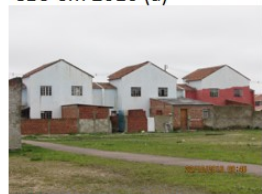
Como princípio norteador, o projeto do CHMTC se preocupou com uma escala próxima ao morador, por meio de um desenho concebido para promover as relações de vizinhança e de diversidade no modelo das casas. De acordo com entrevistado 5 (COHAPAR, 2016)³⁷, a COHAPAR projetou várias tipologias de casas para que o ambiente não parecesse homogêneo, para “quebrar a linguagem comum dos conjuntos com desenho cartesiano, monótono, no qual o morador não identifica a sua casa”. De fato, o CHMTC chama a atenção pela sua dimensão e por um desenho diferenciado em relação a outros conjuntos. Conforme demonstra a FIGURA 14, existem quatro tipologias de casas, com área média de 40,80 m², sendo uma delas do tipo geminada e outra do tipo sobrado.

³⁷ Idem nota de rodapé 35.

FIGURA 14 – PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL MADRE TERESA DE CALCUTÁ



CEU em 2016 (a)



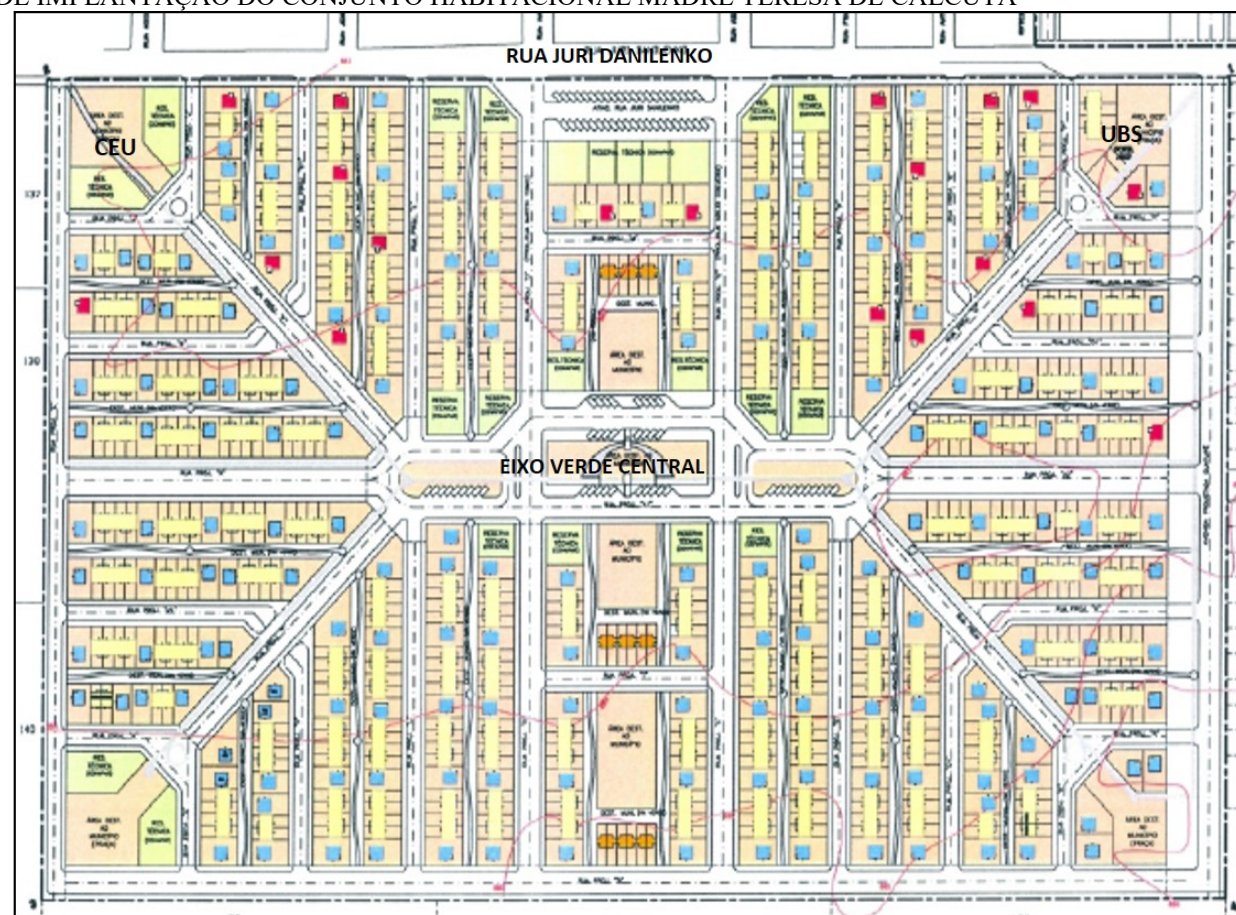
Sobrados, 2016 (a)



Casas geminadas, 2016 (b)



Casa isolada, 2016 (a)

**LEGENDA:**

Casas isoladas no terreno

Casas geminadas

Casas adaptadas

Sobrados



UBS, 2016 (a)



Eixo verde central, 2016 (a)



Rua, 2016 (a)



Via interna, 2016 (a)

Fonte: (a) Fotos da autora (2016); (b) Foto de 06/09/2012 de COHAPAR (2017); (c) Desenho do projeto: COHAPAR (2011).

O entrevistado 5 (COHAPAR, 2016) relata que com o intuito de aproximar-se da escala humana, foram criadas também ruas internas em cada quadra, para uso dos moradores, separando os pedestres dos carros. A ideia era que essas ruas promovessem maior interação entre os vizinhos, tendo sido concebidas para serem iluminadas, sem muros e utilizadas conjuntamente entre as famílias. Sendo assim, a parte frontal das casas foi voltada para esta via interna e a parte posterior para a via local, por onde entrariam os veículos automotivos (FIGURA 14). Além das ruas internas, observa-se que algumas das vias destinadas a carros não possuem saída, o que induz sua utilização prioritária para pedestres e crianças.

Da mesma forma, foi denominado de “eixo verde central” o grande espaço que deveria ser apropriado pelos moradores para eventos cívicos e de lazer. Observa-se, de acordo com a FIGURA 14, que no centro deste eixo, de direção leste-oeste, foi previsto outro (norte-sul), nas extremidades dos quais se localizam as casas do tipo sobrado. As outras duas tipologias – casa isolada e geminada (quatro casas juntas) – foram dispostas intercaladas por todo o conjunto, sendo que as do tipo adaptadas para deficientes foram implantadas somente na parte norte, em relação ao eixo verde central. Além disso, foram previstas quatro áreas, uma em cada extremidade da planta do loteamento, para a instalação de equipamentos públicos.

O entrevistado conta que receberam ajuda de professores da Universidade de Pádua (Itália), na concepção do conjunto, que resultou na interação entre o “ambiental, social e urbano”. Nessa perspectiva, o conjunto pretende que os aspectos ambientais, as pessoas e a paisagem interajam, “podendo-se ver o ambiental da Serra do Mar e dos campos”. Além disso, o plano previu três parques no Guarituba, os quais denominou de “pulmões naturais”.

Atualmente, na área destinada a equipamentos públicos ao nordeste, junto à Rua Juri Danilenko, encontra-se implementada uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para o Guarituba, inaugurada em junho de 2016. Na outra extremidade, ao noroeste do conjunto, encontra-se a edificação de um CEU (Centro de Arte e Esporte Unificados), obra realizada com financiamento do Ministério da Cultura, mas que apesar de quase finalizada em 2013, ficou paralisada por problemas administrativos. No período de realização das visitas de campo e realização das entrevistas, as construções se encontravam deterioradas e com sinais de vandalismo, fato frequentemente criticado nas entrevistas, de uma situação identificada como abandono e descaso das autoridades.

Ficamos largados pela própria política. (...) enquanto tava o governo e o Estado, o município se colocava. Quando o governo se retirou que deixou o CEU pronto, só

faltava os móveis e os funcionários. Depois foi destruído pelos vândalos, arrebentou tudo, as janelas, acabamento de alumínio, porta de alumínio. Tava pronto a parte do governo federal. (...). Era só ocupar. Deu errado porque pararam as políticas públicas. Não teve mais reunião e não me comunicaram. (E5, 2016)

No final de 2016, a prefeitura cercou o local e retomou o andamento das obras. O modelo deste CEU possui 700 m², consistindo de “edificação multiuso com 5 pavimentos: praça coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; CRAS; salas de aula; salas de oficina; telecentro; sala de reunião, biblioteca; cineteatro/auditório com 48 lugares, e terraço.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016). A construção do CEU tem como objetivo primeiro a mobilização social para a criação de um Grupo Gestor a ser formado pela comunidade para a construção coletiva dos projetos, tendo este sido formado quando as obras foram paralisadas. O entrevistado acima fazia parte deste grupo gestor.

4.2.2 A mudança para o conjunto

De acordo com entrevistado 2 da Prefeitura Municipal de Piraquara³⁸, o processo de mobilização social ocorreu em 2012-2013, oportunamente, ao mesmo tempo e em conjunto com a equipe do PPTS, já que seus objetivos iniciais de mobilização comunitária eram semelhantes. Com amplo trabalho de panfletagem, aconteceram reuniões comunitárias de discussão sobre problemas e potencialidades, sendo que algumas das reivindicações foram convertidas em ações comunitárias como a limpeza do conjunto habitacional.

As famílias que passaram a morar no CHMTC foram escolhidas de acordo com critérios estabelecidos pela COHAPAR; segundo o levantamento realizado pela instituição em 2010 (QUADRO 02), havia no total 876 unidades habitacionais, cujas famílias deveriam ser remanejadas/reassentadas³⁹ em função das condições precárias, localização em área de arruamento e área de risco do parque linear a ser implantado.

³⁸ NAGAMINE, L. Y. **Entrevista concedida por técnico da ação social da Prefeitura Municipal de Piraquara**. Piraquara, 08 jun. 2016.

³⁹ De acordo com o disposto no Anexo II, página 5, da Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, remanejamento é a alteração do local da moradia de famílias, implicando na reconstrução da sua unidade habitacional no mesmo perímetro da favela ou assentamento precário que está sendo urbanizado. Seria então diferente de reassentamento, definido pela mesma instrução normativa como a alteração do local de moradias de famílias, implicando na sua remoção para outro terreno, fora do perímetro da área da favela ou assentamento precário que esteja sendo urbanizado.

QUADRO 2 - LEVANTAMENTO DAS PRECARIIDADES DO GUARITUBA, 2010

Nº MORADIAS	Nº PERCENTUAL (%)	CONDIÇÕES FÍSICAS
4.288	79,73	Em boas condições de habitabilidade/regularização fundiária
507	9,43	Demolir/relocar – condições precárias (1)
57	1,06	Demolir/ realocar em função de infra-estrutura – área de arruamento
212	3,94	Demolir e realocar /Parque Linear
60	1,12	Precários vazios
64	1,19	Necessitam reformas
100	1,86	Precários com inquilinos
5.378	100,00	

Fonte: COHAPAR, 2011. Modificado pela autora (2016).

Nota: (1) Neste número inserem-se famílias do bairro Maria Antonieta, localizado em área próxima ao Guarituba na margem direita do Rio Iraí, município de Pinhais.

As mudanças para o conjunto foram realizadas em três vezes, a primeira em maio de 2012 (E13), a segunda em setembro de 2012 (E14) e a terceira em março de 2013. Na primeira mudança foram alocadas as famílias que moravam em áreas de risco ao longo do Rio Iraí e Canal Extravisor, em número de 212, de acordo com o levantamento realizado pela COHAPAR. Pode-se verificar através das entrevistas que como prioridade estavam as famílias que de fato não tinham moradia adequada ou moravam em péssimas condições, mas também outras que já moravam em casas grandes e bem edificadas.

Aqui é só minha casa. Meus pais pegaram uma casa e todos os meus irmãos também. Cada um ganhou a sua casa. No cadastro dizia que era uma área de risco. A minha mãe já tinha feito uma casa maior, e nós já tudo crescido, com marido, construímos casa no terreno dela. Porque ali era uma área de invasão e a mãe pegou um terreno bem grande, cada um cercou o seu pedaço no começo, entendeu? (E9, 2016).

No conjunto veio eu e minha filha. Só pegava uma casinha quem tivesse uma lá. Aí nós arrumamos umas madeiras e fizemos um barraco por isso ela conseguiu. (E22, 2016)

Tinha uma casa grande lá. (...) Muro, água, luz. Tinha 3 quartos, uma sala, copa cozinha, era enorme, tudo com cerâmica. Nunca inundou lá. A gente não tinha opção, tinha que sair lá. Eles iam desocupar de qualquer jeito porque não tinha escritura nem nada. (...) No conjunto, quando mudou, meu deus do céu. As nossas coisas ficaram todas fora, porque a casinha era isso aqui ó, pequena... tudo pequenininho. Tivemos que vender, dar todas as nossas coisinhas de lá. Jogo de quarto, louça... não cabia nem a cama aqui. Foi horrível porque a gente tava acostumada num espaço maior. (E38, 2016).

Depois de cumprida esta prioridade relacionada à localização em área de risco sobre a curva de enchente, outras famílias passaram a entrar na fila para o cadastro e comprovar a situação de necessidade de outras formas, alguns porque viviam de aluguel em área de risco e também outros porque residiam com muitos filhos. Verifica-se também a inclusão de famílias

que participaram da Ocupação Olga Benário e Portelinha e também de pessoas que viviam em situação de rua.

O importante para esta investigação é a constatação de que o conjunto foi composto, assim como verificado na constituição do Guarituba, por pessoas que vieram de espaços e temporalidades diversas. Pode-se constatar que as próprias entrevistas revelam quais foram os critérios de prioridade seguidos pela COHAPAR nas diversas fases e que, além disso, houve um esforço por parte da equipe de trabalho social em tentar manter próximos, na mesma quadra, os mesmos vizinhos. Verifica-se, contudo, que tal esforço não minimizou a sensação entre os moradores de se encontrarem, de uma hora para outra, em lugar estranho, com pessoas estranhas. Além disso, observa-se em algumas entrevistas o sentimento de injustiça com relação aos critérios de seleção das famílias para o cadastro, revelada na relação dos “de dentro” e “de fora” ou “dos que mais necessitam” e “dos que menos necessitam”. Alguns julgaram que o conjunto poderia ter sido preenchido somente com os que necessitavam dentro do próprio Guarituba e que muitos nesta situação não foram atendidos. Outros ainda denunciavam irregularidades.

Aquela turminha lá da BR, que invadiram a BR... Daí fizeram um cadastro, pegaram o nome de todas as famílias para ver o que é que o prefeito vai fazer... E daí eles entraram na fila de quem já estava. Aí quem estava para receber meio que não recebeu... Parte daquelas famílias entrou, tirou lugar de outras e não estão mais aqui... (E5, 2016)

Esse conjunto está errado desde o começo, muita irregularidade. Cadastro, lideranças que venderam casas aqui em cima, nós conseguimos beneficiar vinte e quatro famílias, mas nós não vendemos nenhuma. Eu tive proposta aqui de pedreiros que falavam: eu faço sua casa, ponho o portão, mas eu quero uma casinha pra minha cunhada. (...). Houve muito embate entre a população e a equipe social da COHAPAR. Por exemplo, tinha pessoa que via coisa errada, ia lá e contava. Mas ao invés deles irem apurar e a coisa se resolver, então ficava de ruim a pessoa que ia denunciar. (E28, 2016).

Muitos venderam irregular e o atual não vai na reunião porque sabe que tá irregular. (...) As pessoas em geral não falam isso, mas tem consciência de que isso aconteceu. Tanto que no recadastramento que teve cada um conseguiu trazer o atual morador, o titular do documento. E o titular dizia: Não, é que a minha sogra tá doente e eu estou lá cuidando dela... Não, eu não saí... (E5, 2016).

As famílias que conseguiram ser cadastradas na terceira fase de mudanças ficaram sem alguns privilégios, como por exemplo, estar perto de vizinhos ou inserirem-se em uma casa adaptada para deficientes (mesmo tendo filhos nesta situação, acamados e em cadeiras de rodas). Dentre os entrevistados, dois casos se incluem nesta situação. Muitas casas foram entregues também com rachaduras, infiltrações e algumas alagam em seu espaço externo

dentro do lote e nas vias internas. As críticas à má qualidade da casa são maiores quando comparadas com outros conjuntos:

A casa é de alvenaria, tudo bem instaladinho. Só que a nossa casa a gente pegou faltando azulejo... No banheiro, na cozinha, piso no chão. Eu ando vendendo pelos municípios e todas as casas são entregues com cerâmica, azulejo, as casas de deficientes com barras. Nesse conjunto não... tem deficiente que não tem nem a casa adaptada... (E14, 2016).

Eu não tive problema de infiltração, mas na minha cunhada, desce água pela parede, embolora tudo. Foi reclamar na COHAPAR mas eles não fazem nada. Na minha irmã, fizeram o terreno mais baixo que a rua, alaga tudo, tem que tirar o calçado. (E9, 2016).

Os novos moradores vieram de vários lugares: das ocupações perto da Rua Betonex, do Jardim Tropical, Maria Antonieta em Pinhais, Jardim Orquídeas, ocupação Olga Benário e Portelinha, ou da rua. Alguns lembram com nostalgia do antes, quando segundo eles, a relação entre vizinhos era melhor:

Tudo era bom lá, os vizinhos eram mais unidos. Eram mais amigos, vinham conversar, cumprimentar. Agora depois que ganharam as casinhas... As casinhas são tudo igual, parece que tem o rei na barriga, não sei pra que fazer um muro desse tamanho aí, ó? (E22, 2016)

A convivência no conjunto habitacional entre tantas famílias diferentes não foi fácil desde o início, e a mobilização social realizada pela prefeitura municipal em conjunto com a COHAPAR, com eleição de lideranças quadra a quadra foi fundamental para minimizar os conflitos. Muitas soluções foram adotadas em conjunto, mas não a ponto de evitar o clima de violência e vandalismo que começou a prevalecer.

4.2.3 O medo e a segurança

Quando a entrevistada da E4 ensinou-me que havia sido aceita para permanecer no local pelos traficantes (aviões) que atuam no conjunto habitacional, passei também a compreender as razões pelas quais as pessoas que vem “de fora” possuem em andar prioritariamente pelas ruas principais Herbert Trapp, Betonex e Juri Danilenko. Urbanizadas e cada vez mais ocupadas por serviços e comércio, transitadas por pessoas, bicicletas e carros, apreende-se a sensação de que nestas vias principais há uma certa segurança. No entanto, transitar pelas vias internas ao conjunto provoca um certo medo, uma certa apreensão de ser

abordado pelo desconhecido e isso não era diferente em relação ao grande conjunto habitacional.

Foi com a experiência de tirar fotos de um percurso selecionado, de hora em hora, junto com ela, duas semanas depois de iniciar as entrevistas no conjunto, que foi possível entender que este se mostrava desconhecido e impenetrável porque, na realidade, o ambiente de medo se encontrava camuflado nas vias principais, em função da urbanização e modernização. Contudo, dentro do conjunto mostrava-se real, sem disfarce e desde o início de sua ocupação. Não por acaso, há relatos de que principalmente no começo houve muitas mortes.

No começo aqui dava muito tiro, saía gente ferido, morreu um menino que levou tiro na ciclovia. Se juntou muita gente, poder paralelo que moravam nas periferias. Moravam no rio, na Betonex, ali tinham as bocas. Ali eles eram conhecidos... Tinha problema, que também dava morte. Já tinha a guerra dos que moravam lá. Juntaram de outro canto e daí montaram uma bomba relógio no começo. Agora tá mais pacífico... Não sei nem te dizer como anda porque a gente não escuta muito, é raro escutar um tiro.(E14, 2016)

Violência - o começo foi complicado porque tinha uma galera da pesada. Eu não saio de casa, não convivo. Você ouve. Antes era mais visível, aqui na rua já teve tiro, na porta de casa, dois com revólver. O cara falou pode passar, dona. A gente se escondeu atrás do muro e era só tiro... (E32, 2016)

Eu conheço toda a piazada, vieram assaltar aqui o moço do cigarro. O que eu fiz... um levou o rapaz pra lá e pegou e levou o cigarro. Eu tremia. Depois de duas horas a polícia veio... (...) Aqui nunca ninguém assaltou porque a gente conhece todo mundo. O policial veio e a minha filha disse, a mãe não vai falar nada por segurança. Depois o policial dedura. O policial diz... foi denúncia! Não deviam falar nisso, né. Depois que eles saíram os bandidos me chamaram. Como foi? Eu disse que não sabia nada... (...). Para o policial eu disse, não sei, não sei quem foi, nunca vi mais gordo. (E38, 2016)

De fato, segundo informações que fui coletando em conversas durante o processo de entrevistas, a definição dos territórios das gangues rivais dentro do conjunto não se realizou sem que houvesse muitas mortes. Os sobrados tornaram-se torres de vigilância dos traficantes e as vias internas locais em pontos de venda dos “aviões”. Todos sabem que ao cair da tarde, as vias internas são intransitáveis, mesmo porque são escuras. Além disso, as vias internas parecem ser projetadas como caminhos de fuga quando a polícia aparece; moldada pelos muros, são todas iguais, pulando-se os muros para dentro de uma das casas, nenhum policial consegue achar. Em geral, as pessoas preferem hoje andar nas ruas de passagem de carros.

Muitos já alimentavam desconforto com relação aos vizinhos com os quais viviam nos lugares que ocupavam antes de vir morar no conjunto, uma vez que não era escolha destes moradores estarem numa área de risco, junto com vizinhos que classificam como perigosos.

Uma entrevistada conta como conseguiu autorização da COHAPAR para se mudar para outro local, dentro do conjunto, menos perigoso. Esta moradora, que residia numa quadra da parte sul em relação ao eixo verde central, mudou-se para a parte ao norte. Observa-se que as famílias cujas casas situam-se mais próximas à Rua Juri Danilenko procuram manter maior relação com esta via para o exterior do conjunto, evitando o seu interior.

Não tenho muita relação com outras áreas, não saio da minha quadra. Quando eu saio daqui é pra sair para a casa da minha mãe que é no Holandês. Lá do outro lado é mais escuro, parece mais perigoso... Mas não sei dizer porque não vou para lá. Eu estando na minha casa tomando minha cerveja com as minhas amigas, tô de boa. (E31, 2016).

Eu não ando no conjunto, eu não gosto de andar no meio do conjunto. Alguma coisa me diz... eu faço minhas caminhadas na Juri, em frente. A gente vê de ouvi falar cada coisa. Na quarta casa, tem um povinho que não vale nada e depois lá pro meio... Quando nos mudamos, eu queria que a vizinhança ficasse longe e ficou, lá pra baixo. Aqui a gente pegou gente boa graças a Deus. Aqui é tudo gente do bem. Não tenho muitas relações com os vizinhos. (...) Quando dá certo da gente se encontrar boa tarde, bom dia... (E13, 2016)

A violência é assim a razão principal de os moradores levantarem muros altos e voltarem sua vida cotidiana para o espaço interno das casas. Cabe salientar, isso ocorreu não somente no conjunto, mas em todas as áreas residenciais do Guarituba. A entrega das casas foi efetuada sem muros, com o intuito de manter as relações de vizinhança, mas houve alteração no projeto original e, de acordo com os entrevistados, os moradores receberam orientação de que os muros poderiam ser construídos em pontos demarcados com estacas, preservando-se os limites da rua interna.

O entrevistado 2⁴⁰ conta que havia um entusiasmo inicial dos moradores que participaram das reuniões de mobilização social (parceria da equipe do PTTS e CEU). Como nem todos possuíam recursos para erguer um muro frontal, as relações entre famílias ocorriam obrigatoriamente, porque as crianças utilizavam muito este espaço, e “existiam muitas crianças no conjunto!”. O entusiasmo inicial é a seguir relatado por um dos entrevistados:

No começo não tinha muro. Quando foi desenhado esse projeto foi feito para ter cercas verdes, na verdade era pra ser porque o Greca que desenhou esse conjunto. Ele copiou lá de outros países, da Europa, eu escutei em reunião. Quando trouxeram uma maquete logo que o Lula veio, era linda a maquete. Nossa. Eu ouvia gente da política falando que ele desenhou no modelo da Europa, que era tudo chique, com cerca viva que as pessoas vinham com carro e estaciona, põe a bicicleta e ninguém rouba. Nossa, consegui uma casa nesse lugar, vou viver no paraíso, né? Que chique, né? (E14, 2016).

⁴⁰ Idem nota de rodapé 38.

O entrevistado 4⁴¹ revela que os moradores começaram a reclamar nas reuniões que o caminho era perigoso à noite, pois não existia iluminação, equipamento que surpreendentemente não foi previsto e nem implantado pelo projeto do conjunto habitacional. Ele relata ainda que além da falta de iluminação – o que transmite insegurança – havia a reclamação de que em algumas quadras, essas vias eram utilizadas para o consumo de drogas e como travessia de motos e de carros.

Na minha foi uma das únicas que não teve isso, mas teve quadras com problemas, crianças atropeladas... Daí depois disso ergueu muros, as mães não passavam com carrinho, ficou inseguro. Passou a ter adolescente grávida com 12, 13 anos, drogas, triste de ver. (...) A violência cresceu por conta das drogas, ficou mais liberado, ficou escuro, sem controle... sem segurança. (E5, 2016)

Não deixo as crianças saírem na rua porque aqui é bem perigoso, em tudo, parte de criminalidade. Dá tiroteio. No ano passado morreu um menino de 11 anos com um tiro na cabeça, tava brincando na ciclovia, aqui. Não tem como, não dá pra confiar. Por isso fizemos o muro para eles não saírem. Quando era aberto não era legal, sabia? Porque não são todos que são nossos vizinhos de lá, então a gente não conhece pra deixar aberto, criança vai no terreno dos outros, na casa dos outros. No começo era tudo cerca, fazia amizade mas não me sentia segura. O mundo mudou muito, com a maldade, a gente não confia. Não são todos que tem bom coração. Eu me sinto mais segura com o muro, fora dele não. A gente anda pouco na ciclovia. A gente não entendeu pra que fizeram a ciclovia, porque de noite não tem nem iluminação. (E9, 2016).

Quando ele desenhou as ciclovias (o Greca) ele falou que era uma área de lazer para as crianças e famílias e quando a gente pegou as casas a gente viu que não tem como ser. A ciclovia tinha que ser na frente, depois da calçada tinha que ser esse espaço. Isso ficou perigoso para as famílias, a prefeitura não ilumina. (E14, 2016)

Eu tinha porta na ciclovia, mas eu fechei por causa de segurança. Não utilizamos a ciclovia. Meu filho não tem medo, mas não usa. Eu não uso, tenho medo. Sinto mais segurança nas ruas do que nas ciclovias. (E32, 2016)

Já subiram no meu muro, eu subi meu muro para privacidade não foi por segurança. Já entraram aqui dentro, já roubaram aqui. (...) (E31, 2016)

Eu ergui, porque eu saía pra trabalhar e eles forçavam a minha porta para roubar... (E31, 2016)

Ao longo do tempo, portanto, conforme é possível verificar nas fotos comparativas da FIGURA 15, muros foram sendo erigidos e a paisagem resultante demonstra a imagem da negação do espaço público da rua, como se as famílias voltassem suas costas para a via interna. Isto evoluiu a tal ponto que, em algumas quadras, houve inclusive a reivindicação de eliminá-la, sendo que desta forma poderiam estender o muro de suas casas até o meio da via. Esta ideia chegou a ser aprovada por decreto municipal pela ação de um vereador, mas logo

⁴¹ NAGAMINE, L. Y. Entrevista realizada a técnico da ação social da COHAPAR. Curitiba, 22 jun. 2016.

anulada, tendo em vista o despropósito de transformar em privado uma área pública que cumpria uma função coletiva.

FIGURA 15 – VIA INTERNA ANTES (2012) E DEPOIS (2016)



Fonte: (a) Fotos de 20/11/2012 de COHAPAR (2017); (b) A autora (2016)

Apesar do medo ter sido o motivo fundamental de se erguerem os muros nas ciclovias, estes também são associados ao fato de que as casas, sendo muito pequenas, não constituíam espaço suficiente para manter a privacidade das famílias, sem que a rua, com suas leis e imposições (instituídas ou não) violassem o espaço do lar.

Para a maioria dos moradores, as diferentes tipologias de casas não se traduziam em qualidade, para “poder residir em uma quadra não monótona e de paisagem diversificada” como conceberam seus projetistas. Antes significaram, para a grande maioria que recebeu casas geminadas, a impossibilidade de aumentar o espaço interno de suas moradias. A primeira providência das famílias, assim que adquirem algum dinheiro para reforma, é construir um muro e, depois disso, reformar e ampliar a casa. Consideram injusto que a minoria tenha recebido casas isoladas nos lotes.

O pior erro desse conjunto que eu sinto é quando se fala em direitos iguais eu sinto toda a injustiça que fizeram aqui. Moradia é direitos iguais, se era a fundo perdido para construir casas para a baixa renda, porque fizeram esse conjunto dessa maneira? Uma casa separada, um quintal maior, e daí quatro casas grudadas com a metade do terreno da casa separada... (E14, 2016).

Eu fui em algumas reuniões de mobilização. Falaram da importância da ciclovia, entregaram sem muro as casas. O povo se reuniu pra tirar a ciclovia mas não foi possível. Fizeram abaixo assinado para tirar a ciclovia para aumentar quintal pra trás, porque como eu peguei essa casa sozinha. Mas o vizinho pegou a geminada então não tem como rodar em volta e é mais pequeno o espaço. Se aumentasse para a ciclovia, já dava pra aumentar mais o espaço. O espaço é super pouco, não tem como rodar em volta. (E9, 2016)

Uma das moradoras (E14) revela sentir-se constrangida em ter adquirido uma casa isolada porque sua família era composta por cinco pessoas e também insinua que o critério não foi o mesmo em todos os casos.

Eu moro com o meu filho de doze anos na casa. Hoje só nós dois. Essa casa eu peguei para morar com 4 filhos, eram todos solteiros há quatro anos atrás. Justamente por causa disso. Por isso consegui essa casa separada, a partir de cinco pessoas era essa isolada. Foi o que disseram mas não foi o que a gente viu acontecer. (E14, 2016)

Pode-se dizer, por fim, que as pretensões do projeto de incentivar as relações familiares e evitar uma paisagem heterogênea, foi um determinismo projetual que, resguardadas as boas intenções dos projetistas, revela a reprodução do autoritarismo, criticado nos modelos modernistas de cidades. Na prática, as relações de vizinhança ou a sensação de

segurança das famílias e também a diversidade da paisagem, não podem ser determinadas em projetos.

Desta forma, o espaço público da rua não se consolidou como o idealizado pelos urbanistas, que pretendiam um espaço de encontro da diversidade, enquanto extensão da casa sobre a rua. Para quem vive em sua casa, o espaço público é a rua, concebida pelo espaço legalizado. Urbanistas como Jane Jacobs (2000), já apontavam, desde a década de 1970, para o fato de que a defesa da rua como espaço público consiste justamente em sua utilização a partir da consciência e distinção deste em relação ao espaço privado (a casa).

Para essa autora, sendo o espaço público um universo diverso da casa, possui uma “ordem complexa” de usos que trazem consigo, para além da insegurança, uma sucessão de olhos, a favor da segurança. Assim, portanto, nada pior que um espaço não utilizado para que nele se estabeleça o domínio do medo e da insegurança. Contudo, embora seja um espaço de oportunidade para que as relações aconteçam também na dimensão do habitar e da vida cotidiana, ele se distingue do espaço da casa.

De acordo com DaMatta (1997, p. 52), se a casa, para o morador, “distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso”. A rua se revela para este morador pelo seu lado autoritário, na terra que pertence ao governo ou ao povo.

Apesar dos muros altos, nem todas as crianças conseguem ser mantidas intramuros. Conforme afirmou o entrevistado 2⁴² (PMP, 2016), “existiam muitas crianças no conjunto!”. Das dezesseis famílias entrevistadas, somente duas não tinham crianças pequenas. Em geral, os entrevistados eram mulheres, avós e mães de crianças, e não trabalhavam.

Algumas mães conseguem manter seus filhos dentro do quintal da casa, no contraturno da sala de aula. Contudo, quando o entendimento sobre a lógica de apropriação do território pelos traficantes começara a ficar claro na pesquisa, foi possível também verificar que nos interstícios permitidos de espaço e de tempo, as crianças utilizam inteligentemente a rua para jogar futebol, soltam pipas na área central ou nas laterais do conjunto, percorrendo as vias internas e também, os menores, utilizam esquinas voltadas para a área central para jogar com bolas de gude, da mesma forma como se pode ver meninas a brincar de boneca sob o olhar vigilante dos pais, na frente de algumas casas sem muros ou com grades vazadas (FIGURA 16).

⁴² Idem nota de rodapé 38.

E daí muita gente queria que fechasse a ciclovia e começaram a aumentar o terreno com muro no meio. O vereador Mamed mexeu com um decreto para isso. Só sei que começou essa putaria, essa ciclovia só serve para juntar mato e sujeira. De madrugada passa moto piseira (que faz barulho), menina do céu, passam de madrugada. Não serve pra criança nenhuma brincar porque é bicicleta correndo, moto correndo. (E14, 2016).

FIGURA 16 – O ESPAÇO DA CRIANÇA



Fonte: A autora (2016).

Ao cair da tarde, contudo, as crianças desaparecem para dentro das casas. Uma das mães entrevistadas relata que quando ocorre alguma confusão entre as gangues, as crianças fogem para dentro daquelas casas as quais sabem que podem estar protegidas. Mesmo sem muita relação de vizinhança, elas sabem muito bem onde mora quem, e quem pode lhes acolher (E5, 2016). O horário da escola é o que marca o repetitivo de cada dia. A entrada e saída da escola é o momento em que as ruas principais do conjunto ficam cheias de crianças que vão ou voltam dos colégios Sagrado Coração, Henrique de Souza, Ivanete, na Betonex ou Rosilda, na Herbert Trapp. Desta forma, no contraturno, muitas crianças do CHMTC possuem uma vida cotidiana sob os limites impostos pelas gangues de rua: basta obedecê-las. Assim, aprendem desde cedo que esses códigos garantem sua sobrevivência no local. Muitas não se adaptam à rua e preferem ficar em casa, sem que os pais assim o exijam, pois o sentido do medo varia de pessoa para pessoa, de família para família.

4.2.4 A casa e as condições de investimento na moradia

As formas de produção e apropriação do espaço de moradia não se limitam, contudo, às regras urbanísticas ou de territorialidades do medo e da violência. O poder aquisitivo e a mão de obra existente na própria família determinam e limitam a produção do espaço edificado das casas. Enquanto algumas famílias não conseguiram ainda nem murar os lotes, outras investiram em obras, elevando as casas e construindo um segundo pavimento; outras ainda estenderam as áreas para o aproveitamento máximo do terreno (FIGURA 17). Prevalece na maioria dos casos a iniciativa da autoconstrução, e, dentre os entrevistados, ninguém adquiriu qualquer tipo de financiamento.

O entrevistado 4⁴³ relata que uma das ações demandadas pelo processo de ocupação do conjunto habitacional foi justamente de assessoria técnica de um arquiteto, já que era inevitável que os moradores realizassem reformas em suas casas. Como a COHAPAR não possui o papel de fiscalização e a administração municipal é falha nesse aspecto, assim como na exigência de alvarás de construção, uma arquiteta trabalhou durante todo o período de vigência do contrato do PTTS na sede da COHAPAR. Relata-se que, não havendo regulamentação específica para as obras no conjunto habitacional, a arquiteta atuava com a máxima coerência possível, buscando preservar a salubridade das edificações, com atenção especial para a estrutura das edificações.

⁴³ Idem nota de rodapé 41.

Ao se analisar as profissões dos entrevistados e as reformas realizadas em sua moradia, pode-se verificar padrões nas formas de investimento das famílias. Dois dos entrevistados conseguiram se estabelecer abrindo um comércio no conjunto (lanchonete e bar). Ambos já realizavam, antes de se mudarem para o conjunto, atividade autônoma (uma era costureira e outro realizava mudanças com uma Kombi) e, conseguindo um lote de esquina, em frente à área verde central, enxergaram ali uma oportunidade de negócio.

FIGURA 17 – MODIFICAÇÕES NAS EDIFICAÇÕES DO CONJUNTO HABITACIONAL



Fonte: A autora (2016).

Um desses entrevistados (E38) possui um cotidiano que gira em torno do trabalho na lanchonete e no cuidado com a residência, o filho e a neta, verificando-se que o investimento realizado na construção é maior do que para grande parte dos moradores do conjunto. A lanchonete, iniciada com um carrinho de cachorro quente, hoje ocupa boa parte do terreno e a casa ergueu-se em um segundo pavimento.

Fui a primeira pessoa que colocou um comércio. Não tenho do que me queixar, foi bom. Agora quem mora na casa é minha filha com minha neta... E eu moro lá em cima, construí lá em cima. (...) Aqui tem um quarto grande para a menina, um banheiro... Meu filho tem 7 anos. Esse pedaço todo fiz um quartão (apontando para o espaço em cima do bar). (...) Foi muito bom, eu amo. Dei graças a Deus de ter vindo pra cá. (E38, 2016).

Da mesma forma, outro entrevistado comerciante, cuja cotidianidade encontra-se centralizada no lugar onde mora, investiu aumentando seu estabelecimento comercial e ergueu muros imponentes ao redor da residência. Já o cotidiano marcado pelo trabalho e pelo movimento pendular diário a Curitiba é a realidade de seis chefes de família (homem ou mulher) dentre os dezoito entrevistados. De maneira geral, constata-se que o investimento nos últimos anos, desde que receberam suas casas, é voltado para a construção do muro e reformas internas e externas. Somente uma dessas famílias não havia realizado qualquer reforma, pois o marido encontrava-se desempregado até então. Com a garantia de renda mensal, duas famílias que recebem aposentadoria ou pensão também se enquadram entre os que conseguiram murar e reformar a casa.

Seis outros entrevistados trabalham na informalidade, sem garantia de uma renda mensal. Embora dois deles tenham murado e realizado alguma reforma em suas casas, para estes, reservar dinheiro para isso significa, muitas vezes, deixar outras prioridades de lado, como se alimentar adequadamente ou pagar a conta da luz e da água. Não são poucos os que se encontram nesta situação dentro do conjunto e isso pode ser percebido claramente pela falta de investimentos feitos na casa. Estas famílias são as que se encontram atualmente mais temerosas com relação ao pagamento que deverão efetivar durante dez anos para adquirir o registro da casa. O medo de se tornar inadimplente e perder a moradia se alastrou pelo conjunto, sobretudo porque alguns moradores que já iniciaram a pagar anunciam que o valor de R\$ 80,00, divulgado pela COHAPAR, subiu para R\$117,00.

Muitas pessoas não vão conseguir pagar, é a minha própria realidade. Eu estou com um parcelamento de luz de R\$ 90,00 e mais a luz do mês atrasado. Minha esposa correndo atrás de serviço e não consegue. Tomara que esse carnê não chegue esse

ano senão não vamos ter condições de pagar. Ainda assustaram a população que com três meses de inadimplência corria o risco de perder a casa. (E28, 2016).

Se tivesse começado a pagar quando pegamos a casa... era R\$ 82,00. Hoje, começaram a trazer a conta, eu tô pagando a quinta ou sexta de R\$ 117,00 e minha amiga disse que vai subir. A gente vai pagar em 10 anos, dá R\$ 14.000,00. Não é caro, mas o problema é que se vai aumentando... se eles começarem a aumentar vai chegar uma hora que a gente não vai conseguir pagar, porque como uma pessoa que não tem trabalho fixo vai conseguir pagar aumentando desse jeito? (E14, 2016)

Sobre a pergunta realizada em relação ao lugar onde realizam as compras para o dia a dia, verifica-se que também neste caso são nítidas as limitações em relação ao padrão financeiro das famílias. Aqueles que possuem a oportunidade de se integrar à cotidianidade moderna do trabalho fixo (renda mensal) consomem com frequência os produtos dos novos espaços urbanizados e dos supermercados das vias principais, onde, enfatizam, “se encontra de tudo”. Geralmente se deslocam a pé ou de bicicleta até esses espaços, algumas vezes procuram ofertas na Avenida Iraí, em Pinhais. Contudo, a precariedade de muitas famílias é evidente na preferência em permanecer em casa sem gastar, comprando apenas na medida em que precisam e com o dinheiro que possuem naquele dia. Outros nem saem de casa, pois é comum realizar a compra com os vendedores ambulantes de cestas básicas, com os quais possuem a vantagem de crédito e de poder pagar em duas vezes, ou ainda têm a possibilidade de comprar para pagar depois.

A gente compra cesta básica na rua. R\$ 250,00, R\$ 370,00. Tem uma que é o suficiente por mês, vem de tudo, tem uma que vem até carne... Ovo, linguiça, bacon, frango... Sabão em pó, amaciante. Não sai mais em conta, mas pela emergência e ele faz em condições. Paga a metade... se não tem ficha. Mas depois que tem ficha, você não tem dinheiro, você liga e ele traz na porta da sua casa. Os vendedores são várias pessoas de todo lugar, Colombo, São José dos Pinhais, usam até uniforme. Tem o iogurteiro, o cara do ovo, de produto de limpeza, linguiça, pão caseiro, bolo, tudo na porta de casa. (E21, 2016)

A gente compra fiado a cesta básica, ele vende em duas vezes. Faz muito tempo que compro dele. Compro cesta básica, feijão, açúcar, mistura, ovos, que um homem traz, verdura, uma fruta. (E18, 2016).

A maior parte dos entrevistados respondeu que há muito tempo não faz compras de roupas, podendo ser constatado também que famílias com crianças recebem ajuda da igreja.

Aqui a gente mais ganha roupa, doação. A igreja traz na casa. Eles fazem isso aí. Eles sabem onde tem bastante criança. ... Com a renda que a gente tem não dá pra comprar roupa nova. (E19, 2016)

Quando falta compra, mas a gente ganha bastante do povo da igreja. Pra lá a gente ganhava bastante, pra cá diminuiu. Daí uma mulher da igreja também me dá bastante, essa cortina foi ela que deu. (E33, 2016).

4.2.5 Infraestrutura e serviços urbanos

O desenho do conjunto destina amplos espaços para a mobilidade do automóvel, realizando assim uma conciliação duvidosa com a prioridade dada ao pedestre nas ruas internas. Contudo, a surpresa foi constatar, durante as entrevistas, que as reformas realizadas eram na maioria de extensão do espaço interno, exíguo, das casas e não da garagem. São poucas as famílias que possuem carros no conjunto, as largas vias que circundam os três grandes espaços públicos centrais permanecem a maior parte do tempo vazias. Dentre os entrevistados, somente três possuem carro, os dois comerciantes e mais uma família. Foi possível observar também que ter um carro em espaços com precariedade e vulnerabilidade social como no conjunto habitacional e também no Jardim Orquídeas significa estar a todo momento sendo solicitado a prestar ajuda à comunidade, para levar alguém a um pronto socorro (muitas vezes em função da violência) ou uma mãe prestes a ter um filho no hospital. Três das lideranças entrevistadas no Guarituba possuíam carro e as ações que realizavam se transformaram em motivos para começarem a ajudar a comunidade.

Pode-se dizer sem medo de errar que a maior parte dos que residem no conjunto habitacional utilizam o transporte coletivo como meio principal de locomoção. Alguns se locomovem de bicicleta. Encontram-se satisfeitos porque hoje não precisam mais percorrer o caminho em meio ao “barro preto” até chegar ao ponto de ônibus, e porque a frequência e linhas existentes também estão melhores.

Tais melhorias viabilizadas como consequência do projeto de urbanização serviram para sanar um dos problemas mais mencionados pela comunidade, passando então para o primeiro plano outros cruciais ou piores. A construção de infraestrutura urbana e de um novo posto de saúde, conforme esperado, não minimizou a ausência do Estado no atendimento básico da saúde, pois a demanda continua a ser muito mais do que a capacidade da unidade em atender.

É que como só tem clínico geral, eles colocam um dia pra gestante, outro pra não sei o quê... Consulta só com horário marcado também, tem que passar pela enfermeira primeiro. Ela te dá um medicamento. Não gosto do postinho. (E31, 2016)

A demanda é maior também no caso da educação, segundo relatos. Verifica-se a preocupação entre alguns entrevistados com relação à qualidade do ensino nas escolas locais, com exceção da Escola Sagrado Coração de Jesus, com vagas limitadas. Alguns que possuem

parentes residindo em Pinhais preferem contratar uma condução para levar seus filhos a uma escola melhor no município vizinho. Consideram que basta cruzar o rio para encontrar, no outro município, uma prefeitura efetivamente preocupada com a educação e outros serviços. Contraditoriamente, continua mais forte a ligação com aquele município do que com Piraquara.

A alfabetização aqui é muito carente. Não são todas as crianças que vão para a escola ou não terminam. E não chegam aos vinte anos também. Da parte do município das escolas, é bem precário. Eu trabalho com crianças no projeto, e tem aluno que tem doze anos está no 4º ano sem saber ler e escrever. (E5, 2016)

O menorzinho sai de manhã, estuda em Pinhais, o Caíque, e de tarde vai o Gabriel de 13 anos. O Gabriel vai de ônibus escolar para o Rosilda, o Cauã eu tenho que pagar, porque ele estava no Heinrich mas não estava indo pra frente, e em Pinhais é muito bom, porque o Gabriel e Mayara fizeram lá e é muito bom. Tem aprendizagem em tudo, informática de graça. Minha avó mora lá, então a gente consegue matricular. Só que pra ele eu tenho que pagar, mas vale a pena porque todos eles estavam bem na escola e certinho, e ele estava ruim sabe. (E9, 2016)

Meu filho estuda em Pinhais com uma dor no coração grande. Em 2008 eu conheci uma professora, que depois virou diretora da Bernard Jung, que me desaconselhou a colocar na escola. Ela falou: a educação aqui é muita defasada, não se dá aula do jeito que tem que dar. Forjei documento pra colocar lá. (...) As escolas de Pinhais são excelentes, somente um rio separa. (E28, 2016)

É só ver Pinhais que separou de Piraquara há 23 anos e olha a diferença. Você passa de uma ponte para a outra e vê. A gente não quer tudo asfaltado, a gente quer acolhimento, que é o que a gente vê lá. (E5, 2016)

4.2.6 Superação de limites

Os limites municipais estabelecem uma separação de privilégios. Dentro do conjunto, este limite de privilégios é mais tênue, mas na linguagem dos moradores, essa ocorre entre os que residem nos fundos (no interior) em relação aos que residem mais perto da Rua Juri Danilenko (do comércio e serviços e de onde passa o transporte coletivo). Observados a partir do cotidiano das pessoas, contudo, parece que essas fronteiras existem para serem ultrapassadas por alguns num movimento de interação e integração.

Dentro do conjunto habitacional, este movimento pode estar relacionado à integração entre os jovens e adolescentes, a faixa etária que mais preocupa os pais. Muitos costumam se encontrar em festas no conjunto – a maior parte dos “aviões” pertence a esta faixa etária – e estes também participam ou promovem tais festas para vivenciar a “balada”.

No começo tava assim: erguia-se o som muito alto e daí dava muita confusão, polícia, tiroteio, morte, muita coisa. Aí comecei a trabalhar: porque que não se reúnem e faz a festa na casa de um e na casa de outro e aí as mães também sentem o incômodo de como é porque ela também vai ser julgada, né? Ela vai julgar um dia e vai ser julgada no outro. E deu certo, a minha festinha vai ser na rua tal, na casa de fulano. Noutro fim de semana vai ser na casa de outro. Daí tá dando certo. Eles não colocam som muito alto, né? Hoje em dia não incomoda porque as caixas eram na rua, incomodava doentes, idoso, era som de carro... Nossa!! E a gente não dormia. (E5, 2016).

Como as crianças, os jovens também procuram relacionar-se nos interstícios dos territórios formados pela criminalidade, aprendendo a conviver com ela. Outros preferem nem se relacionar, vivem no tempo e espaço da família e também da igreja. É interessante verificar como uma boa parte dos entrevistados possui família (irmão, tio, avós) morando em outros espaços do Guarituba e declararam não se relacionar muito com a vizinhança, mas com familiares nas horas de lazer. Outro aspecto de interesse e fora da expectativa foi verificar, dentre os entrevistados, somente três famílias que frequentam assiduamente a igreja, convivendo com seus “irmãos”.

Apesar da constatação de que ruas inteiras foram muradas e na maior parte dos exemplos havia a preocupação de fechar seus terrenos e erguer muros, os quais definem a casa como o espaço de relacionamento, há alguns exemplos interessantes de interação da casa, enquanto espaço construído com a rua: são famílias que trazem consigo os costumes do campo e do lugar onde nasceram e que em geral gostam de ter animais e de plantar, e por isso não podem deixar o ambiente escuro e úmido.

Um casal de terceira idade (63 e 73 anos) se destaca dentre os entrevistados. Ambos são aposentados; sua casa situa-se com frente para a Rua Juri Danilenko, e consiste na única cujo limite foi realizado com cerca de arame vazado. Possui um jardim organizado, com pequenas árvores enfileiradas e podadas, e uma pequena horta. Foi a única casa na qual se bateu na porta para que se solicitar uma entrevista. No interior, uma casa reformada, ampliada e simples, guardava surpresas de soluções construtivas. Devido ao calor e à umidade, procuraram ampliar de forma a permitir uma ventilação cruzada, tornando o ambiente fresco. A entrevistada explicou-me que por isso não construíram o muro em alvenaria, para que a cerca vazada permitisse a passagem de ar para refrescar a morada. Aproveitando a lateral para fechar o telhado diretamente com a casa vizinha (geminada), este espaço é mais escuro. Em função disso, inventaram um sistema retrátil no teto para iluminar melhor o ambiente, quando necessário. Aproveitam a água da chuva que cai no telhado para regar o jardim e para o banheiro e também possuem um fogão à lenha. Ela, transportada pelas histórias que contou

sobre a vida cotidiana da colônia de italianos que vivenciaram em sua terra natal (SC e RS), reagiu de forma desconcertante à pergunta se não iriam plantar um parreiral. A resposta obtida trouxe a conversa novamente à realidade do conjunto:

Nem fale em parreiral, tive que tirar isso da cabeça dele. Eu sei porque eu tinha a cerca com rosa, eu tive que arrancar tudo porque era só pra se incomodar. O povo, você não sabe o que é esse povo. Eles arrancavam por arrancar, era uma perdição de coisas. Eu adoeci, um dia acordei e cortei tudo, deixei só duas ou três. Vamos fazer umas verdurinhas. Foi só pra se incomodar. O povo parece que vive em cima de uma pedra que não planta as coisas. (E13, 2016).

Outras duas casas também possuem muros mais baixos, trazendo a fala do campo (“da roça”) à entrevista realizada. Um casal de carrinheiros, ambos de Pitanga (PR), possui uma horta e algumas galinhas; descansando em cadeiras na varanda, procuram aproveitar o quintal com sol. Outra família fala da tentativa infrutífera de fazer uma horta comunitária, logo vandalizada e destruída. Hoje estas pessoas produzem boa parte de suas hortaliças, que comem em família no quintal.

Nunca gostei de muro alto, como presídio. Não temos nada a temer e nem de viver escondido. Tenho todo esse material e nem portão não tem. Eu fiz esse muro aqui porque tenho galinha... Garnizezinho [*sic*]. Acho bonito eles ficarem no terreiro. As galinhas são pra comer... (E19, 2016)

Gosto das plantas... Aqui tá pequenininho. Quero fazer ali. Tenho beterraba na geladeira. Gosto de ralar com maionese. Fiz um suco ontem, mas não ficou muito bom não. O limão vai começar a produzir. (E 21, 2016).

4.2.7 Quando a urbanização e a obtenção de uma casa são insuficientes

Apesar destas pequenas evidências de que pessoas se encontram com sua vivência do passado no campo, cabe a constatação de que uma mudança ocorreu com a construção do conjunto habitacional, indicando a conformação de uma renovada paisagem de apropriação do lugar por seus moradores; estimulados, em especial, pelo movimento cotidiano das pessoas em direção à superação da precariedade absoluta em que muitos viviam, a partir da aquisição de um lugar urbanizado para morar.

Junto a este movimento de superação, as experiências compartilhadas nas entrevistas demonstram uma dinâmica cotidiana definida pela convivência com a precariedade, colocando em destaque que a construção de infraestruturas urbanas no espaço não é suficiente para transformar a desigualdade social existente. Ao contrário, ressalta o aspecto da vulnerabilidade social como um problema estrutural. Compreende-se, assim, que o Guarituba,

enquanto lugar marcado pela espoliação na metrópole e pelo aumento crescente da população, estabeleceu-se em decorrência da complexa relação da propriedade da terra e da renda no Brasil.

No entanto, considera-se que, a partir das ações do Estado, um importante passo foi dado na direção da obtenção de condições básicas de moradia. De fato, a implementação de um plano idealizado em instâncias de decisões, de acordo com Saboya (2013), de segunda e terceira ordem, transformou o espaço do Guarituba. Baseado no pensamento de Locke e Hegel sobre direitos de propriedade, Holston (2013, p.158) sustenta que o direito de propriedade fundiária é importante para os indivíduos porque, acima de todos os direitos, assegura a sua liberdade. Ressalta-se contudo que, acima da propriedade urbana para a conquista da liberdade, está o direito à moradia em todas as formas de habitar possíveis. E que é essa liberdade que permite a um indivíduo capacitar-se para obter maior independência econômica e intelectual e tornar-se, segundo Heller (2014), um adulto preparado para viver, como ser genérico, a cotidianidade.

A contradição é que no sistema capitalista a propriedade está acima do direito de morar, e neste contexto, um indivíduo sem lugar onde residir, encontra-se em posição diferenciada e desprivilegiada em relação a um proprietário de terra. Nesta linha, possuir uma propriedade constitui-se em uma desigualdade na linha de partida, tornando a liberdade uma função da propriedade, o que leva Holston (2013) a afirmar que “um governo responsável pela liberdade de seus cidadãos deve garantir a propriedade como uma de suas principais obrigações”.

Porém, com base na investigação realizada pode-se concluir que a urbanização e a obtenção de uma casa e de uma propriedade são tanto fundamentais quanto insuficientes para a superação das injustiças. Estas famílias se encontram também na linha de partida no que se refere à garantia de acesso do necessário para viver a cotidianidade enquanto produto organizado e programado do conjunto da sociedade.

Nesta direção, de acordo com Volochko (2011), as transformações para uma possível inclusão de habitantes na cotidianidade ocorrerão tendencialmente na forma do cotidiano desigual, “como reprodução necessariamente desigual e contraditória do capitalismo” (VOLOCHKO, 2011, p. 210)⁴⁴. E, sendo assim, a forma do cotidiano desigual é a

⁴⁴ Volochko (2011) chama atenção em sua tese para o estabelecimento do que chama de cotidianidade desigual, que vai sendo produzida nos espaços ou entre as pessoas cuja realidade vivida baseia-se em um infracotidiano ligado à informalidade, podendo ser destacado, que é ainda predominante no conjunto habitacional. Segundo o autor, o infracotidiano e o supracotidiano, para Lefebvre⁴⁴, constituem-se em níveis de integração à cotidianidade, tendo-se como referência deste nivelamento o modo de vida e de consumo da classe média.

cotidianidade que se realiza de forma contraditória, conforme constatado na investigação de “dentro” do CHMTC, como “presença-ausência do Estado, como realidade-representação” (VOLOCHKO, 2011, p. 210).

No CHMTC constata-se que esta contradição está presente na concepção do espaço pelo Estado, que tenta reproduzir o modo de vida da cotidianeidade constituída na relação com a modernidade (conforme conceito de Lefebvre), como forma justa e democrática de realizar a inclusão social. Desta postura emerge a atuação do Estado, com o compromisso de reduzir as desigualdades historicamente constituídas, olhando para “dentro” da realidade social brasileira. Pois a realidade constituída a partir desta investigação no CHMTC conforma-se na dimensão de uma cotidianeidade desigual, configurada pela presença-ausência do Estado, o que acaba por reduzir a vida cotidiana ao espaço da casa, com privação e isolamento. Essa é a forma que a população encontra para se proteger da rua, e, em especial crianças, jovens e idosos, vivenciam os espaços e temporalidades nos interstícios ou na interação destes como forma de superação.

4.3 JARDIM ORQUÍDEAS

4.3.1 A escolha do Jardim Orquídeas

Se o cotidiano desigual é uma constatação realizada com base na investigação do CHMTC visto “de dentro”, o Jardim Orquídeas constitui uma representação evidente deste modelo somente com a observação “de perto” e de passagem. Na medida em que a escolha para a pesquisa recaía num primeiro momento sobre o conjunto habitacional e nas Ruas Juri Danilenko e Betonex, ficava evidente o contraste entre as ações realizadas e implementadas pelo PRAU entre um lado (CHMTC) e de outro (Jardim Orquídeas) do Guarituba. Pareceu que a investigação sobre a cotidianeidade no Guarituba, em sua relação com o planejamento urbano, ficaria incompleta se também não fosse aprofundada com a observação “de perto e de dentro” também do Jardim Orquídeas, comparativamente às ações efetuadas no CHMTC.

Desta forma, foi surpreendente verificar, já nas primeiras entrevistas e conforme visto no capítulo sobre a constituição do Guarituba, que a ocupação do Jardim Orquídeas é tão antiga quanto a do Bairro Holandês. Sua ligação efetiva a este é recente, como estratégia do

PRAU/Guarituba que, entre outras ações, pavimentou a Rua Juri Danilenko. Apesar de já estar previsto no plano que as obras de infraestrutura de drenagem da área do Jardim Orquídeas seriam efetuadas ao final, houve um grande atraso no cronograma de implementação do PAC II/2007, sendo que em 2015, quando esta pesquisa teve início, era evidente o abandono das ações do governo sobre esta área, podendo este também ser identificado nas falas dos moradores em 2016:

Por que o Orquídeas com toda a sua história não é uma área prioritária? Eu vejo a nossa área como uma doença ruim, porque tudo acontece aqui, ali, e nós aqui ficamos jogado. Sendo que nós somos os fundadores, a nossa área é a área prioritária, toda a infraestrutura melhor teria que ser começada por aqui. Agora estão fazendo um parque ali, gastando horrores e nós aqui abandonado! (E3, 2016).

De acordo com o entrevistado 1⁴⁵, havia um “descompasso nas obras do Guarituba” e além disso, a regularização fundiária do Jardim Orquídeas e outras áreas ao seu redor, prevista no PRAU/Guarituba, encontrava-se também com grandes dificuldades. A regularização fundiária destas áreas havia ficado a cargo da prefeitura municipal, em acordo realizado com o governo do Estado no início da implementação do PAC II/2007.

Para a regularização fundiária, a prefeitura municipal havia criado, em 2008, por meio do Decreto Municipal nº 3.127/2008, o Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social (NURFHIS) (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, 2013), cuja equipe, até 2013, era formada por cinco técnicos e três estagiários (1 coordenador geral, 1 advogada, 1 auxiliar jurídico, 1 secretária, 1 auxiliar de serviços gerais, 2 estagiários de direito e 1 estagiário de 2º grau). Contudo, o NURFHIS não logrou manter estes profissionais quando da sucessão da prefeitura municipal, e para a regularização, o órgão conta hoje somente com uma advogada remanescente do grupo. De acordo com o relatório de atividades elaborado pelo NURFHIS, em 2013, “excluindo-se as que já tem processo de regularização em andamento (seja pela PMP ou pela Cohapar) – existem ainda 8.508 lotes em situação de irregularidade”.

Além destas constatações, destaca-se que por parte do PTTS não houve, diretamente nesse espaço, um trabalho de organização e mobilização social como ocorrido no CHMTC quadra a quadra, com discussões específicas sobre o modo de vida, problemas e soluções no novo lugar. Era uma contradição verificar que a área era um lugar onde várias famílias

⁴⁵ NAGAMINE, L. Y. **Entrevista realizada com técnico da ação social da Prefeitura Municipal de Piraquara**. Piraquara, 14 out. 2015.

residiam em situação de grande precariedade, assim como as famílias do conjunto, muito embora algumas, em situação de risco, tivessem sido realocadas para lá.

Estas famílias, com a divulgação do programa “Direito de Morar”, em 2007, pelo então governador Roberto Requião, viviam sob a expectativa de regularização fundiária e também de melhoria da infraestrutura. Foi possível verificar, com base em vídeos (*youtube*) postados na internet (RICTV, 2012; MENDES, 2013; RODRIGUES, 2014; GAZETA PIRAQUARA, 2015), que as revoltas em função de alagamentos e reivindicações por melhoria ao longo dos anos após o lançamento do PAC, incluindo fechamento da rodovia do encanamento e queima de pneus, tinham como fonte principal os moradores do Jardim Orquídeas.

Além destas razões, outro indicador de que o lugar deveria ser investigado foi a observação do grande aumento de ocupações no Jardim Orquídeas ao se comparar a fotografia aérea do Google em set/2004 e em mai/2009, antes e depois do lançamento do PAC II/2007 (FIGURA 18).

FIGURA 18 – IMAGENS AÉREAS JARDIM ORQUÍDEAS 2004 E 2009



Fonte: (a) Imagem satélite de 05/09/2004 (Google Earth, 2017); (b) Imagem satélite de 21/05/2009 (Google Earth, 2017).

O início de realização das quinze entrevistas (6 de outubro) coincidiu com a semana logo após as eleições municipais, e era grande a indignação da comunidade em relação às ações do governo, acumulando descrédito mediante promessas não cumpridas de melhoria da infraestrutura local, bem como de obras que consideraram “eleitoreiras”. Moradores destacam indignados que, em vez de priorizarem os problemas de alagamentos recentes, investiram em obras de “antipó”, sem galerias de drenagem no conjunto Âncora, situado em nível acima do Jardim Orquídeas (do outro lado da rua Herbert Trapp), acarretando em maior volume de águas sobre esta ocupação. Comentam também que, com a pressa em realizar obras antes das eleições, o governo pavimentou a Rua Richard Lickfeld antes de retirar postes de eletricidade existentes na via. Além disso, está sendo implementado o Parque Acará, obra em que as máquinas foram retiradas – sem retornarem – um pouco antes da data das eleições (FIGURA 19).

O Guarituba melhorou sim... A parte do saíbramento, porque não tem como fazer asfalto sem esgotamento. (...). O prefeito para angariar votos, três meses antes, jogou antipó em todo o Âncora, sem meio fio, e esqueceu da parte de baixo, e colocou pixe. A água vem de lá de cima e vem para o nosso setor. O cidadão que se elegeu fez política em cima daquilo... E ganhou as eleições. (E1, 2016)

Você já andou nas ruas ali pra dentro... Você já viu os postes ali pra dentro? Os postes no meio da rua? Ali a gente ficou sabendo que um carro da prefeitura bateu e quase chegou a abraçar o poste... O castigo não vem a cavalo, vem à pé. (...) Porque eles deveriam diminuir a rua, ou tirar os postes. Ele fez só pra ganhar a eleição. (E6, 2016)

Até quinta feira passada eles estavam trabalhando no Parque das Águas, até quinta feira tinha homem, máquina, trator, ferramenta, material ali. Na quinta-feira foi recolhido e não voltaram até hoje. Só botaram o pessoal trabalhar até... Eles estavam colocando manilhamento grande de água pluvial lá, na quinta feira tiraram todas as máquinas e não voltaram até hoje. (E5, 2016).

FIGURA 19 – OBRAS ANTES DAS ELEIÇÕES DE 2016



Fonte: A autora (2016).

4.3.2 A constituição do Jardim Orquídeas

A partir das entrevistas realizadas no Jardim Orquídeas foi possível entender a dimensão real do que estava ocorrendo no local com as ações do PRAU/Guarituba e as suas consequências, ou seja, qual era a realidade por detrás do que alguns gestores públicos chamavam, sem especificar, de “descompasso das obras”.

Antes, contudo, cabe retornar a alguns aspectos sobre a constituição do lugar. Rememorando fatos relatados anteriormente, ressalta-se que moradores entrevistados, residentes na Rua dos Lírios e das Rosas (próximo à rua Herbert Trapp – FIGURA 18), adquiriram suas propriedades de imobiliárias na década de 1980 e início da década de 1990 e possuem registro de imóvel. São os que lembram com nostalgia do lugar calmo e tranquilo em que residiam, embora sem qualquer infraestrutura.

Em 2000 só tinha a D. Rosana e D. Iracema nos fundos, mas os terrenos tinham dono. As pessoas já tinham comprado as áreas e revendiam, mas eram vazios. Do lado de lá todos têm documento. Aqui não tem. Documento de compra e venda, com registro, desde o imóvel. Aqui, nessa frente pra lá... tá correndo a papelada, mas nós não temos. Eles têm...(E8, 2016)

Todos os demais entrevistados que ocuparam o Jardim Orquídeas entre 1993 e 2010, da Rua do Jasmim em direção oeste para o seu interior (FIGURA 18), adquiriram a propriedade diretamente de grileiros ou de famílias que já estavam vendendo um lote “de invasão”.

Entrei dando uma olhada. Aqui era uma cava, cheio de água... fazia um buraquinho... Ele chegou e disse: você quer um terreninho aqui? Eu tenho um aqui, outro ali, era invasor na época. Eu falei, eu quero. Sumiu todo mundo, não tem ninguém que vendeu. Quem comprou é que ficou. (E6, 2016).

Na fala dos entrevistados podem ser destacados três períodos de ocupação por “invasão” no Jardim Orquídeas. O primeiro, a partir de 1994, conforme já relatado no Capítulo 5, quando ocorreu a grande ocupação, e um segundo impulso, no final da década de 1990. Curiosamente, um dos entrevistados explica a ocupação desse período por meio do processo de criação do polo automobilístico na RMC.

Até a rua do Abacateiro aqui... não tinha casa, era uma casinha aqui, outra lá... Era só as pessoas da invasão de 94. Em 98, quando vim, o pessoal começou a invadir a São José (...) Em 94 veio um pessoal, mas daí parou porque o Estado disse que não podia. Mas depois que veio a invasão, porque foi bem na época que saiu Audi,

Renault aqui, né? Daí o pessoal veio pra trabalhar, porque tinha geração de emprego em São José e o pessoal veio morar no Guarituba. (...) A maioria do pessoal aí é de Apucarana, Arapongas, Cambé, São Pedro do Ivaí, Ivaiporã, tudo que a gente conhece aqui de fora, Santa Catarina (...). Naquela época, o Jaime Lerner fazia aquelas propagandas na TV e quem tava lá fora achava que isso aqui era uma maravilha, só que não deu estrutura pro pessoal vir e ficar mesmo. (...) aí quem veio pra cá para trabalhar, acabou a construção e acabou ficando aqui mesmo. (E5, 2016)

Outros relatam que um terceiro impulso de crescimento ocorreu a partir do anúncio do PAC II, em 2007.

Se tivesse 180 casas, era muito. Isso aqui era um banhado que Deus me livre. Começou a aumentar mais ou menos em 2007, quando anunciaram o PAC, aumentou muito, só que teve uma queda. Isso aqui até hoje não era valorizado. (E16, 2016)

De fato, a FIGURA 18 revela o aumento de densidade no Jardim Orquídeas nesse período, sendo que na fotografia de 2004 pode-se observar a situação relatada por muitos de que não havia rua na frente de suas casas, e o acesso se fazia por carreiros sobre barro de turfa. Os entrevistados contam como aos poucos foram aterrando seus lotes para poderem construir e, da mesma forma, como as ruas foram sendo constituídas pelo movimento diário dos moradores, chegando com seus carrinhos de terra até o seu lote.

A gente deixava as madeiras, material de construção, tudo ali em cima. E descia com eles nas costas porque era carreiro. Era um barro, uma turfa, um barro muito mole que afundava que tinha que colocar umas tábuas para andar em cima. Aqui tem em torno de vinte caminhões de terra. Vinha com a carriola, os caminhões afundavam, onde ele afundava, já jogava a terra ali mesmo e assim ia fazendo as ruas! A maioria das ruas foram feitas assim, um sacrifício. (E17, 2016).

Relatou-se aqui anteriormente de que maneira as formas de apropriação das casas pelos moradores do Jardim Orquídeas possuem relação com o medo e a violência de traficantes, sendo que a Rua das Andorinhas e a Rua São José, limites ao norte e ao sul do lugar, constituíam em referências para os territórios de gangues rivais (FIGURA 18). Neste lugar, a casa sempre foi, portanto, o espaço da proteção da família, separada da rua, constituída por um espaço público de domínio dos traficantes. Os entrevistados que residem para além da Rua dos Lírios relatam onde e como viram cadáveres de jovens em uma esquina ou um terreno baldio. Contam que as mortes continuam a ocorrer com menos frequência que antes, quando eram diárias. Não é por acaso que praticamente todas as casas são muradas e que algumas ficam escondidas, sem que se possa enxergar o seu interior.

O domínio da autoridade da rua passou a ser compartilhada com o poder público, a partir de 2007, com o início do programa “Direito de Morar” e o recebimento de um selo em suas moradias. As famílias entenderam que lhes estava garantida a posse do lugar e que não sofreriam mais com o medo de serem desalojadas, fazendo crescer a esperança de mudanças com o processo de urbanização. Como parte das ações do PRAU/Guarituba, canais de macrodrenagem foram executados na lateral norte do Jardim Orquídeas, melhorando uma parte das inundações que ocorriam. Contudo, as obras de microdrenagem no bairro que seriam ligadas aos canais maiores, ficaram para momento posterior.

Depois que aumentaram o canal, não inunda mais. Inunda a rua lá em cima e aqui não. Acho que coloquei mais de trinta caminhões de terra aqui. Mas hoje não inundaria mesmo sem isso. (...) (E29, 2016)

4.3.3 Descompasso das ações do governo e a repercussão no cotidiano

Passando a acreditar no governo ou em uma autoridade na rua que poderia trazer ordem ao lugar, os moradores começaram a investir em reformas, ampliações e a substituir suas casas de madeira por alvenaria, a fim de se consolidarem no local. Ao mesmo tempo, vindos “de fora”, outros passaram a aterrar e a construir novas casas, comprando lotes baratos “de invasão”, ao mesmo tempo em que outros se estabeleciam num barraco de lona ou em um teto construído com restos de madeira.

Eu construí, investi, porque falaram que não iam tirar ninguém, que iam regularizar, por isso investi na casa. Até então morava numa casa de madeira. Comecei a construir em 2006. Já tinha um rumor de que ia ser regularizado. (E8, 2016)

Aqui, isso aqui é tudo invasão. Isso o Requião deu pra morar, ele deu o direito de morar pra todo mundo aqui. Eu tenho o direito de morar, guardado aqui. O Requião deu o direito pra todo mundo e até hoje ninguém tira ninguém daqui. (E16, 2016)

Paralelamente, a SANEPAR realizou obras de aterramento de tubulações nas vias do Jardim Orquídeas, com a finalidade de cumprir a sua parte relacionada ao esgotamento sanitário. Terminada a passagem das tubulações, a empresa recomendou à população que não ligasse o esgoto por conta própria; deviam aguardar as próximas etapas das obras, quando os canos fossem finalmente interligados a um coletor maior. Obras de pavimentação também não poderiam ser realizadas sem que se finalizassem as obras de esgotamento e de microdrenagem.

Contudo, sem explicações à comunidade, estas obras estruturantes e fundamentais para o lugar estão até hoje paralisadas, e para quem observava “de fora”, o lugar parecia

abandonado, porque não fora pavimentado e viam-se canaletas de esgoto a céu aberto. Observando-se “de dentro” do Jardim Orquídeas, verificou-se uma realidade de problemas instalados pela ação do próprio poder público, da rua para dentro da casa. Esta contradição é agravada pela informação coletada no relatório do PTTS, de 2010, de que:

Após a implantação das redes de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, pela SANEPAR e COPEL, respectivamente, a comunidade do Guarituba já conta com 100% de redes instaladas no atendimento com água potável, coleta de esgoto e energia elétrica. (PTTS, 2010).

No entanto, o que estava ocorrendo era que o Jardim Orquídeas passara, com “o descompasso das ações” do governo, a enfrentar uma renovada versão do problema de sempre: as obras realizadas pela SANEPAR tiveram o efeito de aumentar o nível da rua em relação às casas (FIGURA 20), provocando enchentes e refluxos de esgoto para dentro das casas, em algumas regiões.

FIGURA 20 – EFEITOS DAS OBRAS REALIZADAS NO JARDIM ORQUÍDEAS



Fonte: A autora (2016)

Muitas ruas foram sendo aterradas também com saibro fornecido pela prefeitura. Alguns moradores soterraram terrenos vazios, para ficar em nível superior à nova via. Desta forma, áreas que antes não inundavam, passaram a inundar; casas construídas em lotes nos quais o morador havia investido em aterramento, de forma a ficar acima do nível anterior de rua, também começaram a inundar.

Com a demora das obras de ligação à rede coletora principal de esgoto, muitos moradores passaram a ligar suas casas, clandestinamente, à rede implantada, até porque em alguns casos, segundo relatos, o sistema que utilizavam de despejo na rua foi inutilizado com as obras de canalização da SANEPAR. Alguns moradores passaram também a ligar canos de coleta de drenagem à rede coletora de esgotos, uma solução que talvez no início pudesse ter

funcionado. Contudo, o aumento do número de ligações clandestinas que passou a ocorrer se reverteu, durante as chuvas em processo contrário. Agora, o esgoto passava a entrar para dentro de certas casas. Muitas casas, passando a se localizar abaixo do nível da rua, foram inundadas com o refluxo de esgoto e água da chuva pelo ralo do banheiro.

Eu tinha uma mureta aqui nesse muro da frente de 60cm e mais a grade. O nível da casa era mais alto que a rua. Para entrar na minha casa tinha que subir um degrau, hoje não tem mais, né. A mureta se escondeu com o aterramento recente... (...) Na gestão do Marquinhos, nos últimos três anos e meio que ele tá foi que ele subiu a rua 46 cm. Eu posso dizer isso porque eu tinha quarenta centímetros para entrar aqui e não tenho mais, e a rua já tá mais alta que aqui e a água só não tá entrando porque eu fiz a rampa mais alta... mas entra... , mas era pra entrar mais. Antes parecia uma invasão... A água entrava pela garagem. (E5, 2016)

Daí conforme a rua foi subindo, eu não tive como erguer a casa, só a frente. Quando chove, a água entra agora pelo esgoto. Aí o esgoto enche que não tem pra onde ir, porque com a invasão tá tampada daí pega e volta tudo. Enche... teve uma época que passava apurado. Aí levantei a frente aí. Levantei o banheiro junto e tá melhor... (E7, 2016)

A região que mais alaga é chamada hoje de “panelão” dentro do Jardim Orquídeas. Alguns moradores que passam pela situação de alagamento e refluxo na Rua do Jasmim e na Rua do Abacateiro foram entrevistados. O que fizeram os moradores nestas ruas? Alguns passaram a erguer o nível do piso no interior das casas.

(...), daí vem a enchente... gastamos mais com o chão do que com a casa. Essa frente, na última vez, gastamos R\$ 1.400,00. Só pra água não vir da rua pra cá. Na casa do fundo, cai a água, acumula, que não vence. Caso contrário. Tem que derrubar tudo e começar tudo de novo. (E7, 2016)

Uma das famílias entrevistadas foi realizando esta operação de pavimentar o interior da casa a cada enchente e hoje, o nível do piso interno de sua residência encontra-se na altura da janela e pode-se alcançar o teto com as mãos (FIGURA 21). A partir da identificação deste problema nas entrevistas, foi possível realizar a observação atenta das construções e desta forma verificar que algumas famílias ergueram também suas paredes e telhados (FIGURA 20).

Outras famílias destruíram sua antiga casa para aterrar o lote e construir uma nova. Há o caso de uma das entrevistadas que, após o anúncio do PAC, investiu o que tinha em uma bela casa de alvenaria. Comemorava o ano novo com a casa cheia de familiares quando a água invadiu até o joelho. Corajosamente, demoliu a casa e mora hoje com marido e dois filhos na velha meia água construída nos fundos, pertencente à sua mãe:

Eu vejo as fotos da minha casa e às vezes eu choro, sabia? Olha aqui, essa aqui é com a minha mãe e minha tia no final de ano. Minha tia, todo final de ano vem esse ano não vem mais. Até dezembro tinha minha casa, depois comecei a desmanchar. O que acontece... chovia, era cocô boiando, bicho, rato. (...) Isso começou depois que começou essa construção da BR aí... que estão duplicando. (...) Eles começaram em agosto... Em setembro eu comprei caibros... Eu contei né, troquei telha, troquei tudo, gastei quase R\$ 5.000,00 com pedreiro e tudo. Quando foi novembro começou a alagar, quando foi dezembro tive que começar a desmanchar tudo. A cozinha de cerâmica estufou tudo pra cima... Todo dia de tarde chovia. (E8, 2016).

FIGURA 21 – ATERRAMENTOS, ELEVÇÃO DE PISOS INTERNOS E DEMOLIÇÕES



Fonte: A autora (2016).

Com tantos problemas, a esperança que brotara no início da divulgação das ações do governo com o PAC/2007 e o Programa Direito de Morar encontra-se hoje abalada e uma nova relação de confiança será difícil de ser construída. Com a implementação da rede de esgoto e a proibição de ligação, a ordem foi estabelecida pela via do autoritarismo do poder público, na medida em que não houve um canal de diálogo e nem de socorro para o que acontecia no lugar. Ao contrário, a população teme por uma retaliação em relação às ligações clandestinas que acabaram realizando.

A confiança encontra-se abalada também em função da demora do processo de regularização fundiária. Muitos procuraram insistentemente a prefeitura para saber do andamento, sem êxito.

Se não saiu a regularização fundiária não foi por culpa nossa, porque os papéis estão todos lá. A partir do momento em que eles vieram com essa esperança nossa de ter o que é nosso, o que melhorou foi que fiz minha casa, terminei, fiz a garagem e comprei o meu carro. Pra mim melhorou porque senti que podia investir, e agora chegou num ponto que eu já tenho medo de investir aqui. Será que compensa eu gastar vinte, trinta mil para erguer essa casa da água e depois a prefeitura vir e erguer de novo a rua? Por que a gente fica meio desacreditado, né. Você viu o orelhão na rua, né? Os caras da SANEPAR vêm e colocam o cavalete que tem que ficar no chão. Aí, com o tempo, você já tem que erguer de novo... (E5, 2016)

De fato, uma das grandes reclamações reveladas nas entrevistas é o não cumprimento da promessa de regularização do imóvel, uma espera que existe desde 2007, quando o governador Roberto Requião anunciou o programa “Direito de Morar” e técnicos do governo passaram nas casas anexando um papel que até hoje muitos guardam como garantia de posse, de poder ficar no local. No Jardim Orquídeas é unânime a posição de que com o programa “Direito de Morar” os moradores viram que estaria assegurado o seu direito de permanecer no Guarituba, e que foi a partir de então que muitos começaram a investir no aterramento dos lotes e na construção e reparo das casas.

4.3.4 As relações cotidianas de uma comunidade consolidada

Apesar dos problemas existentes, destaca-se a concordância de todos no que se refere à melhoria do bairro com a urbanização, pois antes, na maior parte do Jardim Orquídeas, as ligações elétricas eram clandestinas e agora há comércio e serviços nas ruas principais. Os problemas referentes às ligações clandestinas de luz elétrica continuam a existir, mas somente em função da inadimplência, e não mais pela falta de rede.

Uma grande diferença do Jardim Orquídeas em relação ao CHMTC são as relações na comunidade, que se encontram melhor consolidadas na primeira. Há muitas famílias que residem no lugar há pelo menos quinze anos sendo que as primeiras há mais de trinta, observando-se a existência de uma dinâmica diferenciada de relações de ajuda comunitária e também de trabalho e renda das famílias aí instaladas. Neste aspecto, pode-se constatar que o planejamento urbano, ao implementar o PRAU/Guarituba, não avaliou a historicidade constituída do Jardim Orquídeas, pois diferentemente do CHMTC, muitas famílias aqui já não se encontravam na linha de partida de desenvolvimento de suas vidas a partir de uma moradia, mesmo que cercadas pela precariedade em função de suas condições de renda e trabalho e espoliados da infraestrutura básica para se viver. Tal aspecto sinaliza a falta de reconhecimento da importância em tratar a cotidianidade como tema de relevância para o planejamento urbano.

Com uma história de privações, limites e violência, pode-se constatar que a ajuda mútua entre moradores é uma necessidade que aumenta as possibilidades para a sobrevivência no local. Entre os entrevistados, observa-se com frequência o vocabulário referente à ajuda e solidariedade. No relato das três lideranças entrevistadas, constata-se que passaram a construir uma associação como um passo evidente a ser dado no sentido de fortalecer os laços de solidariedade. Conforme já relatado, as lideranças em geral possuem automóvel e em função das péssimas condições de acessibilidade do lugar, acabam sendo procuradas pela comunidade. Além disso, possuir um carro onde todos os outros não têm, significa também que sua situação financeira é melhor do que a de outras famílias.

É boa a relação com os vizinhos, todo mundo se ajuda. Lá na casa do Lourival, às vezes estou com a casa cheia de água e corro ver como ele tá, porque com a água é mais difícil pra ele (Lourival é cadeirante). Porque são os pequenos gestos e atitude que pode humanizar mais a pessoa, né? Laços de amizade no bairro, às vezes se conhece no trabalho que foi fazer junto, tipo assim, conheci um rapaz uma vez que fui trabalhar na mesma obra, dez anos depois tamos trabalhando junto, um passa serviço pro outro, daí a gente conhece a mulher, conhece os filhos, e assim a gente vai se conhecendo aqui. (...) Um ajuda o outro e não força um só. (E5, 2016).

Muitas famílias também foram aumentando o número de membros, com seus filhos ocupando outros terrenos, no próprio Jardim Orquídeas. Não é incomum verificar ruas onde vizinhos são parentes, filhos, avós ou tios. Uma das entrevistadas de 70 anos relata que:

Não tenho amigas aqui para visitar, porque a maioria trabalha, mas tenho meus filhos, meus netos aqui, né. Do lado, uns cinco filhos moram na mesma rua. A gente fica aqui na área, conversando... Eu não saio, meus netos ficam aqui. Vou nas

minhas irmãs também, que moram aqui... (...) Não preciso ir em casa de amigas (E12, 2016)

No que diz respeito ao trabalho, os homens entrevistados, se não trabalham na informalidade total, como carrinheiros, tentam arranjar empregos em empresas ou fábricas (vigilante noturno, segurança, vendedor, montador etc.) e trabalhar com serviços (pedreiro, serralheiro e carpinteiro etc.) fora do Guarituba. Muitas mulheres também trabalham fora, como auxiliar de serviços, diarista ou empregada doméstica. Há três casos (dois homens e uma mulher) de aposentados por invalidez. Grande parte dos que possuem um trabalho utilizam o transporte coletivo como meio de locomoção, geralmente para Curitiba.

Muitas mulheres não trabalham fora de casa, ficando com a incumbência de cuidar da casa e dos filhos. Em muitas entrevistas (CHMTC e Jd. Orquídeas) a justificativa para ficar em casa está relacionada com a preocupação em manter os filhos protegidos da violência do lugar. Contudo, verificou-se no Jardim Orquídeas que, mesmo em casa, procuram formas de auxiliar com a renda da família, inserindo-se na dinâmica cotidiana de relações, trabalho e consumo da comunidade. São mulheres que quase nunca saem do lugar; viveram e vivem sem sair do Guarituba. Algumas estão acostumadas e preferem esse isolamento.

Uma das entrevistadas, antes de ser copeira na Associação São Roque, trabalhou vendendo de tudo para a comunidade. O interessante é verificar que nunca saiu do Guarituba para buscar as mercadorias, os “mascates” traziam tudo para ela. Ela só precisava atender os fregueses em casa.

Eu trabalhei com um rapaz que trabalhei oito anos com ele. Eu vendia, dava um prazo para as pessoas, elas me pagavam. E eu não saía para vender, elas iam lá em casa. Em dia de pagamento, eu não ia atrás. Chegava no dia todo mundo me pagava nunca levei calote nenhum Eu me virava. Fiz isso por muito tempo. (E2, 2016)

Em duas famílias, as mulheres trabalhavam cuidando de crianças em casa. Para uma das famílias, essa renda representou a economia necessária para construir a moradia. A necessidade de cuidar das crianças, cujos pais saem para trabalhar foi também o que levou a primeira presidente de associação dos moradores do Jardim Orquídeas a fundar a primeira creche, na década de 1990. Esta creche foi mais tarde assumida pela prefeitura municipal. Contudo, a demanda de crianças por creche é muito grande e estas mulheres acabam por prestar um serviço necessário à comunidade.

Eu nunca trabalhei fora. Mas me viro. A gente cuida de criança... (...) Cuido das crianças faz quatorze a quinze anos. Foi a minha mãe que começou a fazer isso. Foi

a primeira que começou... agora tem muitas que fazem isso. Agora estamos com dezesseis, mas já cuidamos de cinquenta e três. Acho que a crise, né. Muitos estão desempregados, daí fica o pai em casa cuidando das crianças... Pagam R\$ 200,00 por mês. A não ser quando tem três filhos... Aí a gente faz um pacote, de R\$ 350,00 e a gente vai levando. A primeira criança chega às 4h50 da manhã. (E8, 2016)

Outra forma de trabalho que algumas mulheres vêm realizando consiste em abrir um bazar. O esclarecimento de como havia tantas lojas do tipo bazar dentro do Guarituba, foi obtido por meio da entrevista com uma moradora que se apresentou como quem iniciou essa forma de trabalho no local. Ela também relatou que esta renda ajudou na realização da reforma da casa, além do fato de que assim diminuiu os gastos com vestuário da família. Conta que iniciou o negócio com a experiência que teve ajudando a Igreja com o bazar que esta realizava. Com o fechamento do bazar da Igreja, começou o seu, comprando a “carga” junto ao Pequeno Cotelengo Paranaense⁴⁶. A “carga” é em um lote de caminhão fechado cheio de pacotes com roupas e materiais doados. O trabalho para o bazar consiste em abrir os pacotes, selecionar o vestuário e vender, coisa que realiza na garagem de sua casa.

A carga compro do Cotelengo. Eles recebem doações de muitos lugares. O que eles não vendem, separam o que é bom pra eles. (...) na época era R\$ 200,00, agora tá R\$ 1.700,00. (...) Foi o que ajudou a construir a casa. Era muito movimento. Nisso, muitas pessoas vinham perguntar pra mim, eu fui passando pras pessoas. Na minha rua abriu cinco bazares do Cotelengo. Não tem problema, nunca me atrapalhou. No bairro deve ter uns trinta. Muitos já pegam e compram de mim, por exemplo. Acho que uns quinze pegam do Cotelengo e outros compram deles. (...) Dependendo da carga é boa, às vezes não. Nem sempre vem limpo... pessoas doam roupa suja, calçado estragado... (E10, 2016)

De fato, muitas famílias dependem dos bazares para realizarem as suas compras de roupas:

Roupa, compramos em brechó. Se precisar coisa nova a gente vai para o centro. Tem muito brechó aqui. (E11, 2016)

A gente vai até a lotérica pagar conta, a pé (...) Roupas é difícil comprar, a gente compra nos brechós da vila. Tênis você não vence comprar para o piá. Não compro tênis novo pra ele. (E28, 2016)

Dois dos entrevistados mais antigos e também com mais idade, além de estarem entre os que detêm a propriedade do imóvel, pois compraram na década de 1980 de

⁴⁶ Instituição de “referência no Paraná em acolhimento, saúde, educação e qualidade de vida para pessoas com deficiências múltiplas, abandonadas pelas famílias ou em situação de risco. Atuamos há 50 anos e hoje acolhemos mais de 200 pessoas, além de oferecer mais de 62 mil atendimentos anuais oferecidos em 13 especialidades da saúde” (PEQUENO COTOLENGO, 2017).

imobiliárias, já moram sem os filhos. Terminaram de construir suas casas, possuem carro (nos dois casos) e procuram viajar a lazer uma vez por ano. Um destes entrevistados também agrega à sua renda o aluguel de cômodos que construiu, anexos à sua casa.

Temos quatro cômodos que nós utilizamos. Outros que a gente não utiliza porque tava alugado. Duas partes que podem ser alugadas. Agora deu uma parada por causa da crise que a gente tá vivendo aí. Mas não parava vazio não, saía gente, já entrava outra... Pessoas que trabalham, que vêm trabalhar aqui e morar mais perto. (E6, 2016)

Verifica-se que com a urbanização, uma classe beneficiada foi a dos comerciantes. Com o incremento populacional e a melhoria nas condições das vias, o antigo comércio também pôde ser reformado e desde então, pode trabalhar com novas mercadorias. Sem tempo para uma entrevista, foi possível conversar com um morador que há mais de dez anos é dono de um mercadinho na Rua das Rosas. Ao lado, comprou outra área, aterrou e edificou uma casa própria com dois pavimentos e, além disso, construiu em outro local casas geminadas que pretende alugar. Guarda parentesco com seu vizinho que também está conseguindo levar em frente um salão de beleza na Rua Herbert Trapp.

Entre os entrevistados pais e mães de crianças e jovens, pôde-se observar que de uma maneira geral, investem suas reservas, antes de tudo, para construir ou reformar suas casas. Não há caso de uma família sequer que tenha financiado a construção ou realizado empréstimos. De maneira geral, procuram gastar somente o necessário para viver e não costumam sair do Guarituba. Entre os mais jovens, contudo, dois casos demonstram uma faixa etária mais propensa a formas de consumo do mundo moderno, assumindo riscos. Em um dos casos, a facilidade da compra de um carro financiado, fez um jovem casal assumir prestações de R\$ 800,00 por mês, num modelo de sete lugares. Logo, a casa que havia acabado de construir começou a alagar, e a renda que obtinham cuidando de crianças diminuiu e o marido ficou desempregado, acarretando na devolução do automóvel.

Em outro caso, para obter um televisor de 49 polegadas, um jovem casal assumiu um crediário feito pela avó do esposo, possibilitado em função da garantia da aposentadoria, em dez prestações de R\$ 380,00 por mês.

Saiu bem caro, mas pelo menos a gente tem né? A gente paga R\$ 380,00 por mês nela! Saiu o dobro, ela tirou no carnê. Como a gente não tinha condições de tirar e a gente precisava de uma.... Dá pra pagar quase três televisão!!! (E7, 2016)

Este mesmo casal afirma que comprem roupas em lojas e vendedoras que existem no Guarituba, onde é possível comprar a prazo. Outra entrevistada, com mais idade e experiência, critica esse hábito de muitos moradores:

Sai mais caro comprar aqui, porque acho que as pessoas pensam que é um bairro, tem que ganhar 100% em cima do valor. Enquanto no centro custa, uma calça jeans, R\$ 70,00, aqui uma calça jeans custa R\$ 120,00 ou R\$ 150,00... tem gente que compra porque daí eles fazem em quatro a cinco vezes... no carnezinho. Tem uma senhora que vende a perder de vista, mas num valor absurdo! Um dinheiro que podia comprar três no centro! A gente pesquisa muito!!! Carne a gente compra lá no açougue da Rui Barbosa. Aqui é o dobro! (E6, 2016)

Antigos e novos moradores, idosos e jovens, empregados, desempregados e com emprego informal, vindos de várias partes do Brasil, do Paraná e Santa Catarina, o Jardim das Orquídeas revela-se sobretudo pela constituição diversa da produção do espaço pela apropriação de formas de moradia, assim como o Guarituba. É uma condição diferente da primeira ideia, observada “de fora”, representando um espaço de abandono das ações do Estado. Contudo, apesar da situação de alguns moradores, que em função da consolidação no lugar desfrutam por mais tempo de melhores condições de moradia, de mobilidade e também de consumo, verifica-se que a precariedade e a vulnerabilidade social continuam a prevalecer nos moldes de uma cotidianidade desigual, como no CHMTC.

4.3.5 Cotidianidade desigual e modernidade inconclusa

A diferença com o CHMTC está no fato de que muitas famílias ali já não se encontravam na linha de partida com certas condições básicas de vida quando as ações do governo tiveram início no ano de 2007. Mas outras tantas que vieram ao longo do tempo, ocupando “por invasão”, enfrentam ainda um cotidiano marcado pela desigualdade e pela dificuldade em se inserir em um mercado de trabalho formal (no ritmo do trabalho fixo e da rotina diária, condição designada ao homem moderno da sociedade do consumo). Sem que se possa fazer parte formalmente desta sociedade, vive-se precariamente, conforme se pode constatar pelo modo como alcançaram a apropriação do espaço, tanto no Jardim Orquídeas, como no CHMTC. E, neste ambiente, mesmo com todo o investimento em urbanização realizado pelo governo (PRAU/Guarituba), a sensação de grande parte dos moradores é de que nada mudou e de que ainda continuam abandonados. Com o sentimento de abandono, a única coisa que solicitam no momento é que a infraestrutura de saneamento básico e de drenagem seja, de fato, solucionada. Diante da emergência de tais ações, ficam em segundo

plano solicitações como melhores condições de renda, trabalho, saúde ou educação, áreas em que o Estado é claramente ausente no Brasil e que se mostram necessárias e emergenciais para a superação da desigualdade social, especialmente no CHMTC.

No Orquídeas não mudou nada. Só aumentaram as casas; tem farmácia, mercadinho, restaurante, posto de saúde 24 horas na Betonex, mas não mudou nada. (E10, 2016)

O que a gente quer aqui é só infraestrutura, só isso que a gente quer, mais nada! Se o cara falar assim, tirou água de chuva para nós, tá beleza! Ligou a rede de esgoto pra nós, tá belezinha!!! Não precisa nem fazer asfalto agora!!! (E5, 2016)

A gente se acostumou aqui, né? O resto a gente vai arrumando com o tempo. Eles arrumando a rua tava louco de bom. (E11, 2016)

O relato da falta de perspectiva quanto a possibilidades em termos de respostas para “mudar a vida”, conforme nos ajudam a pensar Lefebvre e Heller, é uma constante nas entrevistas. As investigações realizadas “de perto” e “de dentro” permitem constatar, contudo, o predomínio da imposição da racionalidade moderna da sociedade e do Estado sobre a vida cotidiana. No Jardim Orquídeas, observa-se na fala de muitos moradores resignação e aceitação sobre as condições precárias do lugar, e de que basta a construção de infraestruturas urbanas básicas; quanto ao resto, pode ser que continuem a tocar como sempre fizeram em suas vidas, convivendo sob o domínio do tráfico e da violência, com as filas e o mau atendimento dos postos de saúde, com a falta de vaga nas creches e escolas e com a ajuda dos vizinhos e de seus familiares.

Há seis anos compramos o carrinho veio ali, dá pra trabalhar, dá pra passear, dá pra acudir pessoas que ficam doentes... A gente ajuda porque a gente já passou isso também, né? Se batem na porta de casa, ‘me leva no hospital’, vamos! Se eu tiver em casa eu vou sossegado. Até porque a gente não pode falar não. A gente não sabe o dia de amanhã... olha como é que eu tô com a minha mãe aí... Eu acho que o bom convívio com a população se faz assim, ser honesto, gentil, caridoso com as pessoas, né... Morador antigo e ser bem visto pela sociedade aqui né, porque lá de fora não interessa, não faz muita diferença para o povo aqui. Então a gente tem que ser bem visto e bem quisto aqui, na nossa região aqui. Que é aqui que a gente vai ficar mesmo, né? (E5, 2016)

O exposto pelo morador revela que, para muitos ali, importa a consolidação da vida cotidiana, que se estabelece no espaço da casa, da família, da privacidade do lar e do habitar. Não acreditam e não se envolvem com a autoridade que vem de fora, ou seja, o poder público. Da mesma forma, já aprenderam a se defender e a conviver com o medo da violência do tráfico na rua. É interessante notar como, para um dos entrevistados, a má qualidade da

educação que encontram na escola e o contato neste lugar e na rua com os traficantes é combatido com o fato de seus filhos começarem a trabalhar ainda muito jovens.

Eu acho incrível criar quatro filhos e agora dois netos e não ter nenhum envolvido com droga. Sabe que é uma luta. (...) A gente cuida, educa, ensina e faz trabalhar cedo. Porque todos os meus filhos, na idade de 14 ou 15 anos, que é a idade pra ficar andando pra lá e pra cá, eu levava pra obra. (...) Na minha casa a autoridade maior é o pai e a mãe, então eu tenho que falar para os meus filhos, entendeu? Eu não tenho poder de polícia. Se bem que todo cidadão tem o direito de dar voz de prisão... mas você não vai arranjar confusão no lugar que você mora também. Eu deixo as autoridades cuidarem disso e eu cuido das minhas obrigações que é ser pai, esposo, avô, amigo, né? Eu vou fazer a minha parte. (E5, 2016)

Um casal de carrinheiros, por sua vez, com oito filhos e morando na região mais afastada da Rua Herbert Trapp e próxima do domínio dos traficantes, conta que convive há quatorze anos em paz no lugar, criando seus filhos para o trabalho e estudo:

Todas as crianças trabalharam como carrinheiro, com 13 ou 14 anos, depois da escola, no fim de semana. Esses terminaram o segundo grau começaram a trabalhar com carteira registrada e saíram. Esse vai fazer o Enem. Trabalha de limpeza no prédio da previdência, no centro. Outro faz curso no Scarpa, trabalha à tarde pelo Scarpa e estuda à noite. A outra começou a trabalhar no centro, no restaurante... Antes da minha mulher, tinha a mais velha que ficava com as crianças... A gente não deixa sair de casa, por causa da má companhia. Sempre obedeceram... se envolve com droga, né? (E29, 2016)

Outra família, residente há dezenove anos no Jardim das Orquídeas, com seis filhos, relata que embora seus filhos não tenham finalizado o Ensino Médio, começaram a trabalhar cedo e que, além disso, aproveitam hoje os espaços de lazer existentes ao redor. Não há parques nem praças, mas há formas de em conjunto desfrutar da quadra de futebol e dos entretenimentos existentes em outras áreas do município.

Aqui em Piraquara tem muita coisa! É chácara de esporte, aqui em cima tem uma associação com futebol, brincadeira. No Floresta... na Herbert Trapp, subindo ali em cima. Ali tem um 'parcão', quadra de esporte suíço. As meninas têm time de futebol. Toda quarta feira a gente treina. A gente paga R\$ 500,00 por mês e divide com todas as meninas, dá uns trinta ou quarenta reais por mês. Só as meninas irmãs, as quatro já dá meio time!!! (...) Eu e minha mulher gostamos de sair pra pescar em chácara e assim vai... (E7, 2016)

Com base na reflexão sobre o exposto, é possível analisar que o que se retrata como passividade – a aceitação das famílias em relação a esta forma imposta pela rua, continuando a viver e a conviver com a precariedade – era justamente a grande contradição revelada por Martins (2013), quando este diz que “nossas privações são a nossa riqueza e o nosso desafio”.

Para o autor, essa aparente passividade do homem simples revela “o modo anômalo e inacabado como a modernidade se propõe num país como o Brasil e na realidade descompassada desta nossa América Latina” (MARTINS, 2013, p.10). Torna-se, portanto, referência à compreensão da cotidianidade, pelo aparentemente insignificante e residual. Aparentemente residual porque não está inserido na racionalidade do cotidiano do trabalho e da renda nos moldes da ordem do possível que se anuncia pela modernidade, pelo “imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado”, bastando ter os recursos para consegui-los.

O encontro do espaço e tempo da cultura do homem do campo na forma de viver de algumas famílias, na importância que dão aos familiares e amigos no lugar, a cultura de se começar a trabalhar desde jovem em vez de primeiro estudar, e as relações que mantêm entre os velhos e os novos ocupantes, revelam a forma da cotidianidade do Guarituba. Uma cotidianidade desigual e marcada por uma modernidade inacabada e inconclusa, sem que tenha com isso sido bloqueada para o possível, para a “mudança de vida”. Pois, de acordo com Martins (2013, p.11), “o que sobrou do que nos tiraram é o que fecunda a nossa espera”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada no Guarituba tendo em vista o cotidiano ali vivenciado trouxe à superfície questões importantes para o planejamento urbano que se destacam por evidenciar o modo como a desigualdade social e urbana afeta uma parcela da sociedade que luta diariamente, por meio de arranjos improváveis, contra a precariedade. Algumas das situações analisadas revelaram a ausência do poder público, demonstrando que certas ações que se fazem necessárias não dependem de recursos, mas de atitude diante da realidade que se mostra ao se analisar “de perto” e “de dentro” o cotidiano vivido pela sociedade. As questões levantadas pela pesquisa contribuem com o objetivo anunciado de aprofundar perspectivas de atuação no campo do planejamento urbano a partir do vivido.

A partir da análise realizada é possível destacar contribuições da pesquisa ao planejamento, tendo em vista cinco pontos: (a) a simultaneidade de tempos e espaços; (b) a urbanização necessária, contudo insuficiente; (c) os projetos fora do lugar, que desconsideram evidências há muito tempo estabelecidas; (d) a valorização imobiliária *pari-passu* aos problemas da inclusão social precária; e (e) a superação de limites. Apresenta-se a seguir uma discussão sobre esses pontos.

a) A historicidade no cotidiano moderno: simultaneidade de tempos e espaços

No Guarituba atual, que se observa “de fora”, é visível a mudança na dinâmica urbana relativa ao desenvolvimento local provocado pelos projetos de urbanização da última década. O comércio e os serviços privados ou públicos de suas três principais avenidas têm se transformado pela incorporação de tempos e conteúdos de maior diversidade. Evidencia-se uma centralidade de funções, ainda que de influência local, atuando na produção do espaço, fundada na valorização do solo do Guarituba.

A dinâmica e linguagem paisagística se identificam com outros espaços valorizados da metrópole em função das possibilidades abertas ao consumo acessível, como um renovado motivo para que mais pessoas utilizem esses espaços e de um ritmo que se revela pela organização do espaço cotidiano do repetitivo, da programação da cotidianidade.

Contudo, foi possível constatar também que, ao mesmo tempo, o cotidiano de muitas famílias é ainda marcado pela inclusão precária, violência, vulnerabilidade e injustiça social e espoliação, imagem desde há muito tempo associada ao Guarituba. Coexistem ali espaços e temporalidades diversas, nas quais as possibilidades de mudança se apresentam pelas

contradições sociais dos desencontros, que não são somente confrontos de interesse entre categorias, mas também do desencontro de tempos. “Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado” (MARTINS, 2013, p.106).

A realidade observada “de perto” no Guarituba revelou a importância de se planejar a partir do lugar, na medida em que a coexistência de espaços e tempos diversos e, sobretudo de suas contradições (antigo e novo, rural e urbano, legal e ilegal, público e privado, local e regional), indicam o risco de ações que levam em conta o espaço percebido e concebido, mas não percebe o vivido.

Pode-se concluir que o planejamento praticado no Guarituba (plano metropolitano, plano municipal e também o PRAU/Guarituba), ao seguir um modelo definido dentro dos órgãos públicos, respaldados pela legislação e instrumentos existentes, em especial a de proteção dos mananciais, deixou de considerar problemas e contradições vistos a partir da historicidade do lugar, tendo como base o vivido no cotidiano dos moradores. Ao agir assim, o planejador urbano assumiu sem questionar a lógica capitalista de urbanização da metrópole, corroborando com um processo de desigualdade e segregação social, assentado na valorização crescente do solo e da propriedade e gerando situações que depois serão enfrentadas/solucionadas pelo próprio planejador. Os problemas da moradia e da espoliação urbana continuam. Desta forma, como principais aspectos emergentes para as políticas públicas.

b) Quando a urbanização é necessária, mas insuficiente

A investigação realizada tendo em vista a cotidianidade nos dois lugares do Guarituba – o Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá (CHMTC) e o Jardim Orquídeas – mostra dois exemplos distintos de como o Estado, ao mesmo tempo em que atuou em melhorias para a sociedade implementando a urbanização de espaços, demonstrou insuficiência nas ações de urbanização promovidas – neste caso, por meio de um plano com recursos do PAC (2007), ou seja, o PRAU/Guarituba.

No Conjunto Habitacional Madre Teresa de Calcutá, a implementação atendeu ao remanejamento e realocação de famílias localizadas em áreas de risco ou vivendo em condições precárias em 694 unidades habitacionais no ano de 2012. Neste caso, constatou-se que a construção do conjunto habitacional no Guarituba significou um movimento cotidiano das pessoas em direção à superação da precariedade absoluta em que viviam, por meio da

aquisição de um lugar urbanizado para morar. De fato, a possibilidade de residir em um conjunto habitacional urbanizado permitiu superar a ausência de infraestrutura básica, em especial a energia elétrica clandestina e a falta de água. A lembrança que predomina no imaginário de todos é a forma como tinham que percorrer o trajeto até suas casas, geralmente um “carreirinho” até o ponto de ônibus ou escola, numa lama preta na qual afundavam o pé, principalmente nos dias de chuva.

Considera-se que, com as ações do Estado, um importante passo foi dado para obtenção de condições básicas de moradia. Contudo, com base no estudo foi possível verificar que a urbanização e a obtenção de uma casa são tanto fundamentais como insuficientes para a superação das injustiças. A investigação realizada demonstrou que muitas famílias se encontram também na linha de partida no que se refere à garantia de acesso ao necessário para viver a cotidianidade, enquanto produto organizado e programado do conjunto da sociedade. Alguns exemplos revelam esta situação:

- Sob a perspectiva das condições de investimentos na nova casa, constatou-se que seis dos entrevistados no CHMTC trabalham na informalidade, sem garantia de uma renda mensal. E embora dois deles tenham murado e realizado alguma reforma, para estes, reservar dinheiro para isso significa muitas vezes deixar outras prioridades de lado, como se alimentar adequadamente ou pagar as conta de luz e água. Estas famílias são as que se encontram também temerosas com relação ao pagamento que deverão efetivar durante dez anos para possuir o registro do imóvel;
- Em relação ao lugar onde realizam as compras para o dia a dia, verifica-se que também neste caso são nítidas as limitações decorrentes do padrão financeiro das famílias. Aqueles que possuem a oportunidade de integrar-se à cotidianidade moderna do trabalho (no ritmo do trabalho fixo e da rotina diária, condição designada ao homem moderno da sociedade do consumo) consomem com frequência os produtos dos novos espaços urbanizados, dos supermercados das vias principais, onde se encontra de tudo. Contudo, a precariedade de muitas famílias se evidencia na preferência em permanecer em casa sem gastar, comprando apenas aquilo de que precisam e com os recursos que possuem neste dado dia. Outros nem saem de casa, pois é comum realizar a compra com os vendedores ambulantes de cestas básicas, com os quais possuem a vantagem de poder pagar depois ou em duas vezes;

- Ao contrário do que possa transparecer pelo desenho do conjunto, que destina amplos espaços para o automóvel, são poucas as famílias que possuem carro; as largas vias que circundam os três grandes espaços públicos centrais permanecem a maior parte do tempo vazias. É interessante observar que ter um carro em espaços com precariedade e vulnerabilidade social significa ser solicitado a todo momento para prestar ajuda à comunidade;
- A infraestrutura urbana e a construção de um novo posto de saúde não minimizou a ausência do Estado no atendimento básico da saúde, pois a demanda continua a ser muito maior do que o atendimento existente. O mesmo acontece com a educação. Além disso, verifica-se certa preocupação entre alguns entrevistados com relação à qualidade do ensino nas escolas locais.

Tais evidências ressaltam o aspecto da vulnerabilidade social como um problema estrutural e, neste caminho, destaca-se Volochko (2011, p. 210), que afirma que as transformações para uma possível inclusão de habitantes na cotidianidade ocorrerão tendencialmente na forma do cotidiano desigual, “como reprodução necessariamente desigual e contraditória do capitalismo”.

A diferença do Jardim Orquídeas com o CHMTC consiste no fato de que muitas famílias ali já contavam com condições básicas de vida resolvidas quando se iniciaram as ações do governo em 2007, pois a ocupação existe desde a década de 1980. Porém, outras tantas que vieram ao longo do tempo ocupando “por invasão”, enfrentam ainda um cotidiano marcado pela desigualdade e pela dificuldade em se inserir em um mercado de trabalho formal (no ritmo do trabalho fixo e da rotina diária, condição designada ao homem moderno da sociedade do consumo).

Se o cotidiano desigual é uma constatação realizada graças à investigação do CHMTC visto “de dentro”, o Jardim Orquídeas constitui uma representação evidente deste modelo somente com a observação “de perto” e de passagem. Apesar de já estar previsto no plano de que as obras de infraestrutura de drenagem no Jardim Orquídeas seriam efetuadas ao final do cronograma, houve um grande atraso de implementação do PAC II/2007, sendo que em 2015, quando esta pesquisa foi iniciada, era evidente o abandono das ações do governo, o que também foi identificado nas falas dos moradores em 2016.

No Jardim Orquídeas, a realidade demonstrada por trás do que alguns técnicos chamaram de “descompasso das obras”, é cruel. Conforme se constatou, a informação

constante no PTTS/2010 de que a rede de esgotamento sanitário se encontrava instalada, não era verdadeira. As casas não estavam ligadas à rede de coleta principal, o que acarretou, diante do atraso no prosseguimento e finalização das obras estruturais, um processo reverso à intenção de melhoria da qualidade de vida: ligações clandestinas de esgoto foram realizadas, ao passo em que aumentava a densidade populacional e de edificações no lugar – impulsionadas pelo anúncio do PAC/2007 e do programa “Direito de Morar”. Estas ligações, associadas aos inúmeros aterramentos que elevaram consideravelmente o nível da rua e dos novos lotes, tiveram o efeito de reproduzir um problema existente e que já tinha ocorrido em outras regiões do Jardim Orquídeas: as enchentes e o refluxo de esgoto para dentro das casas.

Aponta-se que a insuficiência nas ações de urbanização, neste caso, refere-se à falta de um trabalho social para a implementação das ações de infraestrutura no Jardim Orquídeas – assim como ocorreu com o processo para a implementação do CHMTC – que pudesse minimizar parte dos transtornos ocasionados às famílias pelas obras.

c) Projeto fora do lugar desconsidera evidências há muito tempo estabelecidas

A investigação sobre o cotidiano tendo em vista as entrevistas realizadas junto aos moradores do CHMTC possibilitou apreender o contraditório com relação às formas de apropriação e produção do espaço pelos moradores, mediante o determinismo projetual de técnicos e instituições. Esta contradição está presente na concepção do espaço pelo Estado, que tenta reproduzir o modo de vida da cotidianidade moderna, como forma de realizar a inclusão social. O Estado, com o compromisso de reduzir as desigualdades historicamente constituídas, acaba por evidenciar a falta de percepção de urbanistas e gestores urbanos sobre a realidade vivida, tendo como consequência uma paisagem adversa em relação ao idealizado, cujo projeto tinha o objetivo de humanizar o espaço.

De fato, como princípio norteador, o projeto do CHMTC propunha uma escala próxima ao morador, com base em um desenho concebido para promover as relações de vizinhança e diversificar o modelo das casas (geminada, casa isolada, casa adaptada para deficientes e sobrado). Contudo, logo nos primeiros anos do processo de ocupação e apropriação do espaço da casa e da rua pelos moradores, ficou evidente que o modelo idealizado pelos urbanistas projetistas era inadequado, caracterizando-se como um projeto fora do lugar. Pode-se dizer, resguardadas as boas intenções dos projetistas, que a concepção utilizada de “espaços humanizados” estava fadada ao fracasso desde o início, pois o domínio do tráfico e da violência era evidente no Guarituba desde a década de 1990. O medo do

convívio diário com o tráfico e a morte se constitui num dos aspectos comuns presente em todas as entrevistas.

Ressalta-se que não é novidade a conclusão da pesquisa, considerando-se as críticas e análises existentes sobre os conjuntos habitacionais no Brasil desde a década de 1960. No entanto, verifica-se que tais evidências não foram consideradas como condicionantes projetuais. Pode-se inferir que certo autoritarismo prevaleceu, por intermédio da reprodução de práticas de projetos (com contribuição de profissionais vindos da Europa), definindo em relatórios e desenhos de prancheta o tratamento paisagístico ou a forma como as relações de vizinhança e a segurança das famílias ocorreriam.

Tal determinismo projetual se mostrou especialmente grave no CHMTC, com relação à definição de vias internas às quadras. Com o problema da violência e do tráfico, muros foram sendo erigidos e a paisagem resultante demonstra a imagem da negação do espaço público da rua, como se as famílias voltassem suas costas para a via interna. Estas vias foram transformadas em pontos de vendas de drogas e rotas de fuga dos traficantes, além de evitadas pelos moradores locais.

Apesar de o medo ter sido o motivo fundamental de se erguerem os muros nas ciclovias, estes também são associados ao fato de que as casas, sendo muito pequenas, não constituíam espaço suficiente para manter a privacidade das famílias sem que a rua, com suas leis e imposições (instituídas ou não) violassem o espaço do lar. Para uma parte dos moradores, as diferentes tipologias de casas não se traduziam em qualidade; antes significaram, para a maioria que recebeu casas geminadas, a impossibilidade de aumentar o espaço interno de suas moradias.

A definição dos territórios das gangues rivais dentro do conjunto não se realizou sem que houvessem muitas mortes. Os sobrados tornaram-se torres de vigilância dos traficantes e as vias internas locais em pontos de venda dos “aviões”. Todos sabem que ao cair da tarde, as vias internas são intransitáveis e que, além disso, servem como caminhos de fuga quando a polícia aparece: moldadas pelos muros, são todas iguais; pulando-se os muros para dentro de um quintal, dificulta-se a perseguição dos policiais.

Verifica-se que o desenho do conjunto destina amplos espaços e vias para a mobilidade do automóvel, realizando uma conciliação duvidosa com a prioridade dada ao pedestre nas ruas internas. O projeto traz à lembrança o modelo haussmaniano de Paris, cujas largas vias foram projetadas para a passagem do exército de Napoleão em caso de guerra; neste caso, para o policiamento do conjunto.

d) Valorização imobiliária *pari-passu*: os problemas da inclusão social precária

Com uma paisagem aparentemente homogênea, urbanizada e modernizada com espaços comerciais, residenciais e de serviço, destaca-se também no Guarituba a crescente valorização imobiliária, com substituição do valor de uso da terra (que cumpre uma função social) pelo valor da troca, quando a propriedade passa a valer mais.

O problema da valorização imobiliária que redundando na inclusão social precária constitui tema amplamente discutido e avaliado na crítica ao planejamento urbano. Não se pretende aprofundar essa crítica nesta investigação, mas destacar que o estudo realizado com base no cotidiano permitiu a construção de um diagnóstico da situação que dados quantitativos não seriam capazes de apreender em curto prazo. Três situações servem para ilustrar esta afirmação.

A primeira delas refere-se ao fato de que, embora para alguns no Guarituba a terra tenha se tornado mercadoria rentável pela sua valorização, para muitos outros ainda predomina a situação de insegurança sobre a posse da propriedade. Tal insegurança foi verificada no temor de muitas famílias em se tornarem inadimplentes e perderem suas casas, caso não consigam efetuar o pagamento das prestações das moradias.

São famílias que subsistem no limite de sua economia e conforme já constatado anteriormente, para elas, pagar um aluguel ou a parcela da posse de um imóvel significa deixar de consumir o básico: alimentação, saúde, educação, luz ou água. Apesar de residirem sob um teto construído com recursos do governo, vivem a mesma situação de precariedade constituída pela falta de condições básicas de vida. Isto significa que as ações e obras do governo significam uma inclusão precária destas famílias na sociedade.

Da mesma forma, outros que não adquiriram um imóvel no conjunto habitacional, mas têm a promessa de regularização fundiária, vivem o temor de que isto não se concretize pela impossibilidade de pagar por este serviço.

Outra situação representativa do processo agressivo de especulação imobiliária em andamento no Guarituba foi o caso da entrevistada que perdeu seu imóvel pelo repasse de uma imobiliária para outra de contratos inadimplentes. Ela não somente não chegou a uma negociação, como teve seus documentos de comprovação extraviados durante o processo.

Os três casos acima ilustram situações de famílias que, no limite da precariedade, convivem com os problemas ocasionados pela valorização da terra. Demonstram problemas que necessitam de políticas públicas inclusivas, exigindo a presença do Estado para resolver

situações específicas de parte da sociedade para que possam alcançar os benefícios dos projetos e programas públicos. Desta forma, o Estado está presente, mas ao mesmo tempo ausente na medida em que desenvolve programas que consideram a sociedade como se esta fosse homogênea.

e) Em destaque para o planejamento: a superação de limites

Verifica-se que diante da ausência do Estado em questões primordiais para grande parte do Guarituba, a vida cotidiana de muitas pessoas resume-se na superação diária de limites estabelecidos por ações do Estado. Este movimento de superação constante constitui-se no mais importante cenário identificado pela investigação no CHMTC e no Jardim Orquídeas.

O espaço interno do CHMTC e Jardim Orquídeas pode ser analisado a partir do seu contraste com o espaço externo, ao passo que existe uma interação cotidiana entre eles. O movimento repetitivo diário de estudantes pelas calçadas da Rua Juri Danilenko na entrada e na saída das escolas, não deixa dúvidas de que o CHMTC possui um elevado número de crianças. Ao percorrer o conjunto de carro pelas vias internas e externas, observa-se, contudo, que quase não há crianças nas grandes áreas públicas no horário de contraturno das aulas.

Passando a entender a lógica de dominação do território pelos traficantes, verifica-se que, nos interstícios permitidos de espaço e de tempo, as crianças utilizam inteligentemente a rua, em horários e locais específicos – geralmente na rua larga e não interna, nos cantos das quadras voltados para a praça e não na praça. Sabem que devem voltar para dentro de casa antes do anoitecer e que nesses horários devem evitar as ruas internas. As crianças, no contraturno, possuem uma vida cotidiana limitada pelas regras definidas pelos grupos de traficantes na rua. Obedecem a elas e aprendem desde cedo que esses códigos garantem a sua sobrevivência no local.

Observou-se ainda, nos depoimentos dos entrevistados, a indicação de espaços como se fossem separados por uma linha. A relação de “dentro e fora” do conjunto é exposta por uma linguagem de segurança para os que vivem perto da Rua Juri Danilenko, e de insegurança em seu interior. Da mesma forma, o limite municipal entre Pinhais e Piraquara, situado no contorno oeste do Guarituba, estabeleceu-se pela separação de privilégios para quem vive do lado de lá em relação aos que vivem do lado de cá, sem que se possa separar os laços históricos, familiares e de distância que unem os espaços. A separação/interação ficou evidente também na historicidade do movimento constante de vizinhos vindo de fora em

relação aos que estavam dentro nas várias épocas e ocupações que ocorreram ao longo do tempo, passando a dividir os mesmos problemas, impostos geralmente pelas leis de ocupação restritivas do lugar.

A dimensão da cotidianidade revela ao planejamento, por meio desses movimentos de superação e de interação, a necessidade de se pensar pelas contradições do vivido, da totalidade e do significado do Guarituba no processo de reprodução da RMC. Vale a pena repetir o que disse Lefebvre: “... a dificuldade consiste em que é preciso mostrar que os fragmentos não se dispersam e não se isolam, mas convergem num projeto de transformação do mundo” (MARTINS, 1996, p.13).

A falta de perspectiva nos discursos das famílias apontou para a importância de se observar para além dessa aparente passividade, permitindo entender o que quis dizer Martins (2013) ao se referir à realidade do homem simples brasileiro, que somos todos nós. A partir de casos de extrema precariedade do Guarituba, esse homem simples revela a ironia da irracionalidade que se instala nas ações do governo ao planejar, tendo como referência uma cotidianidade moderna, sem a necessária aproximação com as contradições nesse tempo e nesse espaço. Revela ainda que diante da presença-ausência do Estado, a cotidianidade é vivida pela constante interação dos diversos espaços e temporalidades, na negação e na superação, com continuidades e descontinuidades, com justiça e injustiças, vida e morte, revelando o anômalo e o inacabado da modernidade brasileira.

Martins (2013) destaca que tanto para Henri Lefebvre como para Agnes Heller, esta constante interação implica, diante do banal e do insignificante, no surgimento de momentos de “elevação acima da cotidianidade”, instantes superiores e criativos, o que significa, em poucas palavras, a possibilidade de “mudar a vida”, e também de “mudar de vida”. Enxergar essa possibilidade oportuniza uma forma de empoderamento da sociedade, de forma a se responsabilizar pela gestão de suas necessidades, tomando de volta do Estado direitos confiscados por este ao assumir a lógica capitalista da urbanização, produzindo a desigualdade social.

A partir da investigação realizada observam-se formas criativas de superação, ligadas à necessidade de sobrevivência e, por isso, conectadas a laços de solidariedade e de vida cotidiana. É o que se observa na realização de um habitar por mulheres que, para ficarem ao lado de seus filhos em casa, procuram formas alternativas de incrementar a renda da família, realizando bazares de roupas e cuidando de crianças. Uma das mulheres passou parte da sua

vida vendendo produtos trazidos por mascates, sem nunca sair do Guarituba; outra, aumentava a renda familiar descascando alho em casa para uma empresa.

Da mesma maneira, encontram-se os jovens que procuram caminhos alternativos para as condições impostas pela precariedade, desafiando a péssima qualidade da educação local, que tende a dificultar a entrada em uma universidade. Verificam-se ainda formas de superação da ausência do Estado, que não se pode ver porque foram construídas no tempo e no espaço da intrincada estrutura da vida cotidiana, a qual, de acordo com Heller, é heterogênea, complexa, “feita de momentos de espontaneidade, probabilidade e possibilidade, economicismo, pragmatismo, ultrageneralização, precedentes, imitação e entonação” (HELLER, 2014, p. 34). E por isso mesmo, carregada de alternativas e escolhas.

As formas criativas de superação estão relacionadas também com a definição de Lefebvre de vida cotidiana, já que na complexa dimensão da programação da vida pela cotidianidade moderna, o cotidiano desigual se estabelece para muitas famílias por movimentos que têm como respaldo a procura por um “habitar”. Esta é a situação dos moradores que residem em sua “casa como um poeta”, onde a precariedade impõe necessariamente o valor de uso e não o consumo como condição, conforme pôde ser constatado na investigação realizada. Estes moradores parecem compreender o que diz Lefebvre, quando revela que a cotidianidade resultante da programação da vida cotidiana pelo capitalismo moderno abriga, a redução da *vida cotidiana*. Enquanto frutos da cotidianidade moderna desigual, valorizam a vida cotidiana que possuem, lutando em seu dia a dia, utilizando arranjos improváveis, contra as precariedades.

Finalmente, é possível inferir que muitas famílias no Guarituba vivem desigualmente a cotidianidade, com momentos de alienação e desalienação (comunitária), com a presença de um poder público que se manifesta por uma ausência, não reconhecendo o cotidiano como forma relevante de análise e atuação. Essa ausência, conforme se constatou, tem graves consequências, que interferem na implementação de projetos urbanos, apontando ser necessário e possível a inter-relação entre planejamento urbano e cotidianidade, ao invés do que ocorre, qual seja, uma mútua redução.

Desta forma, a vida cotidiana e a cotidianidade constituem-se em dimensão, campo e escala válidos e, sobretudo, necessários para a atuação do planejamento urbano, devendo estar em sua base, enraizadas entre a teoria e a prática. Sendo assim, a investigação aponta que gestores públicos, acadêmicos e também a população não podem se abster do aprofundamento

no estudo da vida cotidiana e da cotidianidade, como importante dimensão para o planejamento urbano.

O presente estudo aponta para a necessidade de superação do distanciamento entre planejamento e cotidiano, indicando ser necessária e válida a continuidade desta pesquisa. Que observações deveriam ser feitas para a realização de análises semelhantes em outros lugares? No centro, em vez da periferia, em um bairro de classe média ou alta, em vez de baixa? Ou ainda, como dar profundidade a alguns dos pontos analisados superficialmente nesta pesquisa, tais como a problematização sobre o espaço público ou sobre formas participativas de planejamento?

É emergencial repensar o significado da atuação interestelar, do plano à sua execução. O planejamento urbano deve ter um papel mediador das contradições, aprofundando-se em reflexões existentes, seja no conceito de um planejamento subversivo (RANDOLPH, 2014), seja no de um planejamento baseado na autonomia dos desprivilegiados (SOUZA, 2002). Esta discussão se integra à velha, mas nem por isso obsoleta, luta pelo direito à cidade, considerando, contudo, e, por fim, o planejamento com base na cotidianidade.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v.6, p. 51–62, jan./fev., 2007.
- BRASIL. Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm>. Acesso em: 02 set. 2016.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 03 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.
- BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. Cities for people, not for profit. **City**, London, p. 176–184, 2009.
- CARLOS, A. F. A.. **O lugar no(do) mundo**. 1ª ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARLOS, A. F. A. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, E; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p.25–38.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Plano de recuperação ambiental e urbanização do Guarituba para preservação dos mananciais**. Curitiba: COHAPAR, 2007.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Projeto de trabalho técnico social**. Curitiba: COHAPAR, 2011.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Imprensa: fotos: setembro: 06/09/2012**. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=1767>>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Imprensa: fotos: novembro: 20/11/2012**. Disponível em:

<<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=17103&evento=1826#menu-galeria>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba: organização espacial**. Curitiba: COMEC, 1978.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Área de Interesse Social do Guarituba**. Curitiba: COMEC, 1999a.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Unidade Territorial de Planejamento do Guarituba**. Curitiba: COMEC, 1999b.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Piraquara: leitura do espaço urbano: volume 1**. Curitiba: COMEC, 2002.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Planta da Fazenda Guarituba**. Escala 1:5.000. Curitiba: COMEC, 2015a.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). Mananciais: Conselho Gestor dos Mananciais: Atas. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: 03 set. 2016b.

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GAZETA P. **Manifestação Guarituba Rua Pastor Wieman 27 11 2015**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u1j496-pcU4&list=PL8MxLnr8q8RN59HACeYKxnKoOEH-vfGF5&index=5>>. Acesso em: 29 maio 2016.

GOOGLE EARTH. **Imagem 02/04/2006**. Guarituba, Piraquara. Acesso em: 10 jan. 2017.

GOOGLE EARTH. **Imagem 29/07/2015**. Guarituba, Piraquara. Acesso em: 10 jan. 2017.

GOOGLE EARTH. **Imagem 05/09/2004**. Jardim Orquídeas, Piraquara. Acesso em 10 jan. 2017.

GOOGLE EARTH. **Imagem 21/05/2009**. Jardim Orquídeas, Piraquara. Acesso em: 10 jan. 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IGREJA DE DEUS. **A igreja: história**. Disponível em: <<http://www.igrejasdedeus.org/site/ver.php?codigo=950>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados Agregados. Censo demográfico e contagem da população.** Disponível em: <[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp? c=3175&z=cd&o=7](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3175&z=cd&o=7)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). Aplicação GEO: **Aerolevantamentos: Fotoíndices 1980.** Imagem satélite 50919 e 50921. Disponível em: <<http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Imagem satélite Base 1963, Foto número 4469.** Curitiba, 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos.** 2ª ed. São Paulo: Ed.34, 2009.

LEFEBVRE, H. **A vida quotidiana no mundo moderno.** 1ª ed. Lisboa: Ulisseia Limitada, 1968.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio.** 1ª ed. Madrid: Capitán Swing, 2013a.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2013b.

LEONELLI, G. C. V. **A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6766: debates e propostas do início do século XX a 1979.** 296f. Tese (Doutorado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, São Paulo, 2010.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: G. M. Costa; H. S. de M. Costa; R. L. de M. Monte-Mór (Orgs.); **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** 1ª ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p.71–102

LIMONAD, E.; CASTRO, E. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

LIMONAD, E.; LIMA, I. G. de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. **X Encontro Anual da ANPUR,** Belo Horizonte, p. 15–33, 2003.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais,** São Paulo, p. 11–29, jun., 2002.

MARCOS, V. de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n.84, jul., p. 105-136, 2006.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013b. p. 121-188.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. de S. Vinte anos sem Lefebvre. **35º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 2011.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, J. de S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEIRINHO, B. C. D. **Influências “de dentro” e “de fora” no planejamento urbano de Curitiba: um estudo sobre três fases no século XX**. 97f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MENDES, C. R. Protesto Jardim dos Estados Piraquara. 28/06/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nMMyaENuKrU&index=2&list=PL8MxLnr8q8RN59HACeYKxnKoOEh-vfGF5>>. Acesso em: 29 maio 2016.

MENEZES, F. Z. O risco ambiental das invasões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-risco-ambiental-das-invasoes-1kdy3ofm3p73hnfj8gsx637m6>>. Acesso em: 03 set. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. CEUS – **Centro de Artes e Esportes Unificados**. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/index.php/home/o-programa>>. Acesso em: 03 set. 2016.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ & CROCCO (eds.), **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85

PARANÁ. Decreto nº 2.964, de 19 de setembro de 1980. **Legislação estadual: Paraná**. Disponível em: <<http://www.universoverde.com.br/legislacao/estadual/parana/leprdec296480areaprotesp.htm>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PARANÁ. Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998. **COMEC: Mananciais: SIGPROM**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PARANÁ. Decreto nº 809, de 1 de junho de 1999. **Sistema Estadual de Legislação**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=29577&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PARANÁ. Decreto nº 6314, de 29 de março de 2006. **Sistema Estadual de Legislação**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=41718&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PARANÁ. Decreto nº 6293, de 23 de março de 2006. **Sistema Estadual de Legislação**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=41676&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 03 set. 2016.

BEM PARANÁ. **Paraná: Acaba visita às obras e Lula já está na Escola do Guarituba.** Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/40261/acaba-visita-as-obras-e-lula-e-ja-esta-na-escola-do-guarituba>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). **Toca de peixe - vídeo sobre ocupação em Guarituba.** 27 fev.2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KldzBLddpKg>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PEQUENO COTOLENGO PARANAENSE. **Quem somos: institucional: como atuamos.** Disponível em: <<http://www.pequenocotolengo.org.br/quem-somos/institucional/como-atuamos/>>. Acesso em: 27 fev. 2017

PIRAQUARA. Lei Ordinária Municipal nº 896, de 20 de junho de 2007. **Plataforma Leis Municipais.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/piraquara/lei-ordinaria/2007/90/896/lei-ordinaria-n-896-2007-define-o-perimetro-urbano-do-municipio-de-piraquara-consolida-as-leis-732-97-capitulo-i-lei-787-98-lei-816-99-e-lei-910-02-e-da-outras-providencias?q=896>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS (PM DE PINHAIS). **História: formação do povoado,** Pinhais. Disponível em: <<http://www.pinhais.pr.gov.br/acidade/FreeComponent16content281.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA (PM DE PIRAQUARA). **Relatório do Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social.** Piraquara: Prefeitura Municipal de Piraquara, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA (PM DE PIRAQUARA). **Notícias: Prefeitura apresenta os serviços da Regional do Guarituba para os vereadores.** Disponível em: <<http://www.piraquara.pr.gov.br/Prefeitura-apresenta-os-servicos-da-Regional-do-Guarituba-para-os-veredores--4-6096.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como “praxis”. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Letra Capital.

RICTV. **Balanço geral Curitiba: moradores ilhados 25/05/2012.** Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jgZCOK-CHE4>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

RODRIGUES, M. **Protesto PR -415 - Piraquara 07/06/2014.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m_NGz57SPaE&index=3&list=PL8MxLn8q8RN59HACeYKxnKoOEh-vfGF5>. Acesso em: 29 maio 2016.

SÁ, T. Lugares e não lugares em Marc-Augé. **Tempo social, revista de sociologia da USP,** São Paulo, v. 26, n.2, p 209-229, 2014.

SABOYA, R. T. de. Fundamentos conceituais para uma teoria do planejamento urbano baseada em decisões. **Revista brasileira de gestão urbana,** Curitiba, v.5, n.2, p. 81–95, 2013.

SANTOS, C. N. F. dos; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** São Paulo: Projeto, 1981.

SANTOS JR, O. A. dos. Reforma urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J. G. de (orgs.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p. 136-155.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Espaço e tempo**, p. 89–109, 2012.

SIZANOSKI, C. Cerâmica de Pinhaes. **Sociedade Numismática Paranaense**, jul. 2012. Curitiba.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL (SUDERHSA). A expansão urbana e a evolução dos sistemas de recursos hídricos. **Plano da bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira: relatório de diagnóstico**. Curitiba: SUDERHSA, 2015.

TRISOTTO, F.; PERES, A. Ocupação no Guarituba já tem mais de 350 famílias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, e nov. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ocupacao-no-guarituba-ja-tem-mais-de-350-familias-0ffprk30bcrel6589ne3wo9qm>>. Acesso em: 04 set. 2016.

TRISOTTO, F.; RUPP, I. Área invadida no Guarituba é cercada para desocupação; mil policiais participam da ação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 dez.2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/area-invadida-no-guarituba-e-cercada-para-desocupacao-mil-policiais-participam-da-acao-d9nmbnesrs2b2tu2iqxkolqvi>>. Acesso em: 03 set. 2016.

TRISOTTO, F. Donos de área invadida no feriado pedem reintegração de posse. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/donos-de-area-invadida-no-feriado-pedem-reintegracao-de-posse-0fft226v5hlhbst9qgmiiokjy>>. Acesso em: 04 set. 2016a.

TRISOTTO, F. MP notifica PM e Cohapar para intervir em invasão no Guarituba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mp-notifica-pm-e-cohapar-para-intervir-em-invasao-no-guarituba-0ffret4xqf6fz4ei9d42phhe6>>. Acesso em: 04 set. 2016b.

VOITCH, G. Começam obras no Guarituba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/comecam-obras-no-guarituba-bbtwpbnx9vpn4gr4a8ska2y4u>>. Acesso em: 03 set. 2016.

VOLOCHKO, D. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.